



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
DOUTORADO ACADÊMICO**

**DANIELA CYNTHIA DE SÁ ROCHA**

**METÁFORA DISCURSIVA CRÍTICA:  
RELATOS DE MULHERES VIOLENTADAS**

**São Cristóvão/SE  
2023**

**DANIELA CYNTHIA DE SÁ ROCHA**

**METÁFORA DISCURSIVA CRÍTICA:  
RELATOS DE MULHERES VIOLENTADAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Letras, sob a orientação da Profa. Dra. Geralda de Oliveira Santos Lima.

São Cristóvão/SE  
2023

# **DANIELA CYNTHIA DE SÁ ROCHA**

## **METÁFORA DISCURSIVA CRÍTICA: RELATOS DE MULHERES VIOLENTADAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Letras, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geralda de Oliveira Santos Lima.

### **BANCA DE DEFESA**

---

Prof.a. Dra. Geralda de Oliveira Santos Lima (Presidente)  
Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas  
Universidade Federal de Sergipe

---

Prof.a. Dra. Roana Rodrigues (Examinadora - Interna)  
Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

---

Prof.a. Dra. Taysa Mércia dos Santos de Souza Damaceno (Examinadora - Interna)  
Doutora em Estudos da Linguagem pela Univ. Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

---

Prof. Dr. Danillo da Conceição Pereira Silva (CPPI/IFAL) (Examinador - Externo)  
Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)  
Instituto Federal de Alagoas (IFS/AL)

---

Prof.a. Dra. Jocelaine Oliveira dos Santos (CLCB/IFS) (Examinadora - Externa)  
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)  
Instituto Federal de Sergipe (IFS/SE)

São Cristóvão/SE  
2023

Antes que alguém corra para acrescentar lenha à fogueira em que serei queimada, quero esclarecer que sou a favor do casamento gay, do aborto consciente, considero toda forma de racismo odiosa, assim como a desigualdade social no país, e acredito que as mulheres sempre tiveram milhares de razões para lutar contra as desigualdades e as violências de que foram, e continuam sendo, objeto. No entanto, sou contra quem deseja uma história de “coitadismo feminismo”, feita de vítimas e algozes, de mocinhas e bandidos, de santas e putas.

*Mary del Priore*

## RESUMO

A violência contra mulheres é uma prática que se estabeleceu histórica e culturalmente na sociedade e que reverbera na contemporaneidade por meio de variados tipos de agressões, de discursos machistas, patriarcalista e misóginos que perpassam através de práticas sociais, posicionando assimetricamente (em relação ao poder) homens e mulheres, as quais lutam por empoderamento na busca pela igualdade, ou seja, por uma mudança social. Nosso objetivo geral é analisar relatos de mulheres que foram violentadas, sobretudo psicologicamente, configurados como *metáfora discursiva crítica*, tendo como principais bases teóricas Lakoff e Jhonson (2002), Charteris-Black (2004, 2006), Vereza (2010, 2017). Assim, o viés desta pesquisa está baseado nos estudos em Análise de Discurso Crítica (ADC) por meio de Chouliaraki e Fairclough (1999), Fairclough (2001, 2003, 2010), Magalhães (2017) na observância da manutenção da violência contra mulheres como prática social na contemporaneidade e na perspectiva contra-hegemônica da luta feminina em busca de mudança social através da linguagem. Este fenômeno se alinha aos estudos do texto, na atualidade, de base sociodiscursivo-interacional da Linguística Textual (KOCH, 1999, 2002, 2009); Marcuschi (2008), Mondada e Dubois (2003) e às interações socioculturais propostas por Van Dijk (2002, 2012, 2017), trazendo um estudo de uma metáfora norteada pelo discurso como elemento preponderante à (re)construção dos sentidos de agressões contra a mulher. Questões que poderão nortear nosso trabalho: i) como as metáforas discursivas críticas são concebidas?; ii) por que trazer à luz um tipo de metáfora para elucidar a violência, sobretudo psicológica, contra mulheres?; iii) quais elementos não discursivos colaboram para a análise desse tipo de metáfora?. Os objetivos específicos: i) trazer à tona um tipo de metáfora norteada pelo discurso, a metáfora discursiva crítica; ii) revelar o modo como os relatos se configuram como metáfora discursiva crítica da violência contra mulheres; iii) analisar relatos a partir de fatores contextuais, discursivos, culturais; iv) extrair das análises possibilidades de potencialização para a promoção de mudança social. A hipótese está centrada na verificação dos relatos como o próprio lugar da violência, uma vez que esse gênero textual exerce uma função social de relevância quando mulheres violentadas apresentam publicamente cenas de agressões sofridas que servem de espelho para que outras mulheres se reconheçam em situação de abuso contínuo, construindo uma rede de apoio em grande escala para eliminar a *síndrome do pequeno poder*, na qual homens podem mais e mulheres, menos (ESPÍNOLA, 2018). Para tanto, metodologicamente, adotamos uma abordagem linguística, realizando a coleta desses relatos de seguidoras anônimas na página pública da rede social *Instagram @maselenuncamebateu* ao longo de um ano (2020), observando sua relevância, pois nossa justificativa assevera a emergência temática no tocante à violência psicológica como uma violência velada, disfarçada e invisível, conforme estudos realizados por Hirigoyen (2006) e Schwab e Meireles (2017). Assim, os resultados de nossas análises fomentam uma visão mais nítida da violência psicológica; apontam relatos de mulheres violentadas como ecos de uma sociedade patriarcalista, machismo e misoginia que asseguram a manutenção hegemônica do poder nas mãos de agressores; além de que tais relatos também são ferramentas linguísticas usadas para o fim da assimetria de poder entre homens e mulheres.

**Palavras-chave:** Violência contra mulheres. Metáfora discursiva crítica. Relatos. Práticas sociais. Assimetria de poder.

## ABSTRACT

Violence against women is a practice that has been historically and culturally established in society and continues to resonate in contemporary times through various types of aggression and misogynistic, patriarchal discourses that permeate social practices, thereby asymmetrically positioning men and women in terms of power. Women are fighting for empowerment and equality, seeking social change. Our general objective is to analyze accounts of women who have experienced violence, particularly psychological violence, as a critical discursive metaphor. The main theoretical bases for this study are Lakoff and Johnson (2002), Charteris-Black (2004, 2006), and Vereza (2010, 2017). Thus, the bias of this research is based on Critical Discourse Analysis (CDA) studies by Chouliaraki and Fairclough (1999), Fairclough (2001, 2003, 2010), and Magalhães (2017), observing the maintenance of violence against women as a social practice in contemporary times and the counter-hegemonic perspective of the feminist struggle for social change through language. This aligns with current socio-discursive-interactional textual linguistics studies (Koch, 1999, 2002, 2009; Marcuschi, 2008; Mondada and Dubois, 2003) and the sociocultural interactions proposed by Van Dijk (2002, 2012, 2017), bringing a study of a metaphor guided by discourse as a predominant element in the (re)construction of meanings related to aggression against women. The following questions will guide our work: i) how are critical discursive metaphors conceived?; ii) why shed light on a type of metaphor to elucidate violence, particularly psychological violence, against women?; iii) what non-discursive elements contribute to the analysis of this type of metaphor? The specific objectives are: i) to bring to light a type of metaphor guided by discourse, the critical discursive metaphor; ii) to reveal how accounts are configured as critical discursive metaphors of violence against women; iii) to analyze accounts based on contextual, discursive, and cultural factors; iv) to extract potential for promoting social change from the analyses. The hypothesis is centered on verifying that the accounts themselves serve as a place of violence, as this textual genre plays a relevant social role when victims of violence publicly present scenes of the abuse they have suffered, serving as a mirror for other women who recognize themselves in situations of continuous abuse, building a large-scale support network to eliminate the syndrome of "small power" in which men have more power and women have less (ESPÍNOLA, 2018). Methodologically, we adopt a linguistics approach by collecting accounts from anonymous followers on the public Instagram page @maselenuncamebateu over the course of one year (2020). This approach is relevant because our justification asserts the thematic relevance of psychological violence as a hidden, disguised, and invisible form of violence, as studied by Hirigoyen (2006) and Schwab and Meireles (2017). Thus, the results of our analyses provide a clearer understanding of psychological violence; they highlight accounts of women who have experienced violence as echoes of patriarchal society, sexism, and misogyny that maintain hegemonic power in the hands of aggressors; and they also demonstrate that such accounts are linguistic tools used to end power asymmetry between men and women.

Keywords: Violence against women. Critical discursive metaphor. Accounts. Social practices. Power asymmetry.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 — VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: BREVE DISCUSSÃO SOBRE O TEMA</b> .....	19
<b>1.1 Mulheres vistas sob a ótica dos direitos humanos</b> .....	25
<b>1.2 Principais leis que visam à proteção das mulheres no Brasil</b> .....	30
1.2.1 <i>Breve histórico da criação da Lei Maria da Penha</i> .....	31
1.2.2 <i>Lei Carolina Dieckman (Lei nº 12.737/2012)</i> .....	34
1.2.3 <i>Lei Joanna Maranhão (Lei nº 12.650/2012)</i> .....	35
1.2.4 <i>Lei do Minuto Seguinte (Lei nº 12.845/2013)</i> .....	37
1.2.5 <i>Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/2015)</i> .....	40
1.2.6 <i>Algumas considerações acerca dos direitos humanos das mulheres e sua (não) aplicabilidade social</i> .....	41
<b>1.3 Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei Maria da Penha e desdobramentos da violência psicológica</b> .....	47
<b>CAPÍTULO 2 – TRATAMENTO DO GÊNERO TEXTUAL RELATO E SUA RELAÇÃO COM A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA</b> .....	57
<b>2.1 Relatos na rede social Instagram: desabafo no cenário de violência</b> .....	58
<b>2.2 Página @maselenuncamebateu no Instagram como espaço de luta por igualdade e justiça</b> .....	65
<b>2.3 Análise de Discurso Crítica: sua interface teórica para as análises dos relatos</b>	73
2.3.1 <i>Alguns conceitos básicos em ADC</i> .....	73
2.3.2 <i>ADC: interface teórica para as análises dos relatos de mulheres violentada</i> .....	83
<b>CAPÍTULO 3 — AMPLITUDE CONCEITUAL DE METÁFORA E A ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO — A METÁFORA DISCURSIVA CRÍTICA</b> .....	90
<b>3.1 A metáfora clássica de Aristóteles</b> .....	93
<b>3.2 Outras concepções tradicionais de metáfora</b> .....	95
<b>3.3 Metáfora conceptual</b> .....	99
<b>3.4 Metáfora sistemática</b> .....	101
<b>3.5 Metáfora gramatical</b> .....	103
<b>3.6 O objeto de estudo: a metáfora discursiva crítica</b> .....	104
3.6.1 <i>O relato e a metáfora discursiva crítica</i> .....	120

CAPÍTULO 4 — UMA ANÁLISE DO GÊNERO RELATO ENQUANTO METÁFORA DISCURSIVA CRÍTICA DA VIOLÊNCIA.....	124
<b>4.1 Procedimentos de construção da pesquisa e do corpus analisado.....</b>	<b>124</b>
<b>4.2 Análise dos relatos como metáfora discursiva crítica da violência contra mulheres.....</b>	<b>135</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS.....	160
ANEXOS.....	169

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC (Análise de Discurso Crítica)

ADTO (Análise de Discurso Textualmente Orientada)

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)

CEDAW (Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres/Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women)

CEJIL (Centro pela Justiça e o Direito Internacional)

CIDH (Comissão Internacional de Direitos Humanos)

CLADEM (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher)

CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)

DIEST (Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia)

DUDH (Declaração Universal dos Direitos Humanos)

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

LMP (Lei Maria da Penha)

OEA (Organização dos Estados Americanos)

ONG (Organização Não Governamental)

ONU (Organização das Nações Unidas)

PNS/IBGE (Pesquisa Nacional da Saúde/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

REL (relato)

Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação)

STJ (Supremo Tribunal Federal)

SUS (Sistema Único de Saúde)

UFC (Universidade Federal do Ceará)

UFSCar (Universidade Federal de São Carlos)

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Alguns fatos importantes para a conquista dos direitos humanos das mulheres.....	27
Quadro 2 – Fatores comportamentais que dificultam a desvelar a violência psicológica.....	54
Quadro 3 – Breve exposição das ondas do feminismo.....	71
Quadro 4 – Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional.....	86
Quadro 5 – Domínio-fonte e domínio-alvo.....	100
Quadro 6 – Principais diferenças entre a metáfora conceptual e a sistemática.....	101
Quadro 7 – Movimento da formação da metáfora discursiva crítica.....	110
Quadro 8 – Esquematização didática de análise.....	130
Quadro 9 – Resumo da descrição dos procedimentos de análise dos relatos.....	133
Quadro 10 – Pontos negativos díspares de um conflito.....	153

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evidências detectadas a partir da análise de dados da PNS e do Sinan.....	38
Figura 2 – Estimativas do número de estupro no Brasil e taxa de atrito nos registros....	38
Figura 3 – Proporções.....	39
Figura 4 – Esquema com base no modelo transformacional de Chouliaraki e Fairclough (1999).....	50
Figura 5 – Primeiro relato postado na página no <i>Instagram @maselenuncamebateu</i> ....	59
Figura 6 – Indicação do gênero relato de uso falado no contínuo genérico.....	61
Figura 7 – Indicação do gênero relato de uso escrito no contínuo genérico.....	62
Figura 8 – Última postagem sem a expressão “seguidora anônima”.....	66
Figura 9 – Legenda da última postagem sem a expressão “seguidora anônima”.....	67
Figura 10 – Primeira postagem com a expressão “seguidora anônima”.....	68
Figura 11 – Legenda da primeira postagem com a expressão “seguidora anônima”.....	69
Figura 12 – Modelo tridimensional de Fairclough (1992).....	86
Figura 13 – Modelo transformacional de Chouliaraki e Fairclough (1999).....	88
Figura 14 – Esquema com base no modelo transformacional de Chouliaraki e Fairclough (1999).....	89
Figura 15 – Proposta de formulação da metáfora discursiva crítica.....	111
Figura 16 – Formação da metáfora discursiva crítica.....	113
Figura 17 – Nível da leitura e interpretação.....	122
Figura 18 – Desdobramentos.....	122
Figura 19 – Geração da metáfora discursiva crítica.....	123
Figura 20 – Formato virtual do relato original.....	126
Figura 21 – Prática social.....	136
Figura 22 – Desdobramentos.....	159

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Homicídios de mulheres de 1989 a 2019 segundo Ipea.....	41
---	----

## INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres é uma prática social que é reverberada há muito tempo em muitas partes do mundo, sobretudo em nosso país. É uma temática desafiadora no sentido de se tratar de um grupo tão plural. Desse grupo, participam múltiplas mulheres de variadas classes sociais, de diferentes etnias, raças, orientações sexuais, identidades de gênero, faixas etárias, níveis de escolaridade, dentre outras. Considerando tantas variações no interior de um mesmo grupo, nesta tese, empregamos o termo mulheres em sentido amplo, sem especificar de qual tipo de mulher estamos tratando. Dentre as múltiplas possibilidades de violência, é preciso destacar que, muitas vezes, os eventos de violência são movidos por essa diversidade, uma vez que uma mulher que sofre violência física, também sofre outros tipos de violência, entre outras, a psicológica e a moral. A repercussão desses tipos de violência não reflete apenas na mulher agredida, mas também na própria sociedade.

Nas conversas nossas de cada dia, em algum momento, precisamos nos posicionar, e emitir uma posição ou assumir um ponto de vista. Pois bem, em virtude de uma causa tão necessária, vamos, então, começar o nosso estudo assumindo de antemão pesquisar sobre a temática em questão, sobretudo, a violência psicológica contra mulheres. Esse tipo de violência é entendido como qualquer conduta que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento do ser humano, causando-lhe danos emocionais, diminuição da autoestima, controle de suas ações, entre outras condutas de igual valor.

Desse modo, vale ressaltar que o meu interesse por esta temática e, conseqüentemente, pela investigação surgiu em uma breve conversa acadêmica entre mim e um amigo querido (também colega) que me perguntou por que eu não trabalhava com tal assunto, incentivando-me a explorar esse mundo e me dissuadindo da continuidade ao tema inicial do projeto que era o texto jurídico *habeas corpus*. Essa conversa, entre amigos, levou-me, ou melhor, instigou-me a iniciar uma pesquisa na área da violência contra mulheres com a ideia de analisar as redações finais dos processos de violência doméstica, regidos pela Lei Maria da Penha.

Em contrapartida, logo veio a pandemia de 2020 e junto a ela, a dificuldade de reunir um *corpus* com peças jurídicas que corriam em segredo de justiça e demandava solicitações de terceiros para que eu pudesse ter acesso a esses documentos. Mesmo enfrentando obstáculos, dificuldades, minhas pesquisas não haviam sido interrompidas

sobre a temática anterior (*analisar as redações finais dos processos de violência doméstica, regidos pela Lei Maria da Penha*) em diversas esferas, inclusive nas mídias digitais.

Foi nesse ambiente virtual, mais precisamente, no *Instagram*, que encontrei a página *@maselenuncamebateu*. Feito luz, inúmeros relatos de mulheres agredidas caíram sobre meu colo e comecei a investigá-los um a um em um trabalho de leitura que me desgastou emocionalmente inúmeras vezes — talvez por me ver em determinadas situações —, disparando gatilhos emocionais fortíssimos e decisivos em minha vida, pois esses relatos foram responsáveis por desvelar muitas situações que outrora não conseguia enxergar e que se tratavam de uma das formas de violência contra mulheres — *a violência psicológica*. Schwab e Meireles (2017) postulam que

A violência psicológica é a mais silenciosa das formas de violência doméstica e, por isso, não é alvo da mesma atenção por parte da sociedade ou mesmo da própria vítima. Isso não quer dizer que ela só existe de um tempo para cá, pelo contrário, ela sempre existiu, só que sublimada pela violência sexual ou física. Presente em todas as classes sociais, este tipo de violência marca profundamente e, muitas vezes, suas sequelas são irreversíveis, fazendo com que suas vítimas percam a noção da realidade, da identidade, da dignidade e do orgulho (SCHWAB; MEIRELES, 2017, p. 64).

Ao considerar a violência psicológica como uma construção sistemática e contínua de abusos a mulheres, sem que muitas vezes percebam que estão sendo adestradas, ludibriadas, pois os fatores que levam a muitas delas não notarem que estão sendo violentadas são múltiplos e bem estruturados pelos agressores. No interior dessa abordagem, descobrir esses relatos na página *@maselenuncamebateu*. foi um verdadeiro divisor de águas, pois tive a certeza de que esse material constituiria o *corpus* da minha pesquisa de Doutorado.

Diante disso, temos total consciência de que devemos tratar da nossa pesquisa por meio de uma lupa científica, embasada em referenciais teóricos que realmente subsidiem um trabalho sério e que seja socialmente relevante. Por conta disso, resolvi estreitar relações com a gestora dessa página, Verônica Cândido que sempre me atendeu muito bem e que me incentivou a fazer a pesquisa, utilizando os relatos postados em sua página. Por mais que essa página seja pública, e que os relatos sejam de seguidoras anônimas, pedi permissão a gestora para trabalhar com esses textos, principalmente,

pelo princípio do respeito. Ela, prontamente, atendeu ao meu pedido, deixando exposta sua exigência acerca do anonimato das seguidoras.

Além disso, é importante frisar meu engajamento na página para ajudar mulheres em situação de violência e, também, como forma de agradecimento por ter me ajudado a enxergar que muitas das situações que passamos são formas de abuso, pois não conseguiria manter uma pesquisa com essa temática e não contribuir na reverberação dos discursos contra hegemônicos, que são discursos em prol de uma luta contra o machismo e a misoginia.

@*maselenuncamebateu*, atualmente administrada por Verônica Candido, foi criada no dia 26 de março de 2018, inicialmente por Débora Fernandes, autora do *e-book* “Mas ele nunca me bateu” (2019), livro que pode ser obtido gratuitamente na internet no site da editora Inovar e que conta a história da página, sobre suas administradoras voluntárias e muitos relatos de seguidoras. Nos agradecimentos do livro, Débora Fernandes escreveu:

Eu não imaginava a imensidão de mulheres que eu iria alcançar que eu iria salvar. Hoje, um ano e quatro meses depois somos mais de 153 mil mulheres unidas em uma [sic] só causa. Atualmente, somos a maior plataforma digital de acolhimento a vítimas [sic] de relacionamento abusivo e violência doméstica no Instagram! (FERNANDES, 2019, p. 8)

Em termos de rede de apoio, é uma página que se propõe a ajudar vítimas de violência contra mulheres, dar informações sobre leis, apresenta relatos de seguidoras anônimas, mostra notícias de casos de violência em que mulheres são alvo, dentre tantas atividades voltadas a um acolhimento a vítimas. A página conta com o apoio de voluntárias na área da psicologia, da advocacia, além de ajudar mulheres a engajar seu próprio negócio, cedendo o espaço da página para tal finalidade. Atualmente, essa página conta com 334 mil seguidoras, com mais de 4.500 publicações, além de mais uma recente criação dedicada aos relatos intitulada @*relatosmaselenuncamebateu* que é uma página exclusiva para receber os relatos da página @*maselenuncamebateu* desde 30 de janeiro de 2023.

Por se tratar de uma página que cresce em número de seguidores que são mulheres, é compreensível que haja um crescimento no número de relatos desse grupo em situações parecidas porque muitas delas se identificam com o que leem e acabam,

consequentemente, fomentando uma cadeia discursiva em que mulheres que seguem a página se identificam com situações afins e também sentem o desejo de participar dessa interação enviando seu relato. Até mesmo na própria descrição da página, é possível entender esse processo: “conscientização, superação, rede de apoio virtual para mulheres” (MASELENUNCAMEBATEU, 2023).

Baseada na relevância temática que confere a mulheres o enfoque principal relacionado à forma como esse grupo minorizado é tratado na contemporaneidade, o tema da violência contra mulheres se interliga aos direitos humanos que devem ser respeitados e postos em prática todo momento, na medida em que elas constituem um grupo no qual são vítimas de desigualdade, discriminação social, cultural e religiosa, de pobreza e de violência. Em virtude desse cenário, a página @maselenuncamebateu exerce um papel fundamental no engajamento dessas pessoas em busca de justiça e igualdade.

A hipótese referendada é a de que procedimentos de análise tomados para explicitar a maneira como esses relatos se comportam como metáforas discursivas críticas da violência contra mulheres pelo viés crítico-discursivo, trazendo uma proposta de ampliação do modelo de estudo de Lakoff e Johnson (1980) acerca do *domínio-fonte* e *domínio-alvo*. Para tanto, partimos dessas duas categorias que trabalham com a metáfora conceptual, através do aspecto lexical, como por exemplo: “amor é uma viagem” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 25), sendo o *domínio-fonte* a viagem e o *domínio-alvo* o amor. No entanto, como a metáfora que analisamos é discursiva crítica, ampliamos esse modelo de Lakoff e Johnson (2002) para mapeamentos baseados em *ações práticas* e *reações discursivas*, tomando um novo formato diferente do que fora proposto pelos estudiosos citados. Os novos mapeamentos trazidos por essas *ações práticas* e *reações discursivas* operam em outro formato com *elementos discursivos* e *elementos não discursivos* que são provenientes da Análise de Discurso Crítica (ADC), com base em Chouliaraki e Fairclough (1999).

Destarte, para chegarmos à configuração desse tipo metafórico, entendido por meio de elementos discursivos e não discursivos, percorremos um caminho interdisciplinar, o qual gerou diversas reflexões ao longo desta tese que possui como **objetivo geral** analisar relatos como sendo a própria metáfora discursiva crítica da violência psicológica contra mulheres.

Para fomentar esta pesquisa, levantamos as seguintes **questões norteadoras**:

- (i) como as metáforas discursivas críticas são concebidas?;
- (ii) por que trazer à luz um tipo de metáfora para elucidar a violência, sobretudo, a psicológica contra mulheres?;
- (iii) quais elementos não discursivos colaboram para a análise desse tipo de metáfora?.

Esses questionamentos foram preponderantes no encaminhamento de todo o traçado metodológico de organização do trabalho cujos **objetivos específicos** estão centrados em:

- (i) trazer à tona um tipo de metáfora norteada pelo discurso, a metáfora discursiva crítica;
- (ii) revelar o modo como os relatos se configuram como metáfora discursiva crítica da violência contra mulheres;
- (iii) analisar relatos a partir de fatores contextuais, discursivos, culturais;
- (iv) extrair das análises possibilidades de potencialização para a promoção de mudança social.

A fim de dar conta de nossa proposta, o presente estudo está organizado em quatro capítulos:

Capítulo 1, uma breve discussão temática da violência contra mulheres, iniciada por uma rápida passagem histórica da figura da mulher construída socialmente do Brasil de 1500 à contemporaneidade. Em seguida, abrimos espaço para perceber a forma como são vistas na ótica dos direitos humanos, conhecer as leis que enfatizam sua proteção e desvelar as possíveis nuances de violência que sofrem.

Capítulo 2, tratamos do gênero textual em questão, o relato, trazendo uma perspectiva teórica que tivesse uma interligação ao embasamento teórico utilizado nas análises dos relatos, observando o fato de que o gênero exerce uma função extremamente importante no sentido de que são esses textos que se configuram como o objeto de pesquisa: *a metáfora discursiva crítica*.

Capítulo 3, seguindo nessa esteira do objeto de estudo, o terceiro capítulo traz um espaço reservado ao estudo de diversificados tipos metafóricos, sobretudo, a

constituição da metáfora discursiva crítica tratada nesta tese. Sua formulação está baseada em um conceito de metáfora não convencional, já que se trata de uma metáfora que opera no plano discursivo, que parte do texto como materialidade linguística, mas não considera o aspecto lexical para pinçar análises tradicionais de metáforas. Trata-se de uma análise discursiva numa esfera crítica por considerar que as *mudanças sociais* acontecem por meio da linguagem (FAIRCLOUGH, 2001), logo os textos são analisados na perspectiva das práticas sociais reverberadas entre os fatores discursivos e os não discursivos.

Capítulo 4, finalmente, adentramos ao dedicado à metodologia da construção do trabalho e das análises dos relatos de mulheres violentadas. Neste capítulo, realizamos as análises partindo da seleção de alguns relatos que se enquadram nas *microviolências* (HIRIGOYEN, 2006 e SCHWAB; MEIRELES, 2017), executando-as de acordo com os fatores que dificultam a desvelar a violência psicológica.

Nesta tese, adotamos uma metodologia com características netnográficas, pois tratamos sobre o texto veiculado na rede social *Instagram*, mas também se trata de uma pesquisa qualitativa, já que o método é a interpretação dos dados coletados, observando a realidade cultural, social, política que contextualiza todo o conteúdo que será analisado. Assim, conseqüentemente, tem-se resultados de interpretações que foram realizadas pelo pesquisador, sendo este o responsável por aquilo que fez através de suas percepções.

Para tanto, analisamos alguns relatos coletados de um *corpus* constituído por 110 textos postados entre os meses de março e junho de 2020, que consideramos suficiente para iniciar as análises desses textos por meio de três procedimentos de análise como um recurso didático para dividir: i) a leitura e a interpretação; ii) os desdobramentos das práticas sociais; e iii) as inferências que configuram os relatos como metáfora discursiva crítica.

Nessa perspectiva, temos uma pesquisa que desvela discursos de violência velados através de textos produzidos por mulheres que foram sistematicamente agredidas por muito tempo em suas vidas e que, depois de muito tempo, conseguiram enxergar que o que elas viviam, na verdade, era uma situação de violência doméstica. Tal realidade não está distante de muitas mulheres que convivem diariamente entre nós e que não conseguimos enxergar um cenário caótico por se tratar, segundo Hirigoyen (2006) de uma violência “limpa”. A existência de tais relatos nas redes sociais e sua

reverberação são elementos de luta para ativar potencialidades de mudança social, uma vez que é através da linguagem que mudamos discursos hegemônicos que envolvem pontos ideológicos de machismo e de misoginia.

## CAPÍTULO 1 — VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: BREVE DISCUSSÃO SOBRE O TEMA

Este primeiro capítulo expõe uma breve explanação da situação de mulheres no Brasil em relação a três circunstâncias gerais acerca da violência que sofrem: i) à forma como são vistas na ótica dos direitos humanos, ii) às leis que enfatizam sua proteção e iii) às possíveis nuances de violência que sofrem. Nesta seção, não pretendemos exaurir o tema, mas sim situá-lo para que as análises sejam consubstanciadas por um contexto de desigualdade por se tratar da violência cometida à categoria *mulheres* no Brasil. Portanto, antes de iniciar a primeira explanação, acreditamos ser necessário explicitar, de modo geral, algumas questões históricas para que cheguemos ao cenário contemporâneo.

No Brasil de 1500, num contexto colonial enquanto período exploratório, sabemos que as mulheres indígenas, antes da chegada dos europeus, dividiam espaço com homens, crianças, chefes de tribos e viviam de forma rudimentar, pois consumiam o que produziam. Essa produção tinha uma organização política entre eles que retoma a passagem do período paleolítico para o neolítico, além de que não operavam seu sustento com base em comércio. Todo trabalho era dividido com base no sexo e na idade, ou seja, havia trabalhos específicos para cada categoria: mulheres, homens, crianças e idosos. Segundo a historiadora Mary del Priore (2020), a divisão se dava da seguinte forma:

Os homens cuidavam da guerra, da caça, da pesca, da liderança tribal, das relações externas, da construção das estruturas físicas da aldeia, das canoas e das armas, de certos tipos de arte e ornamentos corporais, da produção do fogo, dos ritos xamânicos que incluíam práticas medicinais e da derrubada das matas para lavouras. Às mulheres cabiam o plantio, a colheita, o preparo de alimentos, a fabricação de utensílios domésticos, tecidos e adornos, a preservação do fogo, a limpeza e a organização das ocas, a criação de animais, o cuidado inicial da prole e dos mais velhos e certa colaboração na caça e na pesca. Mulheres tinham um pesado fardo em múltiplos trabalhos, pois delas dependia parte essencial do sustento da tribo e, sobretudo, o de seu companheiro (DEL PRIORE, 2020, p. 17).

Segundo a historiadora, os casamentos serviam para reforçar laços de parentescos e entre aldeias. Por outro lado, aquelas uniões que não davam certo por quaisquer motivos eram desfeitas de forma simples e os noivos podiam procurar novos

parceiros. A mulher indígena não era julgada ao iniciar uma nova relação conjugal, uma vez que sua função na sociedade indígena estava voltada aos cuidados do seu companheiro, chegando à conclusão de que não se tem conhecimento de mulheres na função de comandar uma tribo, apenas no encargo de cuidados familiar (DEL PRIORE, 2020, p. 18-20).

O processo de colonização trouxe ao contexto social e cultural indígena uma abrangência na forma como pensar as organizações familiares, uma vez que havia poucas europeias disponíveis para a formação de famílias, então, os europeus passaram a se relacionar com mulheres tupis. Assim, as culturas transpassavam entre esses grupos até a chegada das mulheres africanas que também passaram pelo mesmo processo que as indígenas. Da continental África,

mulheres de culturas diferentes deram contribuições diversas para o Brasil. Saídas da região de Angola, Nigéria, Congo, Gabão e Togo, entre outras, contribuíram com idiomas, tradições e saberes para a adaptação das gentes à terra. Sua presença se vê na organização da família, na música, na religião, na comida e na língua (DEL PRIORE, 2020, p. 20).

Essa fusão cultural respingava a construção da identidade da mulher brasileira à medida que o processo de colonização avançava e o acesso ao poder se concentrava nas mãos dos homens nas diversas instituições, principalmente na família. A forma escravizada, como as mulheres vindas da África vinham ao Brasil, só reforçava uma cultura polarizadora de poder masculino que também já era praticada no continente africano. Segundo del Priore (2020),

as escravizadas vinham de nações organizadas em clãs, onde a poligamia era corrente e onde viviam submissas aos códigos de conduta de uma sociedade hierarquizada, estruturada segundo rígidos padrões de comportamento e tradições religiosas. Nelas, o chefe poderoso era aquele que sabia amparar generosamente, reunindo todos os membros de uma família numerosa. Privilégios e poderes ficavam nas mãos dos homens, cuja importância era definida pelo número de filhos que engendrassem (DEL PRIORE, 2020, p. 20-21).

É preciso reforçar que a chegada compulsória dessas mulheres africanas ao Brasil reflete na posição hodierna da mulher negra, pois

A mulher negra tem muitas formas de estar no mundo (todos têm). Mas um contexto desfavorável, um cenário de discriminações, as estatísticas que demonstram pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos, traduzem histórias de dor (EVARISTO, 2016, p. 9).

Dessa maneira, o papel de mãe e esposa estava intrinsecamente ligado ao fato de um ser humano ser mulher, como se outras funções não lhe fossem “naturais”, logo essa cultura enraizada afunilava ainda mais a uma cultura patriarcal. Esse patriarcado pode ser considerado uma maneira de organização familiar exercida há muito tempo em diversas culturas, a qual investiu numa desigualdade natural entre homens e mulheres nutrida por muitos anos.

Tal fato desencadeou a discriminação da mulher nas múltiplas sociedades e é fundamentada conceitualmente por Marisa Lopes (professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Carlos — UFSCar) na História da Filosofia, especialmente na filosofia de Aristóteles, mostrando “como o filósofo, a partir de seus pares conceituais metafísicos, potência/ato e matéria/forma, deriva a incompletude, a impotência, a mutilação e, por fim, a incapacidade ética e política da mulher” (LOPES, 2010, p. 81). Assim, Aristóteles posicionava a mulher na sociedade em diferentes aspectos como sendo inferior, seja por fatores fisiológicos, intelectuais ou comportamentais. O pensamento aristotélico acerca do sexo feminino foi descrito pela professora como

Deficiente, inferior, incapaz, enferma: todos esses qualificativos associados à mulher não são o produto de um delírio individual, mas de uma *ratio* masculinizante estruturante de uma antropologia e de uma cultura que concebe a mulher como um ser inacabado e imperfeito, naturalmente inferior ao homem e incapaz para a vida social e política (LOPES, 2010, p. 85).

A pesquisadora apontou que o filósofo, em sua obra *Metafísica* (ARISTÓTELES [384-322 a. C.], 2005), revisou teorias antecedentes afins para elaborar tal conceito que inferiorizava a mulher em tantos aspectos da vida humana. Em um dos seus pensamentos sobre o princípio da matéria, propôs assim:

quando alguém procura a causa — dado que as causas se afirmam de diversos modos —, é preciso relatar todas as causas possíveis. Por exemplo: do homem, qual é a causa enquanto matéria? Seriam os

sangues menstruais? E qual seria enquanto causa motora? Seria o esperma? E qual seria enquanto forma? O "aquilo que o ser é". E qual seria como em vista de quê? O acabamento. E, certamente, ambas as últimas são uma mesma coisa (ARISTÓTELES [384-322 a. C.], 2005, p. 121).

Aristóteles propôs que o esperma é o início, é o gerador e que, sem ele, não haveria o início do movimento, ao que ele chama de “princípio causador”. Essa ideia foi fomentada através da visão de que a fêmea é passiva e o macho é ativo, por isso

é dele que parte o princípio do movimento, o princípio da mudança, da mesma maneira que do artesão parte o princípio de movimento que produz uma mesa a partir da madeira. E assim como a madeira não engendra a mesa, a fêmea não engendra nada a partir de si mesma: é necessário um princípio que inicie o movimento e o determine. A natureza se serve do esperma como o artesão se serve do instrumento, isto é, ela se serve de algo que é causa da mudança ou da passagem de um estado a outro (LOPES, 2010, p. 90).

Com o objetivo de fundamentar conceitualmente a discriminação contra a mulher, a professora Marisa Lopes não só concluiu que “todo esse aparato metafísico, físico e biológico conduz à descrença na capacidade natural da mulher para a virtude e para o comando” (Lopes, 2010, p. 93), como também apontou, de mesmo autor, que no livro da *Política* (ARISTÓTELES [384-322 a. C.], 1998), o homem comanda e a mulher é comandada, imputando-lhe a obrigatoriedade de cumprir funções apenas relacionadas ao papel da mulher na sociedade — afazeres domésticos, cuidados aos filhos e afins. Logo, evoca-se uma divisão de trabalho que, nitidamente, a diminui em face às funções do homem. Diante dessa diferença, Lopes (2010, p. 94) retrata o pensamento aristotélico:

A assimetria social acompanha a assimetria entre corpo e alma e à que concerne às faculdades da alma: a alma governa o corpo, a faculdade racional governa a faculdade apetitiva. Quem se deixa governar pelo corpo é degradado, pois obedece à parte irracional do composto corpo e alma. Quem não pode ou não usa a faculdade racional para escolher e decidir a respeito de suas ações e dirigir suas paixões está destinado a obedecer. Por isso o homem livre manda no escravo, da mesma forma que o marido na mulher e o adulto na criança. Não se trata, como se vê, de negar racionalidade ao escravo, à mulher ou à criança, antes é a impossibilidade de orientar suas ações por um princípio interno de reflexão, deliberação e decisão que os tornam governados (LOPES, 2010, p. 94).

Esse comentário de Marisa Lopes sobre os apontamentos de Aristóteles dista à ideia de igualdade entre os sexos. Mas além do filósofo grego, muitas gerações conseguiram nutrir esse mesmo pensamento de que a inferioridade do sexo feminino era natural. De forma análoga, a Igreja também perpetuou essa ideia, mas com a diferença de imputar à mulher a causadora de todo o mal no mundo, por isso precisava pagar seus pecados, voltando-se às funções “de mulher”: cuidados com a casa, com a educação dos filhos e do marido. Aqui, “vale reiterar que a ideia da menoridade da mulher não era prerrogativa do mundo ibérico. Ao contrário: trata-se de uma constatação identificada em outras culturas, ou seja, os destinos femininos estavam inextricavelmente ligados a sistemas religiosos” (DEL PRIORE, 2020, p. 25).

Dessa forma, os sistemas religiosos orientavam as mulheres a obedecerem aos maridos coercitivamente, não só na Europa, como também no Brasil. Passados séculos XVII e XVIII, essa desigualdade foi reforçada pelo casamento realizado na Igreja, estruturando o patriarcalismo brasileiro sistematicamente. Esse modelo de família patriarcal possuía um poder tão grande que reverbera até a contemporaneidade.

Seu sucesso lhe teria permitido persistir durante o século XIX (em alguns lugares do Brasil, persistir até hoje). Longe do olhar do Estado, gestavam-se relações de dependência entre os membros da família e o patriarca. E a presença de violência doméstica só acentuou a dependência da mulher em relação ao homem. Além disso, a separação entre poder público e poder privado fez com que essa violência fosse ignorada até bem recentemente (DEL PRIORE, 2020, p. 27).

Diante da complexa realidade das famílias brasileiras e do tamanho continental do Brasil, não podemos afirmar que o modelo patriarcal excluía outros tipos de família, uma vez que muitos desses tipos eram chefiados por mulheres viúvas, por mulheres cujos maridos haviam partido, entre outros motivos. Assim, essas mulheres se encontravam

Sozinhas e à frente da família, as mulheres sobreviviam e cuidavam do pequeno comércio, da lavoura, da plantação e dos animais domésticos. Também prestavam serviços de lavar, costurar, tecer, bordar, fiar panos grosseiros, fazer doces ou pães, tingir, plantar ou se prostituir (DEL PRIORE, 2020, p. 31).

Todo esse enfrentamento feminino passou por mudanças em relação aos seus serviços com o funcionamento das fábricas nos séculos XIX e XX, pois as mulheres eram grande número nas fábricas têxteis, principalmente após a Primeira Guerra Mundial.

“As Guerras Mundiais obrigaram as mulheres da classe proletária a sair do espaço doméstico para trabalhar nas fábricas, ainda que submetidas a uma dura exploração” (ESPÍNOLA, 2020, p. 24).

Assim, trabalhavam como se fossem escravas, sofriam punições por qualquer ação que fosse condenável, viviam na exaustão de um trabalho de muitas horas, com pagamentos de salário reduzidos porque se tratava de mulheres. Mesmo com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, em 1943, que inseriu, no Capítulo III *Da proteção da mulher* (BRASIL, 1943), seções que resguardam os direitos das mulheres no ambiente de trabalho, elas continuaram sofrendo com a questão do patriarcalismo, pois acreditava-se que lugar de mulher era em casa, cuidando dos filhos para que não crescessem soltos e até abandonados, já que muitas mães não tinham tempo para acompanhar a rotina de seus filhos. Essa visão patriarcal entrecruza a vida das mulheres até os dias atuais, por isso podemos concluir a respeito desse tema que, por mais que tenham ocorrido mudanças sociais em diferentes aspectos ao passar dos séculos, as mentalidades denotam um estacionamento no patriarcalismo e, uma das formas de se notar essa estagnação é através da continuidade da violência que as mulheres vêm sofrendo ao longo de todos esses anos, sobretudo, por homens.

Em contrapartida, as mudanças sociais, a passos lentos e contínuos, trazem consigo lutas por espaço, por igualdade, por reconhecimento por mulheres que passaram a resistir gradualmente por conta de um cenário crescente de violência nos anos 1970, em que mulheres eram assassinadas por seus maridos que alegavam *a legítima defesa da honra*. Segundo Priore, um dos casos mais emblemáticos foi o seguinte:

Às seis horas da tarde de 30 de dezembro de 1976, Doca Street, personagem da alta sociedade paulistana, sacou a Beretta 7.65 e matou, com três tiros no rosto e um na nuca, sua amante, a mineira Ângela Diniz. Tudo começou com uma crise de ciúme. "Ela vivia comparando Doca com outros namorados", explicou o advogado do assassino. Acusada de amores homossexuais e devassidão, a defesa conseguiu provar que Ângela tinha má conduta e fora agredida para que Doca preservasse "a legítima defesa" de sua honra. Condenou-se a vítima e absolveu-se o assassino, que contava com uma claque de

torcedores nas primeiras filas do tribunal. E — pasme — de torcedoras! (DEL PRIORE, 2020, p. 324).

Numa análise acerca de mulheres que se posicionaram a favor de Doca Street, podemos notar que elas estavam numa posição polarizadora em relação a outras que buscavam mudanças sociais. Enquanto umas lutavam para a manutenção do patriarcalismo numa visão limitada (aos afazeres da casa) de submissão, outras possuíam uma visão progressista, pois buscavam transformações sociais.

Essa busca por transformações se deu de forma mais intensa no século XX com mulheres ocupando espaços nos esportes, nos estudos, no sufrágio, na saúde (a utilização da pílula anticoncepcional), na política, nas artes por meio de muita luta e entremeada por muitas formas de violência e, principalmente, quando “a problemática da violência contra a mulher passou a existir enquanto problema social, no Brasil, a partir das lutas femininas no início dos anos 1980, e com a posterior criação das Delegacias da Mulher” (ESPÍNOLA, 2020, p. 24).

Se observarmos a história dessas *sobreviventes* que tanto lutaram, podemos perceber alguns frutos que as mulheres usufruem atualmente por conta de tantos enfrentamentos de outrora, mas, mesmo assim, ainda é preciso continuar lutando tanto porque ainda vivem em meio a desigualdade, como também para que a mudança social possa ser uma realidade possível para as mulheres de futuras gerações.

Para tanto, precisamos observar a forma como as mulheres são vistas na ótica dos direitos humanos, pois sabemos que a violência contra esse grupo é recorrente, sistemática, além de possuir diversas nuances e níveis de gravidade. O que torna a mulher suscetível a atos de violência é a maneira como são vistas quando desprovidas e/ou afastadas de seus direitos humanos.

### **1.1 Mulheres vistas sob a ótica dos direitos humanos**

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH) tem como objetivo central fazer com

que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de

medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 1)

Para alcançar tal objetivo, a DUDH traz em seu artigo 1º, dentre outros tão relevantes, que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 2) na tentativa de mostrar a todos como devemos agir diante uns dos outros, já que, em termos de dignidade e direitos, somos iguais.

A Organização das Nações Unidas é fruto de um desejo muito grande dos líderes mundiais da época de encontrar um sistema de solução pacífica de controvérsias e de abandonar as experiências amargas das guerras anteriores. A Declaração Universal somou-se a esse sonho e buscou criar na esfera das pessoas o mesmo que a ONU tinha criado na esfera dos países (SATHLER, 2022, p. 23).

Essa ideia de igualdade não transpassa às mentalidades sociais como um todo, pois notamos nitidamente que o comportamento humano em sociedade desta do que é proposto na DUDH, uma vez que múltiplos tipos de incorreções socio-comportamentais são exercidos por cidadãos no mundo e, sobretudo, no Brasil. Significa que, por mais que a Organização das Nações Unidas (ONU) tenha estabelecido tais normas para um bem maior, falta conscientização de que a prática da fraternidade é um caminho para destituir todos os tipos de desigualdade.

Dentre tantos tipos de desigualdade existentes, ponderamos, nesta pesquisa, a desigualdade entre homens e mulheres no sentido da violência sofrida por elas, principalmente no aspecto psicológico. Essa desigualdade é marcada por uma cultura histórica de que a mulher é um ser inferior como já fora explicitado anteriormente. Em contrapartida, a DUDH fomenta uma mudança social ao passo que afirma em seu artigo 7º que “Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 3).

Na diligência de instaurar medidas que assegurem os direitos de todos em relação à igualdade, a *Declaração* imputa a todos a responsabilidade do cumprimento de suas normas porque é urgente que todo e qualquer tipo de violência tenha fim. Assim, a violência contra as mulheres como um dos diversos tipos de violência praticados, mesmo com tantos avanços e conquistas dessa categoria, deve ser um tema largamente discutido para que tenhamos compromisso de criar meios sociopolíticos de erradicação desse tipo de crime que foi (e ainda é) naturalizado por muitos.

Diante dessa realidade, notamos a insuficiência da criação das Delegacias Especializadas das Mulheres, da Lei Maria da Penha, por exemplo, por conta da continuidade da violência, pois a luta de transformar mentalidades machistas e autoritárias com a finalidade de galgar uma sociedade que reconheça, dentre tantas diversidades, a mulher sem distinção.

A ação de enfatizar a luta pelo reconhecimento da igualdade de direitos de mulheres e de homens pela DUDH se deu por um longo processo, através de muitas discussões de nível internacional e nacional para a implantação dos direitos da mulher como direitos humanos, pois esse grupo não era visto como um grupo que necessitava de proteção. Esse processo custou muitas ações mundiais, diversas conferências e diplomas que destacavam a urgência de considerar o tema como de suprema relevância em todas as nações, contudo apesar da elaboração da

Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal de Direitos Humanos e dos Pactos Internacional de Direitos Humanos e outros instrumentos das Nações Unidas e dos organismos especializados e apesar dos progressos realizados em matéria de igualdade de direitos, continua existindo considerável discriminação (LAVORENTI, 2009, p. 2).

Com o objetivo de mostrar alguns fatos importantes que marcaram esse processo de efetivação dos direitos humanos das mulheres, apresentamos o seguinte quadro para elucidar didaticamente como esses direitos foram construídos, principalmente no sentido da ideia de luta em prol da igualdade.

**Quadro 1** - Alguns fatos importantes para a conquista dos direitos humanos das mulheres.

Ano	Alguns fatos relevantes para a efetivação dos direitos humanos das mulheres
1948	A ONU aprovou a DUDH, que enfatizava a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

<b>1951</b>	Foi aprovada pela Organização Internacional do Trabalho a Convenção sobre a Igualdade de Remuneração, relativa ao trabalho masculino e ao trabalho feminino para funções iguais, sem discriminação fundada no gênero, quanto ao salário pago pelo empregador ao trabalhador.
<b>1966</b>	O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que, de igual forma, afasta a discriminação por gênero e estabelece que os Estados Partes se comprometem a assegurar que homens e mulheres gozem igualmente de todos os direitos civis e políticos enunciados (artigos 3º e 26).
<b>1966</b>	O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que, por sua vez, de forma similar ao Pacto dos Direitos Civis e Políticos, estimula que os Estados Partes se comprometam a assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais enumerados no seu artigo 3º.
<b>1975</b>	As Nações Unidas instituíram o Ano Internacional da Mulher, após a Conferência do México no mesmo ano com o tema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”.
<b>1979</b>	Um dos mais importantes pactos a favor da efetivação dos direitos humanos das mulheres foi a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Conhecida como Convenção CEDAW, essa carta serviu para muitos Estados condenarem a discriminação contra as mulheres, em todas as suas formas, concordando na busca de uma política adequada para transformar as distorções que têm lugar na sociedade há milênios.
<b>1980</b>	Aconteceu o segundo encontro, em Copenhague, sob o título “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”.
<b>1993</b>	A Organização das Nações Unidas, ao realizar em Viena a II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, reconheceu que a violência contra a mulher constitui obstáculo ao desenvolvimento, à paz e aos ideais de igualdade entre os seres humanos, e considerou que a violência contra a mulher se baseia principalmente no fato de a pessoa agredida pertencer ao sexo feminino e representa uma violação aos direitos humanos.
<b>1994</b>	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como “Convenção de Belém do Pará”, que reconhece a violência contra a mulher como violação aos direitos humanos. A Convenção de Belém do Pará tem como âmbito de aplicação qualquer ação ou conduta de violência contra a mulher, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico tanto no cenário público como privado.
<b>1995</b>	Essa preocupação levou as Nações Unidas a organizar a IV Conferência Mundial da Mulher em Pequim, que apresentou como recomendação geral aos países: a transversalidade de gênero em todos os processos de tomada de decisões; o empoderamento das mulheres; e o tratamento da situação da mulher pela perspectiva dos direitos humanos.
<b>2000</b>	Como resultado da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, houve ainda a Declaração Política e o documento “Beijing + 5”, aprovados na Assembleia Geral das Nações Unidas intitulada “A mulher no ano 2000: igualdade entre

gêneros, desenvolvimento e paz no século XXI” em Nova Iorque.
---

Fonte: Adaptado de Espínola, 2020, p. 27-30.

Apesar de todas as normas citadas serem de regiões diferentes do mundo, não se confrontam em relação aos interesses de efetivação dos direitos humanos das mulheres, apenas apresentam traços distintos, os quais estão baseados nas normativas da ONU. Essa questão sobre as diferentes regiões onde são criadas normativas com base na DUDH de 1948 traz, conseqüentemente, diferenças entre o que se classifica como violência contra as mulheres. Se já foi tão difícil — e ainda é — legitimar diversas ações machistas e misóginas como crime, mais custoso ainda está sendo legitimar um tipo específico de violência que reverbera por meio da linguagem: *a violência psicológica*, que foi inserida na *Convenção de Belém do Pará* de 1994, como já foi citada no quadro anterior.

O diferencial do presente texto reside em abranger a violência psicológica, posto que é a primeira a ser perpetrada como meio para violência física e sexual; além de identificar o sujeito ativo da violência e da tortura psicológica, seja na família ou unidade doméstica, na comunidade, ou perpetrada pelo Estado ou por seus agentes (ESPÍNOLA, 2020, p. 31).

Para a autora, a violência psicológica é a primeira a ser perpetrada como meio para violência física e sexual, ou seja, é o preâmbulo de um cenário caótico de violência, mas também é esse tipo que identifica o sujeito ativo da agressão. Existe, então, uma problemática que está em jogo sobre a violência psicológica: quando esse tipo de violência ocorre sistemática, única e continuamente? E quando o agressor investe na tortura psicológica e não avança para outros tipos de violência?

Discutiremos essa problemática mais adiante ainda neste capítulo, uma vez que se faz necessário, antes, explicar sobre as leis que surgiram por conta de tantos movimentos em prol da erradicação da violência contra as mulheres. Esses movimentos ocorriam em meio a uma realidade constante de casos de violência e a forma como eram resolvidos trazia mais discussões entre os membros organizadores das convenções. Segundo Espínola (2020),

O caso “Maria da Penha Maia Fernandes versus Brasil” foi emblemático e inaugurou a aplicação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher no Sistema Interamericano. Baseando-se nos artigos 44 e 46 da

Convenção Americana sobre os Direitos Humanos e no artigo 12 da Convenção de Belém do Pará, a denúncia apresentada reportava-se à tolerância do Estado brasileiro diante da violência praticada contra Maria da Penha pelo seu esposo. A violência ocorreu durante os anos de convivência matrimonial, no próprio domicílio do casal. As agressões culminaram em traumas psicológicos e em paraplegia irreversível. O Estado brasileiro não apresentou, durante o trâmite, nenhuma resposta em relação à admissibilidade ou ao mérito da petição, apesar das notificações da comissão (ESPÍNOLA, 2020, p. 49).

A omissão do Estado brasileiro, neste caso específico da violência praticada contra *Maria da Penha Maia Fernandes* pelo marido, denota um exemplo da anuência à manutenção de agressões na sociedade, pois a irresponsabilidade frente à mulher faz perpetuar a cultura de inferioridade desse grupo. Mas, em 2002, o Brasil se comprometeu com a Organização dos Estados Americanos (OEA), sediada nos Estados Unidos, em Washington, a acelerar o processo jurídico de Maria da Penha Fernandes e a apresentar seus resultados e medidas que visassem à proteção da mulher. Em relação às medidas de proteção à vida das mulheres, o século XXI foi marcado, principalmente pela Lei Maria da Penha (11.340/2006), a qual podemos afirmar que possui uma relação estreita com os direitos humanos.

Na próxima seção, explicitaremos como a Lei nº 11.340/2006 surge entremeadada aos direitos humanos, além de outras leis importantes que derivam de necessidades diversas de amparo a esse grupo em casos específicos de violação dos direitos das mulheres.

## **1.2 Principais leis que visam à proteção das mulheres no Brasil**

Para iniciar esta seção, é importante frisar o quanto a Lei Maria da Penha (LMP) é importante no contexto de luta pela proteção à vida das mulheres. A virada do século XX para o XXI foi marcada por muitas mudanças nesse sentido, pois as organizações feministas fomentaram uma progressão nas providências a serem tomadas em relação a esse assunto, à medida que ocorriam muitos casos de violência. Um desses casos foi o de *Maria da Penha Maia Fernandes*, que já fora citado anteriormente. Esse caso, dentre tantos, fez culminar fortes discussões em torno dos trâmites judiciais que transpareciam descaso com a hedionda história dessa mulher que sofreu muitas agressões pelo marido Marco Antônio Heredia Viveros.

A omissão do Estado brasileiro foi a causa principal pela criação da LMP. Para explicar essa motivação, é necessário remontar o cenário de violência vivido por *Maria da Penha Maia Fernandes* que foi detalhadamente explicitado pela vítima em sua obra autobiográfica *Sobrevivi... posso contar* (Fernandes, 2012), a partir da qual expomos, nos parágrafos seguintes, um breve resumo para chegarmos à criação da LMP.

### *1.2.1 Breve histórico da criação da Lei Maria da Penha*

Depois de pouco tempo de casados, *Maria da Penha* descobriu que seu marido já era casado e que tinha um filho, fruto desse casamento que foi realizado na Colômbia, país de origem de Marco Antônio. Passado um tempo, *Maria da Penha* teve suas filhas e as três passaram a sofrer agressões físicas e psicológicas constantes, e, no dia 29 de maio de 1983, ele tentou matá-la a tiros enquanto dormia. Ela sobreviveu, mas ficou paraplégica dos membros inferiores, já que um dos tiros acertou sua coluna vertebral. Antes da tentativa de assassinato, seu marido havia solicitado que sua esposa brasileira assinasse um seguro de vida, cujo único beneficiário era ele, além de fazê-la assinar procuração autorizando a venda do carro do casal. Mesmo alegando assalto, a polícia descobriu, posteriormente, que foi tudo organizado pelo algoz.

Como seu plano não deu certo, Marco Antônio estava decidido a continuar a efetivação do assassinato de sua esposa, que não sabia que tinha sido obra dele. Então, pela segunda vez, ao chegar do hospital, *Maria da Penha* sofreu a segunda tentativa de homicídio (para o contexto da época): ela foi eletrocutada ao usar o chuveiro elétrico.

Dessa forma, ela ficou bastante desconfiada, pois já vinha sofrendo constantes agressões há anos, logo resolveu se separar e buscar justiça por tudo que havia sofrido. Em 1983, foi aberta investigação e, em 1984, a denúncia foi realizada junto ao Ministério Público, que se tornou uma verdadeira guerra para a vítima, pois a morosidade nos trâmites judiciais mais parecia proteger o algoz de uma possível condenação até então. O julgamento do réu foi adiado três vezes, fazendo com que a prescrição do crime fosse iminente.

No entanto, em 4 de maio de 1991, Marco Antônio foi condenado, mas entrou com recurso pedindo um novo júri, que foi aceito. Um ano depois, o Tribunal de Justiça decretou anulação do julgamento, pois alegava ineficiência na construção do Corpo de

Jurados. Seguiu livre o réu que havia tentado matar sua esposa duas vezes e com o Estado brasileiro ciente, conivente e omissivo à vítima.

Essa omissão é reforçada pela data do segundo julgamento: 14 de março de 1996. Condenado novamente, não foi preso pelos crimes cometidos porque seus advogados entraram com um pedido de anulação de sentença e, assim, continuou livre até o ano de 2002, quando foi, tardiamente, preso. Os procedimentos legais e os instrumentos processuais brasileiros fomentaram a morosidade do Poder Judiciário e, devido a tal fato, *Maria da Penha* passou quase vinte anos para ver o ex-marido cumprir a curta e injusta pena (8 anos) à qual lhe foi designada, porém só ficou dois anos preso.

Irresignada com a demora na prestação jurisdicional contra seu agressor, Maria da Penha já havia resolvido encaminhar denúncia contra o Estado brasileiro. Preenchendo todos os requisitos, a própria Maria da Penha se encarregou de formular e apresentar a denúncia à Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA), em conjunto com o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), entidade não governamental existente no Brasil desde 1994, que tem por objetivo a implementação das normas internacionais de direitos humanos na ordem interna dos Estados-membros da OEA, além da defesa e promoção dos direitos humanos nesses países, e com o Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), cuja sede no Brasil está estabelecida no estado do Rio Grande do Sul, sendo formado por um grupo de mulheres empenhadas na defesa dos direitos humanos da mulher na América Latina e no Caribe. Assim, em 20 de agosto de 1998, dada a morosidade do Estado brasileiro no trâmite do processo judicial criminal contra Marco Antônio Heredia Viveros, o CEJIL, o CLADEM/Brasil, juntamente com a vítima da violência doméstica, Maria da Penha Maia Fernandes, encaminharam o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA), protocolado sob o n.º 12.051 (Caso Maria da Penha Maia Fernandes *versus* Brasil) (ESPÍNOLA, 2020, p. 92).

O Estado brasileiro foi acusado pela CIDH-OEA que lhe imputou, em 16 de abril de 2001, violações ao compromisso de proteção aos direitos humanos. Por consequência, o Estado brasileiro foi recomendado, principalmente, a resolver rapidamente o caso de *Maria da Penha*; a investigar causas da morosidade e aplicar providências; a reparar danos causados à vítima; a reformar a legislação em prol dos direitos humanos das mulheres; e outras recomendações específicas. Por fim, em 2008, *Maria da Penha* recebeu uma indenização compulsória do Estado brasileiro imposta pela CIDH-OEA, juntamente a um pedido de desculpas pela omissão.

Como uma das recomendações da CIDH-OEA foi a reforma da legislação voltada à proteção à vida e ao combate à discriminação das mulheres, em 2002, foi iniciada a redação de um projeto de lei para essa finalidade. Assim, o Projeto de Lei nº 4.559 foi aprovado pelo Poder Legislativo e sancionado pelo presidente da República em 7 de agosto de 2006. Esse Projeto de Lei resultou na Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha.

Com a criação da Lei Federal 11.340/2006, senti-me recompensada por todos os momentos nos quais, mesmo morrendo de vergonha, expunha minha indignação e pedia justiça, para que meu caso, tantos outros, não fossem esquecidos. Hoje sou conselheira vitalícia do Instituto Maria da Penha, e minha vida dedico à efetivação das ações estratégicas para a consolidação das propostas da Lei Maria da Penha, ou seja, inibir, punir e erradicar toda e qualquer violência praticada contra a mulher, garantindo, desse modo, o respeito, a dignidade, o direito e a justiça à mulher em situação de violência doméstica (FERNANDES, 2012, p.109).

Observada a estreita relação entre a LMP e os direitos humanos, destacamos que essa lei passa a categorizar os crimes contra mulheres como sendo de maior potencial ofensivo, a melhorar o acesso à justiça, a trazer medidas de assistência à mulher, a oferecer medida protetiva em caráter de urgência e outras melhorias. Por outro lado, é importante entendermos que a existência de uma lei não é suficiente para que haja uma mudança na sociedade. É urgente que medidas de conscientização sejam aplicadas pelo Estado para todos entendam a relevância de respeitar a lei, além de que

A criação da Lei Maria da Penha contribuiu para o amadurecimento da democracia e da cidadania no Brasil, fazendo com que princípios da seara dos direitos humanos das mulheres fossem inseridos nos debates do cotidiano do brasileiro, tanto pela mídia quanto no seio familiar, ocasionando uma autêntica mudança de paradigma no pensamento vigente sobre a violência doméstica contra a mulher, que passou a ser vista como um problema social passível de sofrer intervenção do poder público, metamorfose que proporcionou outro significado ao adágio popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher” (ESPÍNOLA, 2020, p. 105).

Para haver uma mudança significativa, políticas públicas voltadas às mulheres que sofrem violência são extremamente necessárias, sobretudo, quando elas precisam de segurança financeira para poder se desvencilhar de seu agressor. Por essa razão, segundo Rodrigues (2011, p. 14), “políticas públicas são resultantes da atividade

política que requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados”. Essas ações devem estar alinhadas à vulnerabilidade que a mulher violentada apresenta diante de sua fragilidade e insegurança social e financeira. Diante do exposto, políticas públicas devem visar ao combate da violência sofrida por essas mulheres.

Em virtude dessa necessidade de se combater a violência contra mulheres para assegurar a prática da justiça social em meio a um sistema de equidade e cooperativismo, a existência de leis não garante um estado de justiça social, pois os cidadãos precisam incorporar o reconhecimento de que todos os seres humanos devem respeitar a vida uns dos outros. Se “a justiça social é considerada uma virtude moral que ornamenta a interioridade da pessoa” (OLIVEIRA, 2009, p. 48), sua falta provoca, dentre muitos problemas, a continuidade da violência.

Seguindo esta esteira de raciocínio, vamos compreender a necessidade de criar outras leis de proteção à mulher, uma vez que a continuidade da violência a esse grupo não foi erradicada, mas sim passou a apresentar novas formas de cometê-la. Dentre tais formas, uma delas foi por meio da internet, através de crimes virtuais, dos quais mulheres são alvo mais evidentes se comparadas a homens. Além da criação de novas leis, é importante que as mesmas tenham uma redação que oportunize desdobramentos de violência cibernética, pois essa área está em constante mudança, fazendo mister reformulação das leis em sua decorrência.

### *1.2.2 Lei Carolina Dieckman (Lei nº 12.737/2012)*

A atriz Carolina Dieckman foi sistematicamente chantageada por um criminoso na área de informática que invadiu seu computador e teve acesso a 36 fotos pessoais. Ele exigiu o pagamento de dez mil reais para não publicá-las, mas a atriz não pagou. Então, ele expôs suas fotos publicamente.

Em virtude desse fato, a garantia dos direitos à privacidade da atriz foi violada, mas não havia lei específica para que a ocorrência fosse tipificada como crime no Código Penal. Então, depois de muitas discussões acerca do tema de crime virtual, em 30 de novembro de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.737/2012, conhecida como a Lei Carolina Dieckman que “Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos;

altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal; e dá outras providências” (BRASIL, 2012).

Essa alteração do texto de 1940 diz respeito ao detalhamento que se fez para proteger a vítima em relação à atuação da justiça frente a novas formas de violência, como, por exemplo, a invasão de dispositivo informático, determinando a pena de detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa ao condenado caso tenha invadido dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita (BRASIL, 2012).

Trata-se de uma lei que protege homens e mulheres igualmente. No entanto, as mulheres são mais suscetíveis a esse tipo de crime, além de que sua criação e o nome que carrega têm uma relação intrínseca ao fato de ter sido com uma mulher. Outra problemática são as críticas que essa lei sofre por conta da falha na sua redação, pois

pode causar problemas técnicos, quanto a subsunção da conduta praticada pelo autor, ao tipo penal descrito, uma vez que esse diploma legal parte do princípio que só há crime quando um dispositivo tem seu sistema de segurança violado, quando na verdade a intimidade da vítima, que é o bem que se deseja proteger, pode ser atingida mesmo sem o dispositivo possuir algum sistema de segurança (PRAGANA, 2018, p. 36).

A ausência da temática sobre a proteção à intimidade da vítima na lei deixa transparecer que só existe crime quando um dispositivo é invadido. Assim, seguem críticas sobre a invasão à privacidade da vítima que deveria ser ponderada, principalmente quando se tratar da pena determinada pela referida lei.

### *1.2.3 Lei Joanna Maranhão (Lei nº 12.650/2012)*

A Lei nº 12.650/2012, conhecida como Lei Joanna Maranhão, recebeu este nome porque a ex-nadadora lutou para que seu agressor fosse julgado justamente, já que, pela lei, os crimes que ele cometeu já tinham sido prescritos.

Originalmente, o Código Penal de 1940 trazia o estupro como um delito cometido contra a moral e bons costumes e só protegia um grupo de mulheres favorecidas socialmente, além de permitir relações sexuais não consentidas no

casamento. Mas, com o passar dos anos esse texto foi sendo alterando em diversos aspectos, pois à medida em que os anos foram se passando, novas demandas judiciais para a proteção da dignidade da pessoa humana foram fomentando a reformulação do código.

Assim, foi elaborado um Projeto de Lei nº 253/04 do qual surgiu a Lei nº 12.015/2009. Essa lei trouxe modificações sobre a forma como os crimes de ordem sexual eram chamados, principalmente a grupos vulneráveis, ou seja, deixaram de ser chamados de crimes *contra os costumes* e passaram a ser chamados de crimes *contra dignidade sexual* (NUCCI, 2009, p. 31). No entanto, como afirmamos anteriormente, novas demandas preceituam reformulações das leis vigentes.

Uma dessas demandas foi o caso de Joanna Maranhão que sofreu abuso sexual quando tinha apenas 9 anos de idade pelo seu ex-treinador, pessoa longe de qualquer suspeita. A criança tentou externar à mãe o que havia acontecido, mas a mãe nem presumiu que se tratava de abuso sexual, acreditando que fosse carinho paternal. Silenciada por anos, Joanna só externou o crime aos 21 anos de idade, portanto, pela lei, tal crime já havia sido prescrito. Esse caso era mais um desafio a ser enfrentado pelo Poder Público. Passado um ano da denúncia realizada pela ex-atleta, o Projeto de Lei nº 234/2009 foi tramitado no Senado Federal que deu origem à Lei nº 12.650/2012, trazendo a seguinte modificação:

Art. 111 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr:

V - nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal (BRASIL, 2012).

Mesmo com essa reformulação, sabemos que esse tipo de crime ocorre no silêncio, principalmente da vítima, que, por anos, fica silenciada pelo medo, pela vergonha, pela sociedade que exige provas materiais que nem existem, muitas vezes. A instrução de um processo baseado na Lei Joanna Maranhão é frágil, já que, após anos, a prova desse tipo de crime se instaura na materialidade psicológica da vítima que, de forma judicialmente sistemática, é posta como falso testemunho pela comissão de defesa do réu. Não obstante, o caso real de Joanna Maranhão pode demonstrar tal fragilidade, pois a vítima mencionada foi processada pelo seu algoz por calúnia e

difamação, mesmo tendo sofrido abuso sexual por ele, além de que não foi preso ao final de seu julgamento.

#### *1.2.4 Lei do Minuto Seguinte (Lei nº 12.845/2013)*

A Lei nº 12.845/2013 “Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual” (BRASIL, 2013). No dia 1º de agosto de 2013, a Lei do Minuto Seguinte foi criada por conta da insuficiência dos serviços prestados aos pacientes que sofreram abuso, sobretudo quando se tratava dos casos de gravidez que não eram interrompidos de acordo com a lei. A problemática em torno da situação não findou com o surgimento da lei porque há muitas mulheres que não têm conhecimento de seus direitos e acabam contraindo doenças e abortando clandestinamente, causando risco à sua vida. Essa situação fica mais explícita quando dados são evidenciados.

A partir de um dos relatórios do *Atlas da Violência* de 2022 (edição nº 22 *Policy Brief*), presente no site do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), uma pesquisa intitulada “Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados”, realizada pela *Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia* (DIEST)/Ipea, é possível mostrar dados alarmantes acerca do estupro no Brasil. Seu objetivo foi obter uma estimativa acerca dessa predominância e seu impacto no *Sistema Único de Saúde* (SUS) e na Segurança Pública. As bases de dados utilizadas partiram da *Pesquisa Nacional da Saúde/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (PNS/IBGE) e do *Sistema de Informação de Agravos de Notificação* (Sinan/Ministério da Saúde). Para melhor ilustrar essa realidade que nos cerca, seguem evidências relevantes acerca de casos que não foram institucionalmente notificados.

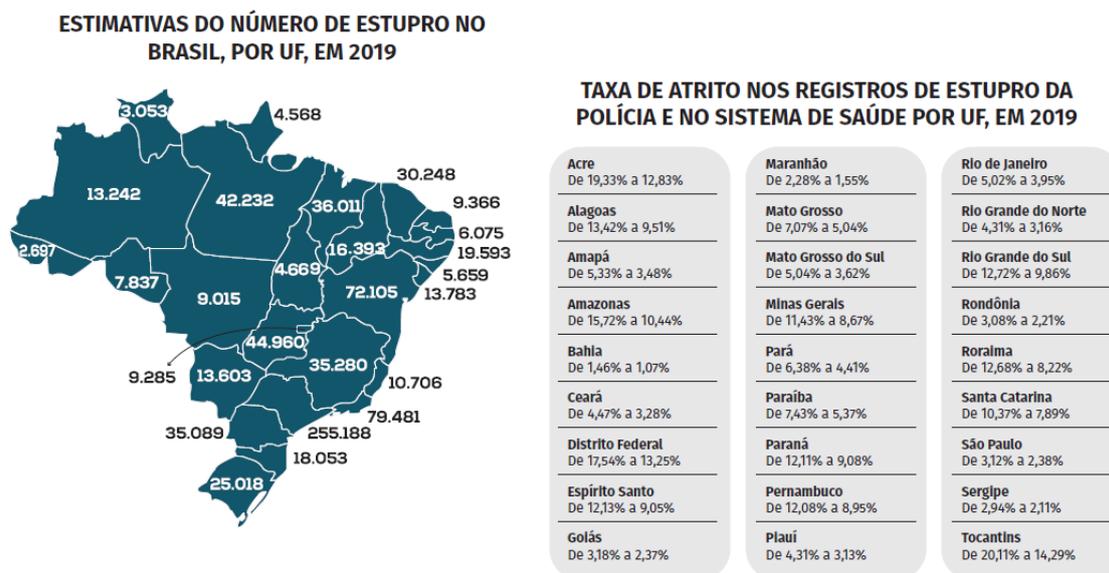
## EVIDÊNCIAS

Detectadas a partir da análise conjugada de dados da PNS e do Sinan.



**Figura 1** – Evidências detectadas a partir da análise de dados da PNS e do Sinan  
Fonte: Ferreira, 2023, p. 2.

Segundo o documento, o estupro é considerado um fenômeno de grande desconhecimento no Brasil. A continuidade desse problema chega ao número de 822 mil casos por ano, revelando um alto índice desse fenômeno, distribuído por todo o país como é mostrado na figura seguinte.



**Figura 2** – Estimativas do número de estupro no Brasil e taxa de atrito nos registros  
Fonte: Ferreira, 2023, p. 2.

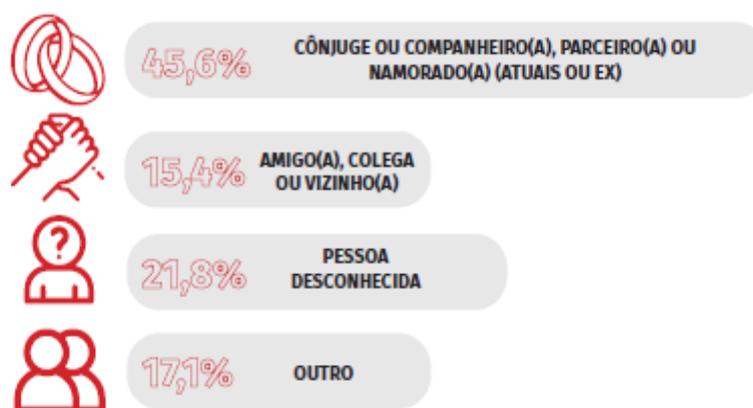
A taxa de atrito, presente na figura 2, refere-se ao total de casos não notificados nem na polícia e nem no sistema de saúde de cada unidade federativa. O fato de essas informações não chegarem aos órgãos competentes justifica o que afirmamos anteriormente sobre a falta de conhecimento por parte da população que sofre abuso

sexual e que tem direitos resguardados pelo poder público de assegurar a prestação de serviço de saúde às vítimas, principalmente no caso de mulheres que são maioria, segundo dados do mesmo documento apresentados na próxima figura.

#### PROPORÇÃO DE CASOS E NOTIFICAÇÕES DE ESTUPRO SEGUNDO O SEXO DAS VÍTIMAS (2019)



#### PROPORÇÃO DE REGISTROS DE ESTUPRO SEGUNDO O PERFIL DO AGRESSOR (2019)



**Figura 3** – Proporções  
Fonte: Ferreira, 2023, p. 2.

Nessa figura 3, é relevante observarmos que o mais alto índice abrange pessoas conhecidas como sendo as agressoras, revelando mais uma questão a ser avançada nas pesquisas em busca de providências, uma vez que as causas dessa proximidade com o agressor têm uma ligação intrínseca com toda historicidade da mulher na sociedade brasileira, ou seja, a mulher violada precisa de proteção e assistência, principalmente, quando se trata das pessoas com quem ela convive. Em prol de sua assistência, a Lei do Minuto Seguinte assegura:

O atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do SUS, compreende os seguintes serviços:

I - diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas;

II - amparo médico, psicológico e social imediatos;

III - facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao órgão de medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual;

IV - profilaxia da gravidez;

V - profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST;

VI - coleta de material para realização do exame de HIV para posterior acompanhamento e terapia;

VII - fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis (BRASIL, 2013).

Paralelamente a todos os direitos citados que a vítima possui, vale reforçar que a efetivação de uma lei é o caminho para que a justiça social seja alcançada e para tanto, o Estado brasileiro precisa se responsabilizar em promover políticas que sejam eficazes a esse fim e de maneira a englobar as camadas da população que mais necessitam.

#### *1.2.5 Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015)*

A Lei nº 13.104/2015 é chamada de Lei do Feminicídio por de tratar de vítimas de homicídio pelo fato de serem mulheres. A questão do gênero, nessa lei, é a motivação do crime. Portanto, o feminicídio ocorre “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino” (Brasil, 2015). De forma detalhada, a referida lei trata da motivação e da pena nos seguintes parágrafos acrescidos ao Código Penal (1940):

§ 2º -A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Aumento de pena

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

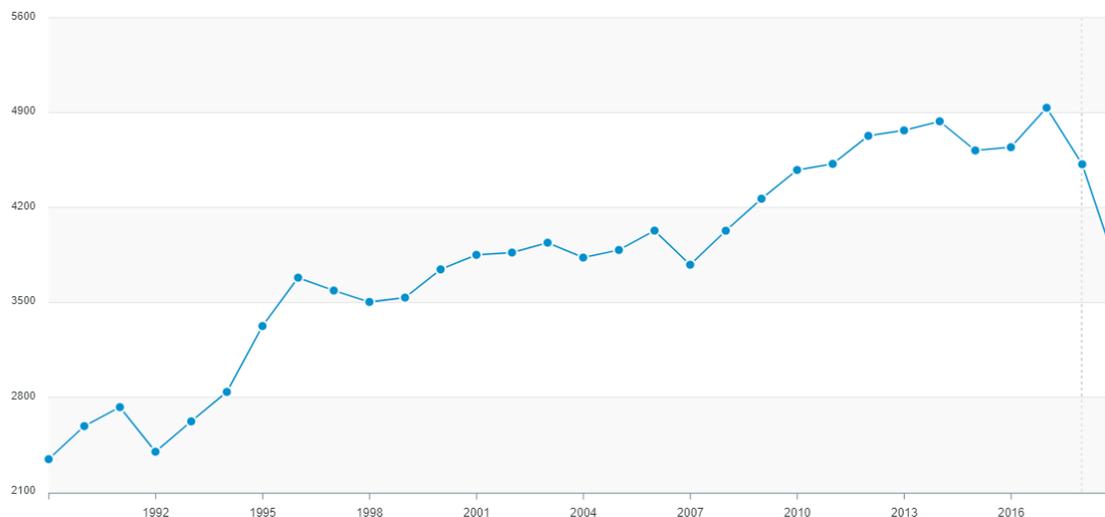
II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima (BRASIL, 2015).

Com essa reformulação, as penas passaram a ser mais rígidas, pois esse tipo de crime passou a ser enquadrado como hediondo. Com leis mais severas, ensejamos que a

inibição desse tipo qualificado de crime seja uma constante, embora a realidade revele a perpetuação do feminicídio. Afirmamos tal fato com base em um gráfico apresentado pelo Ipea através da consulta em *violência por gênero* em quantidade:

**Gráfico 1** – Homicídios de mulheres de 1989 a 2019 segundo Ipea



Fonte: IPEA, s/d.

O gráfico apresentado revela que, por mais que a taxa (quantidade) de feminicídio tenha caído, ainda se faz necessário lutar para que a continuidade desse tipo de violência tenha fim, visto que além de ferir os direitos humanos das mulheres, denota que o Brasil está distante de ser um espaço seguro e de igualdade para as mulheres, principalmente ao grupo de mulheres que vivem marginalizadas.

### *1.2.6 Algumas considerações acerca dos direitos humanos das mulheres e sua (não) aplicabilidade social*

Ao discutirmos sobre questões de violência contra as mulheres, é relevante frisar que tais questões são elencadas constantemente como pontos sociais de tensão, de luta porque existem motivações de ordem cultural que perseveram por gerações.

Essas motivações provêm tanto do patriarcalismo, que estrutura a ideia de sociedade por meio de práticas misóginas e machistas, como também da discriminação, que categoriza os seres humanos em privilegiados e desprivilegiados, reforçando “a possibilidade de dizer que as relações de poder social marcadas pelo gênero e pela raça

não são fruto de uma essência dada e, sim, inventada ou de uma naturalidade aparente que esconde uma construção histórico-cultural naturalizada inadvertidamente” (SAMPAIO, 2009, p. 126).

De modo geral, as relações desiguais de poder no meio social concernentes ao gênero e à etnia não são analisadas com uma visão crítica pela sociedade, pois essas relações estão entremeadas no nosso cotidiano, nas nossas práticas diárias, sem que as processemos como problemas sociais que perpassam de geração a geração, numa manutenção da desigualdade como se fosse uma marca de nascença de um povo.

De forma específica, a desigualdade tomada pela etnia polariza a sociedade entre os que têm direito e os que não têm como se fosse uma verdade natural e que não se pode romper. Tal normalidade imposta pela manutenção da desigualdade remonta a historicidade dos negros que vinham ao Brasil de forma escravizada e que não tinham direito a nada. Para tanto, asseveram Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, em seu livro *Lugar de negro*, que

as condições de existência material dessa população negra remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmascarados. Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do *lugar natural* de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZALEZ, 1982, p. 15).

Nesse sentido, o espírito crítico que nos é próprio reclama por uma solução, por melhorias, por mudanças, sobretudo quando essas práticas diárias se configuram como discriminação e violência que devem ser combatidas e desmascaradas, pois a manutenção dessas desigualdades denota um espírito de atraso e de injustiça. Assim sendo, em uma perspectiva da justiça social, pensar sobre gênero e raça, gera e evoca

nas pessoas “a imagem das lutas das mulheres e da população negra, uma organização em movimentos feministas e negros e em múltiplas formas que foram mudando a história do acesso das mulheres e da raça negra, na vida pública, para que os seus direitos fossem respeitados como Direitos Humanos” (SAMPAIO, 2009, p. 127).

Acerca das mudanças que foram ocorrendo através de múltiplos movimentos na passagem do século XX para o XXI, os direitos humanos das mulheres passaram a entrar na pauta das discussões sociopolíticas, mostrando dessa forma que a justiça social sob a ótica de gênero e etnia está imbricada na luta pela efetivação desses direitos. Por isso, é importante refletirmos sobre o olhar que é dado à legislação em prol da garantia de direitos aos grupos minorizados:

se legalmente os direitos humanos são os direitos de todas as pessoas e devem ser protegidos em todos os estados e nações, na prática isso ainda não acontece de maneira ampla. A violação dos direitos humanos sofrida pelas mulheres, no mundo inteiro, está todo o tempo estampada nos jornais, nas delegacias da mulher e nas pesquisas, identificando o quanto os direitos das mulheres estão sendo cotidianamente desrespeitados. Se a mulher for pobre e negra ou índia, a situação se agrava ainda mais. A importante tarefa que temos pela frente é a de construção dos direitos humanos em uma perspectiva que contemple o conjunto de interesses das pessoas de qualquer raça e etnia, sem preconceitos de ordem sexual, religiosa e livre de qualquer outra forma de discriminação, inclusive a de classe social (SAMPAIO, 2009, p. 127-128).

Nesse sentido, toda discussão que envolver questões de gênero e/ou etnia, é mister que se faça ampliar a visibilidade, no caso desta pesquisa especificamente, não só de mulheres no sentido amplo, mas também na observância de mulheres múltiplas e diversas: negras, pobres, indígenas, transexuais, lésbicas, ciganas, quilombolas e outras que necessitem de inclusão para que se efetivem os direitos humanos das mulheres.

Seguindo essa característica múltipla no tocante a mulheres, é importante entender o mecanismo dessa diversidade. A exemplo uma mulher negra e pobre, que é discriminada por duas direções opressoras, ou uma mulher negra, lésbica e pobre que sofre ainda mais pela ampliação dessas direções e assim por diante. Esse mecanismo foi definido como *interseccionalidade* por Kimberlé Crenshaw (2002) em seu texto intitulado *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*:

a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Essa *interseccionalidade* é tomada como problema porque entrecruza vários eixos de poder como por exemplo raça, etnia, gênero, classe dentro de aspectos sociais, econômicos e políticos. Para mulheres negras, esse fenômeno pode ser ainda mais complexo, visto que

As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Por esse prisma, a associação desses eixos de poder causa uma problemática homogênea em que o racismo, o patriarcalismo, o sexismo, a xenofobia, e outras práticas excludentes são nitidamente diferentes, no entanto não podem ser combatidas separadamente quando afetam concomitantemente as mulheres, ou seja, a situação de mulheres que experimentam a interseccionalidade não pode ser dissociada. Dessa forma, Pensar a interseccionalidade “é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável” (RIBEIRO, 2016, p. 101).

Diante da impossibilidade de separação de tais problemas, a questão da pobreza é um agravante porque a mulher pobre não tem condições possíveis para sair de uma situação de violência, que muitas vezes é dependente de seu algoz. Traçar seu destino não é escolha para essas mulheres que são submetidas a suportar todo tipo de discriminação, violência, exclusão e outras práticas opressoras. Muitas mulheres, principalmente, negras, segundo Corrêa (2021, p. 7) não possuem reais possibilidades de escolha a respeito “dos rumos de suas vidas. Várias não têm acesso à educação de

qualidade, o que lhes possibilitaria ingressar em campos de trabalho assalariado com direitos trabalhistas garantidos. E mesmo as que conseguem um bom estudo são, por vezes, barradas pelo racismo”.

A falta de acesso à educação de qualidade como fator principal à impossibilidade de a mulher poder ter um trabalho que supra suas necessidades e de seus filhos ou filhas (caso tenha) as encaminha para serviços mais simples, que não exigem estudos, que é o caso da prestação de serviços domésticos, isto é, trabalhar como empregada doméstica é o caminho de muitas dessas mulheres. Assim, “a situação da mulher negra enquanto empregada doméstica no quadro da reprodução do racismo (inclusive por parte de muitas militantes brancas do movimento de mulheres)” (GONZALEZ, 1982, p. 63) revela a interseccionalidade e, ao mesmo tempo uma contradição dentro do amplo grupo de mulheres.

Essa contradição se instaura em uma discriminação que parte de algumas mulheres brancas as quais têm o poder de pagar pelos serviços de uma empregada doméstica, que as discriminam por serem pobres e, possivelmente, negras e ainda são as que aderem aos movimentos feministas na militância em prol da garantia de seus direitos.

Não obstante a essa contradição, abrimos uma reflexão breve sobre os nomes dados, em forma de homenagem, às leis que enfatizam a proteção à vida das mulheres: Maria da Penha, Carolina Dieckman e Joanna Maranhão. São mulheres ativistas, engajadas na causa feminina, brancas, escolarizadas, de classe privilegiada socialmente e outras características que não representam inúmeras mulheres pobres, negras, transexuais, quilombolas, ciganas, indígenas e outras excluídas que, muitas vezes, ficam à margem da efetivação dessas leis por falta de políticas públicas mais eficientes e voltadas à promoção de segurança e de bem estar. Ressaltamos a importância das leis que foram nomeadas, simbolicamente, com nomes de mulheres que sofreram duras agressões, mas também não podemos tornar invisíveis mulheres que precisam entrar na pauta dessas discussões.

Uma dessas discussões é sobre as mulheres transexuais e travestis, cuja aplicabilidade da Lei do Feminicídio, por si, é ineficaz quando se trata de englobá-las. Os olhares a respeito desse tema ainda são largamente discutidos e bifurcados, pois

os reconhecimentos dos direitos das mulheres trans e travestis se dão apenas na esfera administrativa, pelos órgãos públicos, ou na judicial, através de decisões de tribunais superiores e tribunais de justiça, que criam jurisprudências. Mas, no âmbito legislativo permanece o desamparo às mulheres trans e travestis no que diz respeito ao reconhecimento de sua identidade de gênero e sua consequente equiparação legal, no caso das mulheres transexuais, às mulheres do sexo biológico, dando brecha para controvérsias (SILVA, 2022, p. 54).

Conforme foi posto, o âmbito legislativo apresenta uma morosidade que acaba deixando a responsabilidade de abrangência do direito para a esfera administrativa e judicial. Essa omissão do Estado brasileiro impulsiona o objetivo da *Associação Nacional de Travestis e Transexuais* (ANTRA): “instar o Brasil nas cortes internacionais, já que o nosso legislativo trabalha mais pra retirar direitos da população de Travestis, mulheres Transexuais e homens Trans que para garantir” (ANTRA, 2023). A falta dessas garantias promove um cenário alarmante em relação aos dados de violência a esses grupos minorizados. Benevides (2023, p. 9) postula que “exatamente no mesmo momento que, em 2022, o Brasil segue pelo 14º ano consecutivo de acordo com a última atualização da ONG *Transgender Europe*, publicado em novembro de 2021, também, permanece no topo do ranking dos países que mais consome pornografia trans”.

Em consequência de tantas discussões acerca dessa exclusão, a Sexta Turma do Supremo Tribunal Federal (STJ) tomou a decisão de estender a Lei Maria da Penha para mulheres trans em 2022, revelando uma discrepância entre as esferas legislativa e judicial. Tal decisão não abarca homens trans e nem travestis, uma vez que não foram citados. Logo, essa exclusão, além de não garantir e assegurar direitos às comunidades citadas, repercute na preservação de uma cultura transfóbica, misógina, machista, patriarcalista, causando crescentes números de assassinatos de seres humanos, principalmente por motivos de transfobia.

Os posicionamentos doutrinários (critério biológico, critério jurídico cível e critério psicológico) para compreender o que seria mulher e sexo feminino de acordo a Lei nº 13.104/2015, consistem em interpretações doutrinárias da norma, dentre as quais a interpretação da lei pelo critério psicológico representa a mais coerente, pois compreende o verdadeiro significado da norma que era proteger a identidade feminina de modo geral, devido a estrutural patriarcal e as relações de dominante e dominado, independentemente da nomenclatura utilizada pela lei, e que contempla a aplicabilidade da

qualificadora quando as mulheres trans e travestis também forem vítimas de feminicídio (TEODORO BATISTA, 2023, p. 188-189).

A morosidade na solução de tal problemática prejudica esses grupos que, constantemente, sofrem violência e discriminação, a passos lentos em que a doutrina jurídica discute o que é “ser mulher” nesta sociedade quando deveria prestar um serviço efetivo de justiça a essas pessoas, observando o princípio da dignidade da pessoa humana e oferecendo tratamento igualitário no afã de minimizar as interseccionalidades. Este fenômeno da textualização paralelamente apresentado até aqui, é importante ser ressaltado, mais uma vez, no tocante à relevância dada à Lei Maria da Penha por variados aspectos, já que é uma lei que, segundo seu artigo 1º:

cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006, p. 1).

Dentre esses variados aspectos que a faz ser tão importante, também, convém apresentarmos, brevemente, as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, pois o foco principal desta pesquisa está em uma dessas formas. Para tanto, expomos no próximo tópico um resumo dessas maneiras, dando maior ênfase à violência psicológica.

### **1.3 Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei Maria da Penha e desdobramentos da violência psicológica**

A Lei Maria da Penha assevera, no artigo 7º, as formas de violência contra a mulher no qual foi realizada uma descrição que define as possibilidades de enquadrar ações de violência como tal.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006, p. 2).

O inciso II do *caput* do artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 sofreu uma alteração pela Lei nº 13.722/2018 que acrescentou a violação de sua intimidade. Essa mudança diz respeito ao reconhecimento de que a violação da intimidade da mulher se enquadra como violência doméstica e familiar, além de que passa a “criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado” (BRASIL, 2018, p. 1).

Dentre as múltiplas possibilidades de violência, é importante destacarmos que, muitas vezes, os eventos de violência são movidos por essa diversidade, uma vez que uma mulher que sofre violência física, também sofre outros tipos de violência, principalmente a psicológica e a moral. A repercussão desse tipo de violência não reflete somente na mulher agredida, reflete também na sociedade. Sendo assim, como um efeito dominó, afetará, também, a produtividade, as relações sociais, o planejamento e a execução de projetos e assim “será nas tantas outras áreas nas quais a mulher atua. Portanto, não é exagero dizer que a violência doméstica afeta não só a saúde mental, mas a saúde integral da mulher. E esse adoecimento repercute no bem-estar social, já que a sociedade é a soma de indivíduos” (LACERDA, 2020, p. 14).

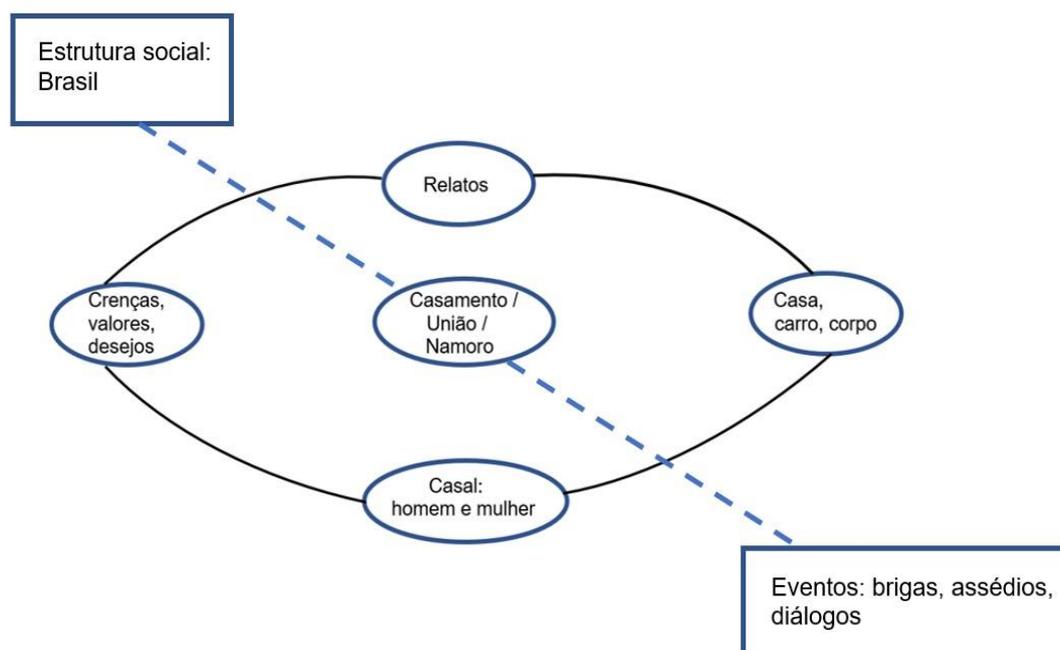
Com isso, não é uma repetição afirmar que a violência contra a mulher é também um caso de saúde pública. Daí, ser necessário observarmos que os ambientes frequentados e, conseqüentemente, as relações estabelecidas, vão nutrir a saúde mental da mulher a qual irá se relacionar, interagir, bem com as pessoas que a rodeiam. Em contrapartida, a realidade das mulheres é bem diferente do exposto. A violência física, muitas vezes, é introduzida pela violência moral e psicológica para fragilizar a mulher e, assim, iniciar a violência física. Alguns relatos indicam essa progressão como, por exemplo, em:

### **Texto 1**

Ele me mostrou ser um príncipe e logo mudou minhas roupas, minhas atitudes, me afastou dos meus amigos e familiares, começou a me diminuir como pessoa me traía e falava que a culpa era minha por ser ciumenta demais, me deixou passar fome, falta de roupa, começou a me agredir e na gravidez não foi diferente, entrei em depressão, mas ele fala que nunca me bateu (REL 27).

(Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

Em muitos casos, quando as relações são iniciadas, a mulher nem percebe que está sendo manipulada. A ação de elogiar para destruir é o objetivo central de homens violentadores, através de uma ação reversa que funciona como um motor que, para chegar a sua potência máxima, utiliza a força reversa. Essa analogia física mostra que muitas mulheres se deixam levar pelos encantos do companheiro não por inocência, mas, sim, por manipulação. É uma forma de violência orquestrada, sistematizada e simbólica, na medida em que a mulher é (re)categorizada ((re)nomeada) como desprovida de poder, então, o agressor tem a tarefa de adestrá-la. Na opinião de Lacerda (2020, p. 21), “uma relação abusiva acontece como se fosse um adestramento. Se a mulher faz o que o abusador quer, ganha elogios e aprovação. Se não faz, não ganha a recompensa”. Para ilustrar a situação do texto (1), lançamos mão de uma figura que será explicada teoricamente no próximo capítulo, mas pode, neste ensejo, viabilizar a contextualização social dessa relação abusiva:



**Figura 4** – Esquema com base no modelo transformacional de Chouliaraki e Fairclough (1999)  
 Fonte: Adaptado de Magalhães et al. (2017, p. 201).

Considerando a exposição acerca das formas praticadas de violência doméstica e familiar contra mulheres, a violência patrimonial é pouco conhecida, segundo Lacerda (2020). Isso ocorre porque as denúncias e as exposições de casos em que há essa tipificação específica não ocorrem dissociadas de outros tipos de violência, como a física por exemplo, ou seja, “a violência patrimonial se macula por meio das outras formas de violência, impedindo que a vítima a perceba e busque sua correta proteção” (Figueira, 2021, p. 316). Além de que muitas mulheres brasileiras que sofrem violência estão em um nível econômico desfavorável e dependem financeiramente de seus algozes, não sofrendo esse tipo específico de violação.

Por outro lado, é certo afirmar que existe uma parcela da sociedade feminina que conquistou sua liberdade financeira. Essas mulheres evidenciam seu empoderamento, revelando aos seus possíveis companheiros que são autossuficientes. Por conta dessa autonomia, muitos homens não aceitam esse novo lugar no jogo do poder e acabam dominando o salário e/ou patrimônio de suas companheiras como se fossem deles, anulando o poder que fora conquistado pela mulher. E uma das maiores problemáticas que gira em torno desse tipo específico de violência é que

a violência patrimonial ainda é um tipo de violência desconhecida por muitas mulheres, apesar de estar entranhada em suas vidas, quer nas denúncias isoladas ou associada a outros tipos de violência, essencialmente com a violência psicológica, que se associa à perda de bens que têm valor material e sentimental. Tais fatores contribuem para a natureza plurifacetada da violência patrimonial, que corresponde à direta violação aos direitos humanos, assim como fomentando um universo de sofrimento e perdas para quem a vive (ASSUNÇÃO SANTOS FIGUEIRA, 2021, p. 328).

A impunidade é um fator que desconstrói o que foi posto na Lei Maria da Penha, pois nos julgamentos em que a violência patrimonial é a causa principal da denúncia, o agressor não é devidamente punido nos rigores da lei pelo fato de tais crimes apresentarem escusas absolutórias que, segundo Figueira (2021, 218), “os desqualificam quando são praticados entre cônjuges e parentes, e o Superior Tribunal de Justiça vem decidindo que os dispositivos não foram afastados pela Lei Maria da Penha, ao argumento de a legislação ter previsão de medidas cautelares específicas para a proteção do patrimônio da vítima”. Em suma, para esse autor, a aplicação das escusas absolutórias pelo STJ é uma afronta à Lei Maria da Penha, pois dessa forma os crimes praticados são desqualificados porque os artigos 181 e 182 do Código Penal de 1940 não foram afastados pela Lei Maria da Penha, então tais crimes acabam ficando impunes.

Em outra modalidade de violência, mas sem excluir a coadunação entre elas, apresentamos, também, a violência sexual no âmbito da Lei nº 11.340/2006 a qual é entendida como qualquer conduta que viole diferentes aspectos concernentes ao livre desejo da mulher. Dentre esses diferenciados aspectos, um deles ocorre no casamento quando a liberdade do desejo sexual da mulher é ferida inúmeras vezes por conta de uma cultura de que ela é posse do marido. O estupro não só no casamento é uma violação dos direitos humanos da mulher, como também em outros tipos de relação.

O documento lançado, em 2012, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), intitulado como *Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher* (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2012), apresenta dados que mostram que as mulheres são as mais afetadas por esse tipo de violência. Mesmo que pareça óbvio, é importante que documentos como esse sejam produzidos para encontrar soluções viáveis em políticas públicas que viabilizem proteção e assistência a todos que são violados, sobretudo para essas mulheres tão suscetíveis ao estupro, uma das práticas de violência mais perversa e cruel de dominação.

Paralelamente à violência sexual, apontamos a violência psicológica como uma construção sistemática e contínua de abusos a mulheres, sem que muitas das vezes percebam que estão sendo adestradas, ludibriadas, pois os fatores que levam a muitas mulheres não notarem que estão sendo violentadas são múltiplos e bem estruturados pelos agressores. Acerca desses fatores, iniciaremos com a questão da prática dessa forma de violência, principalmente, isolada das outras, pois suas características são tênues, passam despercebidas até por quem a sofre.

A violência psicológica é a mais silenciosa das formas de violência doméstica e, por isso, não é alvo da mesma atenção por parte da sociedade ou mesmo da própria vítima. Isso não quer dizer que ela só existe de um tempo para cá, pelo contrário, ela sempre existiu, só que sublimada pela violência sexual ou física. Presente em todas as classes sociais, este tipo de violência marca profundamente e, muitas vezes, suas sequelas são irreversíveis, fazendo com que suas vítimas percam a noção da realidade, da identidade, da dignidade e do orgulho (SCHWAB; MEIRELES, 2017, p. 64).

Quando a violência psicológica tem início, — a que nos parece muito estranho, pois chega silenciosamente, sem que se perceba esse marco — a vítima não tem noção de que ali é o começo de sua destruição e violação. Envolvida numa relação afetiva, em que a entrega de sentimentos é mútua, a mulher entra no jogo acreditando nessa reciprocidade, que na verdade é fictícia. Passado um tempo de relação, o agressor começa a dar sinais de agressividade mais exposta até que a violência física apareça.

Em contrapartida, há agressores que nunca cometeram violência de um tipo diferente da psicológica, por isso mulheres passam toda sua vida sendo subjugadas, silenciadas, submissas e sem saber que estão sendo sistematicamente agredidas. Já outras só percebem depois que os danos psicológicos as afetaram completamente, apresentando um cenário caótico de depressão, por exemplo. De acordo com pesquisas recentes, este tipo de violência é velado e, por diversas vezes, não nomeado. Ou seja, “as mulheres vítimas, em concordância com Schwab e Meireles (2017, p. 240). não se dão conta do que sofrem e, por isso, não a consideram violência. Para esses autores, quando se dão conta, o sofrimento e as consequências já estão instalados, e a busca por juntar todos “os cacos” que restaram de uma relação abusiva. Começa aí a verdadeira face da violência psicológica”.

A complexidade para definir a violência psicológica é uma característica dessa forma de agressão, por isso é considerada o primeiro fator que leva as mulheres a não perceberem o que estão passando. Dessa forma, afirmamos que se reiterarmos o que nos propõe a Lei Maria da Penha sobre esse tipo específico, poderíamos acreditar que o problema estaria resolvido, mas não está.

a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006, p. 2)

A redação é explícita e de fácil compreensão, não gera dificuldades em sua interpretação, no entanto as vítimas de violência psicológica não associam o que vivem na prática do seu cotidiano com o que foi posto na lei. Em muitos casos, a dificuldade em definir a violência psicológica na prática está relacionada ao fato de que as queixas, os sofrimentos, as culpas são sempre revertidas como dores causadas por elas mesmas. O agressor nunca assume a autoria de o fato de uma mulher perder sua identidade dentro de uma relação. Assim, nesse tipo de abuso,

nega-se o outro, considerando-o um objeto, um mimo ou um “escravo emocional”, fazendo com que o outro seja submisso para que o controle seja determinado. Na maioria das vezes, é bastante sutil; raramente proferidas em público, começando com olhares enviesados ou de desprezo, frases humilhantes ou apenas com um tom ameaçador, criando uma tensão que é o caminho para demonstração do próprio poder. Desta forma, ao contrário da violência física, é difícil avaliar e medir os sentimentos de uma pessoa vitimada pelo abuso psicológico (SCHWAB; MEIRELES, 2017, p. 257).

Já que esse tipo de violência é organizado pelo agressor e contínuo, a manutenção de ações cotidianas faz com que a mulher acredite que tudo isso é normal em um casamento, reverberando a ideia da aceitação e normalidade desses eventos porque existe uma cultura patriarcal de demarcação de poder por parte de muitos homens que agridem psicologicamente suas companheiras, que, por sua vez, fazem de tudo para manter sua união e sua família. Então, essas vítimas padecem, “impregnadas

desta cultura machista de que o homem é o forte, o provedor, e a mulher frágil e submissa. Mulheres se enredam numa trama urdida pelo homem abusador que envolve vários tipos de estratégias abusivas” (SCHWAB; MEIRELES, 2017, p. 294). Tais estratégias retomam os fatores mencionados anteriormente que obscurantizam a percepção de mulheres agredidas se enxergarem como vítimas de agressões sistematizadas. Com vistas nesses fatores, lançamos mão de expô-los para entendermos como a violência psicológica contra mulheres se engendra.

**Quadro 2** – Fatores comportamentais que dificultam a desvelar a violência psicológica

<b>Fatores</b>	<b>Descrição</b>
Controle	O controle tem a ver com posse: é vigiar de maneira maldosa para poder dominar e dirigir a vida do outro. O controle existe para que as coisas sejam feitas da maneira como o abusador quer.
Isolamento	É normal, nesse tipo de relacionamento abusivo, o homem isolar progressivamente a mulher de sua família, amigas ou impedi-las de trabalhar e ter vida social. Nesse sentido a violência perdura, tendo em vista sua vida ficar voltada completamente para ele, orbitando em torno da vida dele. O objetivo desse comportamento é não deixar que a mulher se torne independente, para que não escape de seu controle.
Ciúme patológico	O controle pode vir através do ciúme; com uma suspeita permanente ou atribuição de comportamentos inaceitáveis por ele. Na verdade, o que o abusador não suporta é a alteridade da mulher.
Assédio	O assédio pode se caracterizar também por vigílias pessoais, assédio por telefone, esperas na saída do trabalho ou até seguir a mulher pela rua.
Aviltamento	O aviltamento é quando o abusador mina a autoestima da mulher, insinuando que ela não vale nada, que não é uma boa mãe, uma boa esposa ou deprecia tudo o que ela faz com palavras ferinas e de desdém, expressões depreciativas e observações desagradáveis. Negar ideias e emoções, acusar de condutas inadequadas, tais como desleixo com casa, crianças, roupas próprias, corpo ou despesas. Atacar seus valores familiares ou chegar ao limite de destratar o próprio filho; atacar seu lado feminino. O rebaixamento pode se dar por meio de palavras que exprimem sinceridade, mas a questão é manipular sem que ela tenha consciência disso, atacar sua autoestima, levá-la a perder a confiança em si mesma.
Humilhações	Humilhar, rebaixar, ridicularizar o outro é um para-raios para as raivas que o abusador tem de si mesmo. A mulher não possui existência própria: não é respeitada.
Atos de intimidação	Quando um homem descarrega sua raiva em objetos tais como porta, cadeiras, copos, pratos, pode parecer uma agressividade controlada, mas na realidade ele está querendo que a mulher pense o que ele poderia estar fazendo com ela. Dirigir perigosamente ou brincar com faca ou tesoura são atos que deixam a mulher com medo.
	Mostrar-se insensível ou desatento para com a parceira, além da demonstração

	aberta de desprezo ou rejeição. Demonstrar desinteresse por seu choro ou problemas. Neste contexto, o homem passa a ignorar as necessidades e sentimentos da companheira para causar-lhe insegurança e frustração.
Ameaças	As ameaças acabam sendo constantes e minam a paz da mulher, fazendo com que se sobressaltem cada vez que ele abre a boca, ou “pisando em ovos” cada vez que vai falar algo.

Fonte: (HIRIGOYEN, 2006, p. 31 a 68 e SCHWAB; MEIRELES, 2017, p. 301-401).

Com base nos estudos da psiquiatra e psicanalista francesa Marie-France Hirigoyen (2006), por meio de sua obra *Violência no casal: da coação psicológica à agressão física*, elencamos as microviolências, organizadas por Schwab e Meireles (2017), para demonstrar por que esses fatores dificultam tanto a identificação desse tipo específico de violência.

Além de tantas formas de agressão já expostas, vale acrescentarmos o tratamento do silêncio, a chantagem, as perseguições em redes sociais (*stalking*) que já tem lei específica para punir mais justamente esse tipo de crime que é a Lei nº 14.132/2021, cuja pena é aumentada se cometida, dentre outros grupos, contra a mulher. Também destacamos a manipulação entendida como *gaslighting* que é quando “a vítima não sabe distinguir a realidade dos fatos. O homem trai, agride, xinga, mas é “tudo da cabeça dela”. Faz com que a mulher comece a questionar sua própria percepção de realidade e memória, havendo, também, a manipulação afetiva” (ADVINCULA, 2022, p. 91).

Essas microviolências são, na maioria das vezes, subliminares no cotidiano de muitas mulheres, sua sistematização é oculta e perversa. Então, entendemos que esse tipo de violência “é uma violência ‘limpa’, sendo negada pelo agressor e também por testemunhas, acaba igualmente sendo negada pela própria vítima quando ela duvida daquilo que tanto a magoa” (SCHWAB; MEIRELES, 2017, p. 407).

No âmbito jurídico, a violência psicológica, quando ocorre de forma isolada de outros tipos de violência, carece de procedimentos que atendam mulheres agredidas por meio de uma junção entre o Direito e a Psicologia para que o Poder Judiciário tenha subsídios para julgar os casos que são denunciados. Caso contrário, as vítimas dessa forma de agressão ficam desprovidas de proteção por parte da Justiça, ou seja, a lei assevera proteção, mas a prática jurídica, não.

Acerca dessas providências no domínio jurídico, é proposto como caminho que aponte soluções voltadas para a realidade cultural brasileira, segundo Advincula (2022, p. 90), “a questão do machismo estrutural é delicada e não será resolvida com novos

crimes, ainda mais quando se pautam em uma execução penal essencialmente retributiva, sem potenciais transformadores para a cultura machista que permeia não só a sociedade brasileira como também o seu Judiciário”.

Portanto, ressaltamos que a violência psicológica é muito complexa em todas as abordagens, seja na construção de um conceito, seja na aceitação de estar vivendo uma situação de violência ou até por acreditar na normalidade de determinadas agressões desferidas pelo cônjuge ou companheiro ou companheira em uma relação afetiva. Desse modo, relatos são formas encontradas por vítimas para explicitar que suas narrativas são exemplos pinçados de sua realidade cotidiana, sobretudo, de violência psicológica após terem reconhecido em suas vivências que o que se passava em suas vidas era enquadrado na LMP. Esse gênero textual exerce uma função importantíssima quando se trata de violência psicológica, uma vez que é o único recurso que mulheres agredidas dessa maneira possuem de expor sua situação. Sua memória é essencial para que a construção de relatos seja concretizada. Para tanto, na próxima seção, trataremos desse gênero textual específico em redes sociais e de base teórica que fundamenta a análise do objeto de pesquisa (metáfora discursiva crítica) desta tese por meio de relatos coletados na página do *Instagram* @maslenuncamebateu.

## CAPÍTULO 2 – TRATAMENTO DO GÊNERO TEXTUAL RELATO E SUA RELAÇÃO COM A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Esta seção apresenta uma organização sobre a descrição do gênero textual *relato em rede social* e sobre o referencial teórico que utilizamos nesta tese. Dessa forma, trataremos de tais questões em duas partes: i) o tratamento específico do gênero e ii) a relação entre a base teórica e o relato.

De modo geral, relatos são textos que apresentam um formato estável, mas não imutável sendo reconhecidos por conta de suas características peculiares e por conta de suas múltiplas funcionalidades. Assim sendo, podem exercer funções na sociedade que são extremamente importantes no sentido de explicitar situações que demandem providências na busca pelos direitos e no exercício pleno de cidadania. Ao observarmos a definição de gênero com base em estudos sociológicos, antropológicos e linguísticos, notamos que

os gêneros são dinâmicos e históricos, e que o seu estudo envolve muito mais do que uma observação meramente linguística de textos; envolve, ainda, uma concepção na qual eles constituem formas de ação social que *dizem* o mundo. Abarcam, não somente aspectos sociais e históricos, mas também permitem uma investigação de textos efetivamente vinculados à vida institucional de um determinado grupo de profissionais (MEDRADO, 2019, p. 114).

A autora pondera que o conceito de gênero não deve estar somente focado na sua função, mas também na sociedade, levando em consideração sua cultura e sua história, uma vez que a confluência de áreas de estudos diferentes se dá por meio de uma diversidade de fatores que permeiam os estudos do texto. No interior dessa abordagem, o estudo do gênero deve ser interdisciplinar, pois a análise de um gênero na qual se observa apenas suas características é possível ver que essa análise não dará conta de explicar o universo textual no qual o texto analisado está inserido. Essa insuficiência é explicada por Marcuschi (2002, p. 19) quando afirma que “os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social”.

Tomando tal conceito como premissa, percebemos que gêneros podem ser mutáveis a depender da situação na qual esteja sendo produzido, pois

o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, para seleção operada nos recursos da língua – recursos

lexicais, fraseológicos e gramaticais, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação (BAKHTIN, 2003, p. 279).

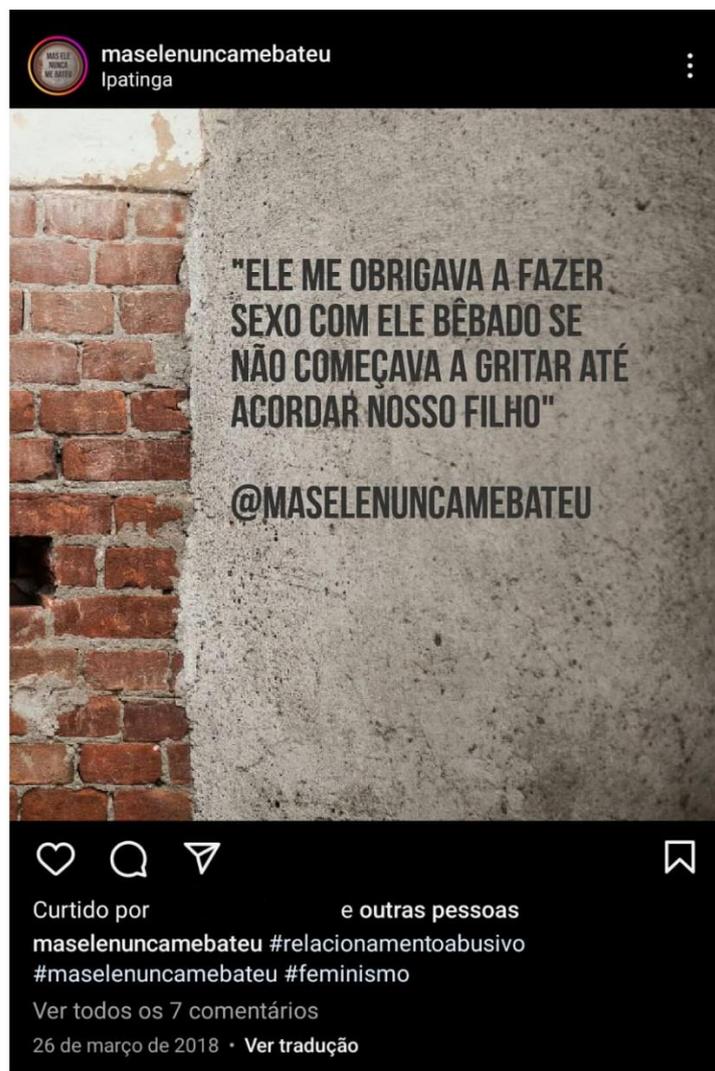
Entendemos o conteúdo temático como fatores sociais, históricos e culturais, já que nesta pesquisa tomamos como tema central a violência contra mulheres, sobretudo, a psicológica, do qual analisamos atividades de experiências vividas por mulheres que divulgaram anonimamente seus relatos na rede social Instagram.

Nesse fazer, os gêneros textuais atuam como práticas discursivas subsidiadas pela linguagem como uma ferramenta transformadora da realidade social, pois quando os gêneros são elaborados, devemos pensar nas condições de produção, quem criou, por qual motivo, quais forças externas impulsionaram essa ação, que objetivo se quer atingir, ou seja, “a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas” (BRONCKART, 2003, p.103). Com isso, consideramos os relatos produzidos por mulheres violentadas situados na rede social Instagram como sendo gêneros textuais a serem tratados de forma específica na próxima seção.

## **2.1 Relatos na rede social Instagram: desabafo no cenário de violência**

Neste trabalho, especificamente, tratamos de relatos que aparecem em um suporte de rede, ou seja, na internet, e mais precisamente, em uma rede social de grande circulação: o *Instagram*. Outrora, essa rede social tinha como objetivo primordial dar suporte aos usuários para postar suas fotos e marcar os lugares por onde passavam, mas, com o passar dos tempos, novas mídias começaram a ser veiculadas nessa rede, como por exemplo vídeos, textos editados em formato de imagens, além de publicidade. O foco principal dessa rede social era a postagem de fotos de lugares, mas o comportamento das pessoas foi ampliando em relação aos conteúdos postados. Postagens de diversas áreas passaram a ser divulgadas, inclusive as que se referem a movimentos de empoderamento feminino, a denúncias de crimes contra a mulher, dentre outros.

Desse modo, a página do *Instagram* @maselenuncamebateu iniciou seus trabalhos a partir de postagens de relatos de mulheres anônimas violentadas de muitas formas: psicológica (primordialmente), moral, patrimonial, sexual, dentre outras a partir de sua criação em 26 de março de 2018, tendo como primeiro relato postado, com apenas sete comentários, o seguinte:



**Figura 5** – Primeiro relato postado na página no *Instagram* @maselenuncamebateu  
Fonte: “Mas ele nunca me bateu”, 2018.

A arte gráfica elaborada onde aparece o relato de uma mulher violentada está baseada em uma imagem de um muro feito com tijolos e cimento aparentes, sem um acabamento estruturado e apresentável. Essa imagem veiculada na rede denota uma negatividade, uma vez que o estado físico do muro pode ser comparado ao estado da

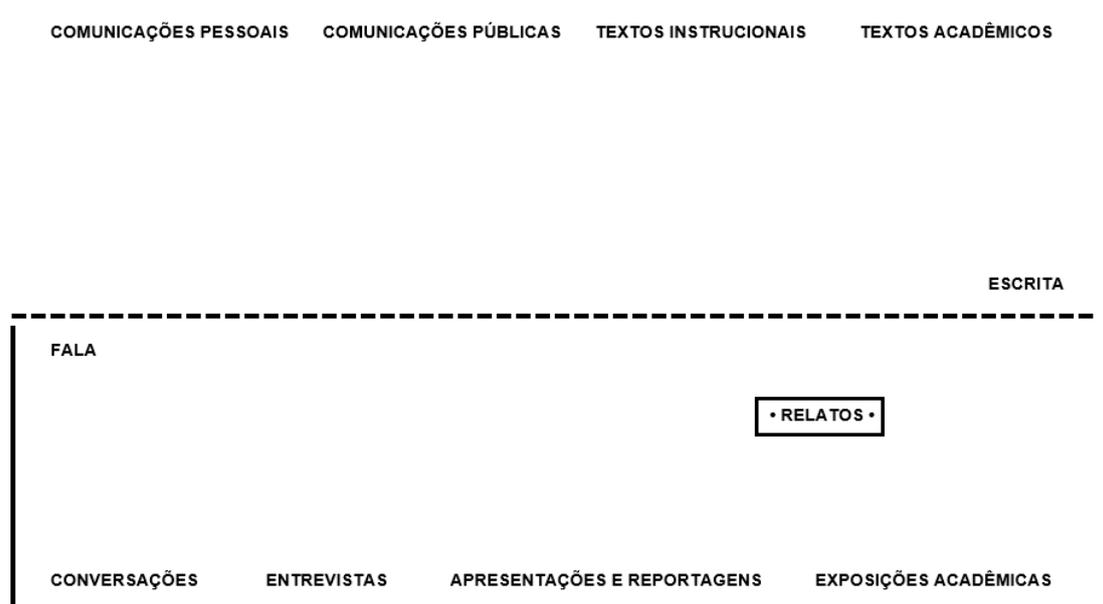
mulher violentada. Temos em vista que o foco desta tese não é a análise das metáforas imagéticas em que circundam os relatos, mas sim apenas os relatos escritos. No entanto, apresentamos, de forma generalizada, o contexto no qual aparece o relato para que entendamos seu funcionamento no todo, já que a *figura* (5), a qual carrega o primeiro relato, inaugura um trabalho de divulgação de sucessivos relatos com o objetivo de alcançar um número significativo de mulheres e, posteriormente, passa a postar concomitantemente a esses relatos, vídeos, notícias sobre mulheres violentadas, textos informativos, apoio de psicólogas, de advogadas, dentre outras, sendo todas voltadas aos interesses de mulheres como grupo de luta na busca por igualdade e justiça.

Segundo Marcuschi (2008, p. 174), suporte textual é “um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”. Assim, é possível localizar os relatos selecionados para análise em um lugar (internet), em um formato (arte gráfica com um texto escrito) e com visibilidade (fixada e exposta). Essas características não são tradicionais ou convencionais como um livro ou um jornal, mas é possível mensurar os três aspectos propostos por esse autor através de “serviços” em função da atividade comunicativa.

O gênero textual *relato*, em questão, constitui um texto do domínio discursivo interpessoal. Em consequência da perspectiva do contexto e da situação de práticas sociodiscursivas, esses textos declinam sob uma visão de lugar da mulher no interior de uma situação de violência, na qual ela é a primeira pessoa (o eu enunciador) do discurso, a violentada. Já seu agressor, como a terceira pessoa (referência). O relato da mulher fica no entremeio da fala e da escrita, pois depende de como esse texto será produzido, quem o consumirá e de que maneira, uma vez que tal gênero se estabilizou amplamente no uso falado (principalmente) e no uso escrito do domínio interpessoal quando se vai contar um fato ocorrido no qual a pessoa que narra também vivenciou o fato, dando-lhe veracidade e emoção.

Assim, os domínios discursivos produzem modelos de ação comunicativa que se estabilizam e se transmitem de geração para geração com propósitos e efeitos definidos e claros. Além disso, acarretam formas de ação, reflexão e avaliação social que determinam formatos textuais que em última instância desembocam na estabilização de gêneros textuais. E eles também organizam as relações de poder (MARCUSCHI, 2008, p. 194).

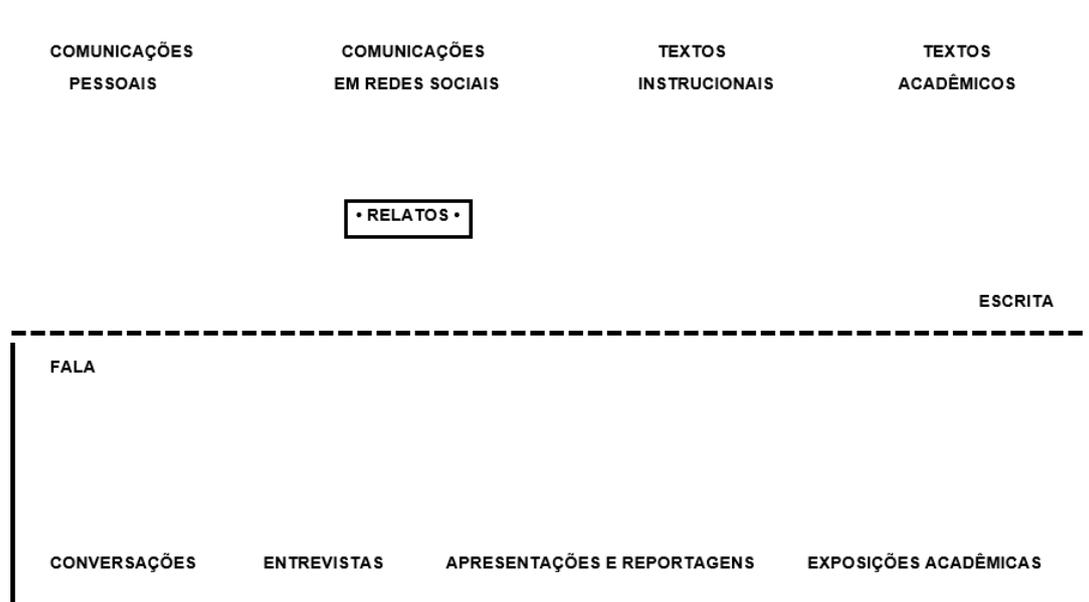
Convém afirmarmos que o fato de desembocar na estabilização de gêneros textuais, alguns formatos podem, a depender da prática sociodiscursiva, ser distribuídos de uma forma diferente. No entanto, outros se estabilizam porque dessa forma se sobrepõem em questões de poder como, por exemplo, as leis são textos extremamente estabilizados por conta da maneira como devem ser universalizados para a manutenção da ordem social. A proposta que segue revela um aspecto do gênero relato no *continuum da relação fala-escrita* proposto por Marcuschi:



**Figura 6** – Indicação do gênero relato de uso falado no contínuo genérico

Fonte: Adaptado de Marcuschi, 2008, p. 197.

Nessa *figura* (6), o gênero textual relato aparece sozinho numa adaptação elaborada para visualizarmos uma indicação feita pelo autor de sua proximidade à modalidade oral de uso da língua. No entanto, percebemos que os relatos postados na página @maselenuncamebateu são produzidos por seguidoras anônimas digitalmente. Assim, consideramos uma reformulação para a *figura* (6):



**Figura 7** – Indicação do gênero relato de uso escrito no contínuo genérico  
 Fonte: Adaptado de Marcuschi, 2008, p. 197.

Nessa reformulação, temos a realocação do gênero relato: de *comunicações públicas* para *comunicações em redes sociais*. Além da aproximação da modalidade escrita, já que os textos analisados são digitados. Diante dessa reformulação proposta, “sabemos que os gêneros resultam da complexidade da organização social, e novos gêneros surgem à medida que outros tipos de discurso emergem para dar conta de novas interações sociais” (MEDRADO, 2019, p. 115). O gênero de que tratamos nesta tese traz algumas características que são diferentes das que foram apresentadas na *figura* (6), ou seja, é a emergência de um tipo de relato que aparece em redes sociais e circulam de uma forma diferente, pois sua abrangência alcança um público maior por conta de uma interação participativa entre indivíduos que possuem interesses comuns na internet.

Com a difusão das novas tecnologias e o ininterrupto surgimento de várias formas de querer-dizer, é natural que as pessoas façam uso dos vários mecanismos da comunicação – sejam eles de natureza verbal ou não verbal – para interagir. Tal qual pode acontecer no processo de aquisição de um idioma, não necessariamente o sujeito precisa compreender todas as normas e os mecanismos de funcionamento de uma língua para poder se comunicar com outros sujeitos eficientemente (CASTRO, 2017, p. 20).

De acordo com Castro (2017), é possível afirmarmos que a readaptação do gênero relato se faz em novos meios tecnológicos, nos quais emergem relatos que são veiculados sobre imagens, montando um aspecto multimodal. Por mais que eu não

esteja pesquisando a multimodalidade nesta pesquisa, é relevante observar que os textos escritos surgem entremeados em imagens que se repetem a cada postagem desses relatos, assim como fora exemplificado na *figura* (5). E, reiterando a afirmação de Castro (2017), é importante notarmos que a forma como os relatos, postados no *Instagram*, são consumidos difere de tempos em que o modelo impresso era difundido.

Tal comentário implica na rapidez e fluidez hodierna em que esses textos perpassam socialmente e também são amplamente discutidos por meio de comentários, provocando uma interação que corrobora para uma mudança social mais efetiva, uma vez que as redes sociais são amplamente utilizadas na esfera mundial mais especificamente no Brasil. Na opinião de Castro (2017, p. 23), a interação mediante dispositivos eletrônicos “não conferiu transformações apenas nas formas de se comunicar, porém, a maneira como se tem distribuído e produzido informações [...] vem provocando impactos nas relações estabelecidas em todas as áreas do conhecimento humano, como o comércio, a política e o lazer”.

Destarte, ponderamos diferenças na elaboração de relatos e a forma como é consumido em tempos hodiernos. Então, mesmo com semelhanças e diferenças, o gênero permanece intitulado como relato. Tal manutenção da nomenclatura se dá por características que se mantiveram, pois “qualquer *espécie de texto* pode atualmente ser designada em termos de *gênero* e que, portanto, todo exemplar de texto observável pode ser considerado como pertencente a um determinado gênero” (BRONCKART, 2003, p. 73). Nesse sentido, afirmamos que o *corpus* desta tese é composto por relatos, por observarmos características de pertencimento ao domínio das experiências humanas baseadas na memória, nomeados por Schneuwly e Dolz (2004) de *relatos de experiência vivida*. Suas características são: personagens, tempo (memória – passado), espaço, narração não ficcional subjetiva, com finalidade de relatar experiências vividas e situadas, com linguagem informal e espontânea, na 1ª pessoa.

Então, concluímos que suas características essenciais continuaram sendo as mesmas, No entanto as condições de produção as quais envolvem o suporte, as necessidades de quem produz o texto, a forma como esses relatos estão sendo lidos pela sociedade e até como reverberam desde 2018 são diferentes. Ao verificarmos os relatos de violência psicológica, deparamo-nos com textos subjetivos que são pontuais e que, se somados a outros eventos, vão acumulando vários episódios de abusos, construindo um cenário destrutivo e violento. O seguinte relato evidencia o quanto o episódio

selecionado pela mulher é pontual no sentido de o fato ser mais um dentre tantos que lhe acometem e deixa pistas de que a violência não se encerra nele, pois a vítima aponta que há outras ações abusivas que a torturam:

## **Texto 2**

Ele não deixava eu usar cinto de segurança no carro quando ele dirigia porque significava que não confiava nele dirigindo. Isso foi só um dos absurdos que eu vivi e que demonstram a insegurança dele e a vontade de me controlar. Mas ele nunca e bateu (REL22).

(Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B94xiTvHii3/>. Acesso em: 13 jul. 2020).

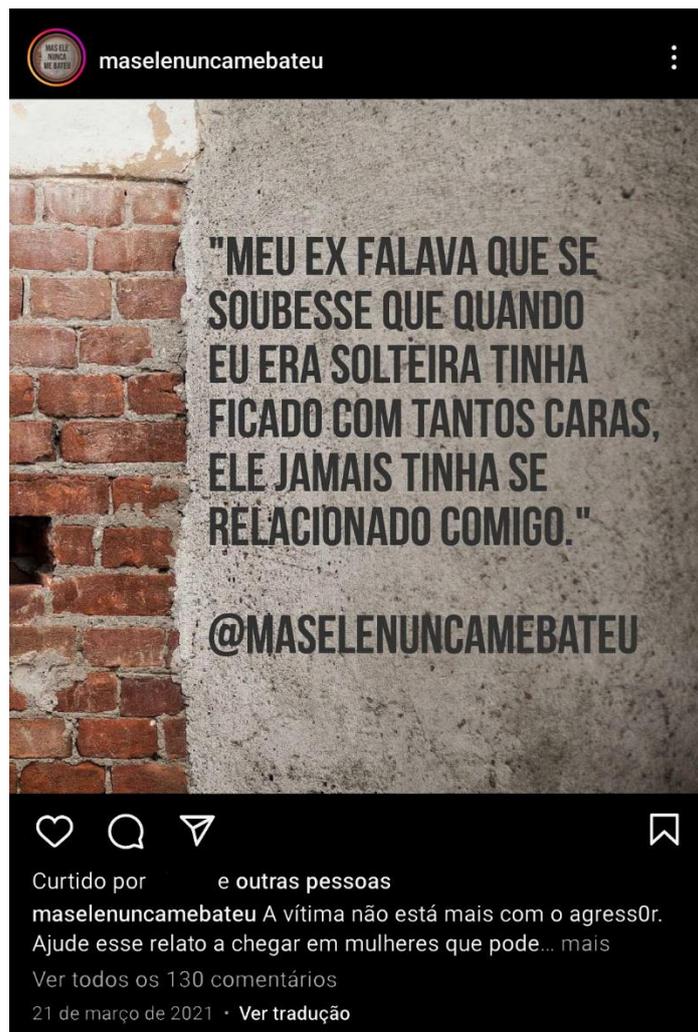
Ao declarar que o que seu agressor lhe fez é “só um dos absurdos” que viveu, podemos notar por inferência que essa vítima passa por outras situações de abuso. A forma como o texto foi produzido mostra uma subjetividade, uma intimidade que lhe é peculiar, cumprindo sua função de relatar. O discurso produzido por essa vítima parte de sua memória, da própria violência que foi vivida como uma experiência traumática e negativa. A partir dessa memória, ela vai relatando os fatos de uma forma simples, espontânea, sem se preocupar com aspectos linguísticos da norma padrão da língua. Assim, é possível perceber uma proximidade com a modalidade oral, pois as escolhas lexicais não são rebuscadas e, muitas vezes, aparecem desvios gramaticais. Isso mostra como a relevância do discurso se sobrepõe ao exercício da língua padrão, entendendo que, apesar de ser um texto escrito, aproxima-se da modalidade oral de uso da língua.

No entanto, sabemos que um relato desse tipo não só cumpre sua função como também desvela questões de assimetria social, pois se a mulher relata uma agressão vivida para um público engajado em uma causa feminina na busca por igualdade, é porque ela quer mais que relatar, ou seja, ela deseja, através de seu exemplo, mobilizar outras mulheres no sentido de fazê-las entender como ocorre um episódio de violência psicológica para um maior engajamento em prol de uma mudança social. Nesse sentido, tratamos, na próxima seção, de questões relacionadas às condições de produção dos relatos.

## **2.2 Página @maselenuncamebateu no Instagram como espaço de luta por igualdade e justiça**

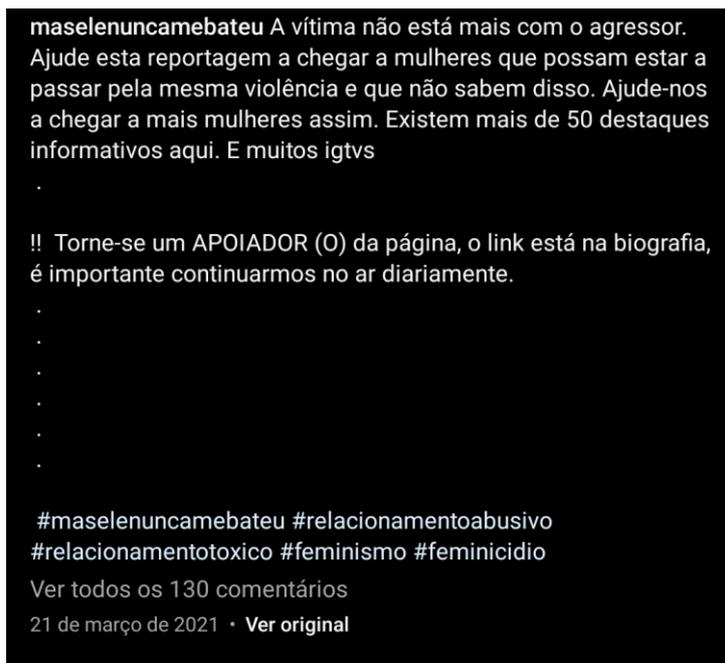
Considerando o gênero textual relato, entendemos a importância de explorar o espaço onde circulam esses textos, neste caso, a internet. Diante dessa necessidade, partimos primeiramente da produção textual; em seguida, exploramos as questões de consumo desses textos; e, por último, analisamos como esses textos são reverberados socialmente.

As condições de produção desses relatos específicos da página @maselenuncamebateu no Instagram são estreitas, ou seja, mulheres que a seguem, tomam iniciativa de enviar seus relatos de modo privado para a gestora da página. Esta, por sua vez, diagrama o relato de cada uma delas. Até a data de 21/03/2021, os relatos eram postados sem a indicação de que se tratava de um texto de uma seguidora anônima, além de que a legenda dos mostrava que o consumo de tais textos ficava restrito ao Instagram, local de início dessa prática social.



**Figura 8** – Última postagem sem a expressão “seguidora anônima”  
 Fonte: @maselenuncamebateu, 2021.

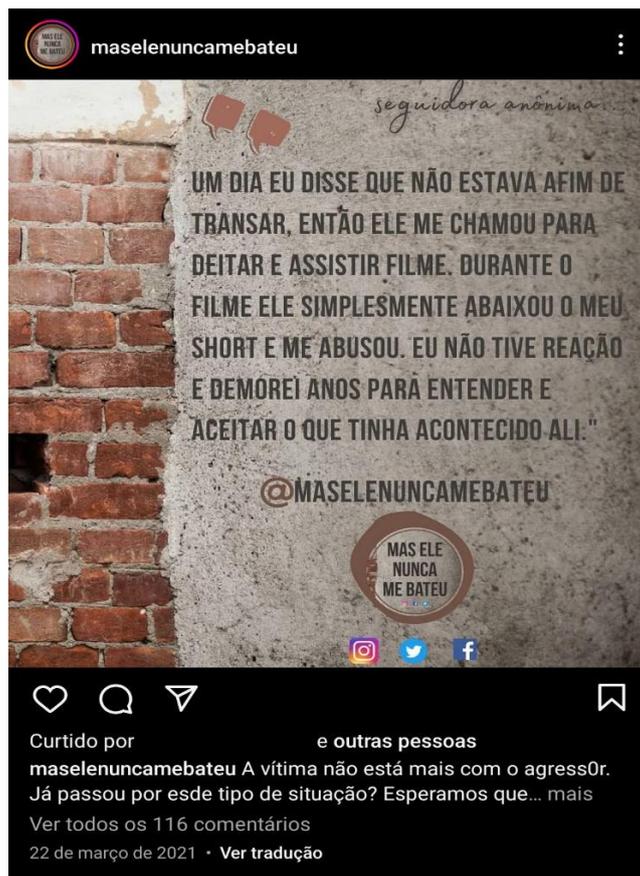
Por meio da figura (8), notamos que não há a expressão *seguidora anônima* no próprio relato. Além de não haver indicação de consumo desses textos em outro ambiente na internet:



**Figura 9** – Legenda da última postagem sem a expressão “seguidora anônima”  
 Fonte: @maselenuncamebateu, 2021.

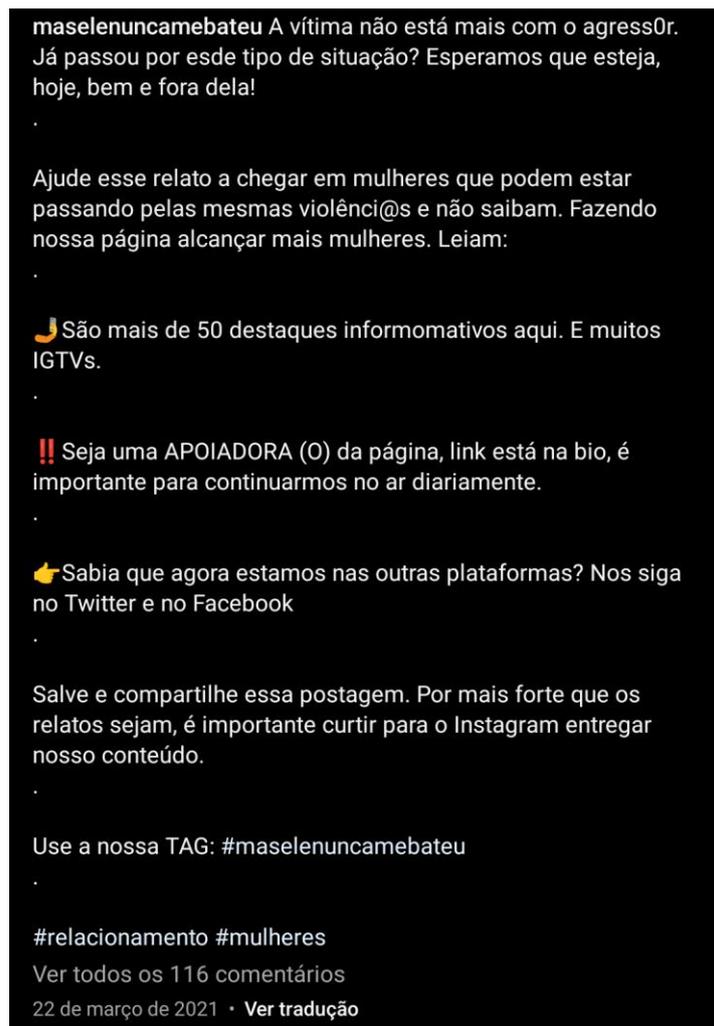
O pedido de apoio à página revela a forma como a gestora da página tenta reverberar esses relatos, pois sem a ajuda do público apoiador, torna-se um trabalho difícil de ser mantido, uma vez que a dedicação e o trabalho dessa gestora são voltados à manutenção desses discursos em circulação. Essas eram as informações específicas dos relatos dentro das postagens e se mantinham nesse padrão.

No entanto, houve uma transformação nas condições de produção e as formas como tais discursos passaram a ser reverberados. A expressão “seguidora anônima” passou a ser veiculada a partir de 22/03/2021, revelando ao público, de uma forma explícita, que o anonimato da identidade dessas mulheres era resguardado pela gestora da página.



**Figura 10** – Primeira postagem com a expressão “seguidora anônima”  
 Fonte: @maselenuncamebateu, 2021.

A primeira alteração sofrida foi a inclusão da informação de que aquela seguidora que tinha produzido tal relato era anônima, mas também a gestora da página passou a ocupar outros espaços diferentes do Instagram, como Twiter e Facebook na tentativa de atingir mais apoiadores e apoiadoras. Tal informação fica exposta na legenda do relato da figura (10):



**Figura 11** – Legenda da primeira postagem com a expressão “seguidora anônima”  
 Fonte: @maselenuncamebateu, 2021.

A legenda mostrada na figura (11) revela que a ampliação do trabalho da página @maselenuncamebateu passou a alcançar outros espaços na busca por um maior número de apoiadores e apoiadoras que pudessem fazer levar os relatos para mulheres que ainda não sabem que existem tipos de violência diferentes da violência física.

Seguindo nessa esteira, observamos que a internet é um espaço fluido e crescente para a disseminação de informações de múltiplas áreas, coadunando para a execução das funções sociais do gênero textual relato. Assim, esse lugar é chamado de suporte que, para Marcuschi (2008, p. 174), significa o “*locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”. A partir do conceito do autor, Castro (2017) descreve suporte de forma detalhada:

O suporte tem uma conexão precisa com o gênero transportado, uma vez que podem definir o gênero suportado. Depreendemos de acordo com o autor o seguinte: o suporte não define o gênero, no entanto, alguns gêneros necessitam de um suporte específico. A concepção de suporte apresentada aponta três aspectos: (a) suporte como lugar (físico ou virtual), (b) suporte tem formato específico e (c) suporte serve para fixar e mostrar o texto.

Além disso, o suporte pode se manifestar sob dois processos: convencional ou acidentalmente. Aqueles criados já com a perspectiva da função de mostrar determinado texto são denominados convencionais, por exemplo, livro, jornal, revista, outdoor, folder etc. Os acidentais constituem suportes eventuais ou casuais, geralmente considerados em situações corriqueiras ou específicas, como textos escritos em banheiros, provérbios em para-choques de caminhão, mensagens nas roupas, tatuagens no corpo humano etc (CASTRO, 2017, p. 18-19).

Seguindo essa linha, os relatos da página @maselenuncamebateu utilizam a internet, mais precisamente o espaço do *Instagram*, como suporte virtual que se apresenta como um aspecto de formato específico como foi mostrado nas *figuras 8 e 10*, por exemplo. Dessa forma, entendemos que, na contemporaneidade, o Instagram já deixou de ser um lugar somente para fotografias e passou a ser espaço de múltiplas ações de linguagem. Uma dessas práticas de linguagem é a criação de um espaço de luta por igualdade, como é o caso da referida página. Nela, contém, além de relatos, muitas formas textuais, isto é, sua diversidade abrange denúncias, veiculação de notícias nas quais mulheres foram agredidas, aconselhamentos de psicólogas, de advogadas, reformulação de leis que enfatizam a proteção a mulheres, dentre outras. A esse movimento de luta, a própria página nomeia como *movimento feminista*.

Dito de modo curto e simples, o feminismo é um movimento político que reivindica a libertação da mulher de todos os padrões e expectativas comportamentais baseadas na discriminação de gênero. O feminismo tem própria historicidade que articula luta, militância e fundamentação teórica, tanto que, hoje, está consolidado como o discurso de caráter intelectual, filosófico e político que busca demolir os padrões que conferem base às opressões impostas às mulheres ao longo da história da humanidade (SILVA, 2019, p. 5).

A notória luta feminista na internet é chamada de “quarta onda do feminismo”, uma vez que essa luta foi iniciada fora desse ambiente virtual, quando estávamos no século XIX. Onda feminista significa o tempo histórico marcado por eventos significativos que norteavam temas voltados a problemas relacionados a mulheres

engajadas socialmente. Dessa forma, montamos um quadro explicativo das quatro ondas do feminismo a fim de tornar mais didática a explicação sobre cada uma delas:

### Quadro 3 – Breve exposição das ondas do feminismo

<b>1ª onda do feminismo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Período:</b> fim do século XIX até meados do século XX.</li> <li>• <b>Cenário histórico:</b> ocorreu desde a Revolução Francesa com mulheres lutando ao lado de homens por liberdade e acreditando que essa luta pelos ideais liberais se estenderia a ambos os sexos, mas não foi o que aconteceu<sup>1</sup>. Essa luta se estendeu ao Reino Unido e aos Estados Unidos.</li> <li>• <b>Reivindicações:</b> por direitos civis, direitos no âmbito público que os homens já tinham garantido.</li> <li>• <b>Ponto de interseccionalidade:</b> mulheres brancas lutavam pelo direito à participação política e econômica, já as mulheres negras lutavam para serem reconhecidas como seres humanos.</li> </ul>
<b>2ª onda do feminismo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Período:</b> anos 50, após a publicação de <i>O segundo sexo</i>, de Simone Beauvoir, em 1949.</li> <li>• <b>Cenário histórico:</b> uma quebra do paradigma de que a mulher era um ser biologicamente inferior ao homem e que ela era mais frágil e que precisava de proteção masculina. O marco histórico dessa onda é a publicação do livro <i>O segundo sexo</i> que foi proibido pelo papa por desafiar tabus sagrados para a sociedade cristã que acreditava na vulnerabilidade natural da mulher.</li> <li>• <b>Reivindicações:</b> as feministas buscavam compreensão da origem da condição feminina, buscavam entender as razões que fundamentavam a opressão sofrida pelas mulheres. A condição de procriação que limitava a mulher fez com que as mulheres se unissem, formando uma luta chamada de feminismo radical, principalmente quando criada a pílula em 1962, fazendo do direito de escolha da mulher se queria engravidar ou não. Nessa segunda onda, o foco era a liberdade do corpo feminino.</li> <li>• <b>Ponto de interseccionalidade:</b> mesmo que buscassem universalizar as demandas feministas, a grande maioria das feministas era formada por mulheres brancas, cisgênero, de classe mais favorecida, o que não correspondia, de fato, a uma luta universal, já que, segundo Silva (2019, p. 16), “mulheres lésbicas, mulheres da classe trabalhadora e mulheres negras deram início ao que podemos chamar de um feminismo identitário”, diferentemente das que lutavam pela liberdade de seus corpos.</li> </ul>
<b>3ª onda do feminismo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Período:</b> dos anos 80 e 90 do século XX</li> <li>• <b>Cenário histórico:</b> queda do Muro de Berlim – 1991, dissolução da União Soviética –</li> </ul>

<sup>1</sup> Quando foi elaborada a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” as mulheres ficaram de fora desses direitos fundamentais, devendo apenas cumprir seu papel de desenvolver as atividades do lar e da maternidade. Olympe de Gouges, uma dramaturga e ativista política francesa, dois anos depois da Revolução – em 1791 – ousou propor à Assembleia Nacional da França uma “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” e, por isso, foi condenada à morte. Ela foi guilhotinada pelos homens que lutaram na revolução por direitos civis, mas que, ao mesmo tempo, defendiam que a mulher deveria se restringir ao ambiente doméstico, cumprindo adequadamente seu papel de mãe e esposa, longe do espaço público (SILVA, 2019, p. 6-7).

1991, dissolução das ditaduras militares na Argentina – 1981, no Brasil – 1985 e no Chile – 1990, além do crescente imperialismo cultural norte-americano que influenciava diretamente a cultura brasileira. Não obstante à forma como as mulheres eram enxergadas, o cenário histórico-cultural ensejava num aspecto de que a mulher feminista era uma vítima, promovendo a ideologia “feminismo vítima”. Por conta disso, os movimentos defendiam a liberdade de escolha de cada mulher.

- **Reivindicações:** percebendo que muitas mulheres não eram contempladas nas lutas feministas até a 2ª onda do feminismo, ativistas passaram a expor as falhas da onda anterior e a redefinir estratégias para reparar essas interseccionalidades. “A terceira onda buscou que fossem reconhecidas e consideradas as diversas identidades femininas, entendendo que as opressões sociais, mesmo que baseadas no gênero, atingem de maneiras diferentes mulheres que se encontram sob diferentes condições factuais” (SILVA, 2019, p. 17-18).

- **Ponto de interseccionalidade:** nesta 3ª onda, as interseccionalidades foram desveladas e postas em questão, mostrando que as definições anteriores eram essencialistas e que por isso só contemplavam mulheres brancas de uma classe econômica privilegiada na sociedade, sem mostrar que outros grupos de mulheres não eram levados em consideração.

#### 4ª onda do feminismo

- **Período:** uso maciço da internet, mais precisamente de determinadas redes sociais por volta de 2012.

- **Cenário histórico:** a internet causou uma revolução em relação à comunicação, e o feminismo chegou com força na internet. Nunca antes no mundo se experimentou a comunicação global e rápida como experimentamos hoje e, devido às peculiaridades da explosão do feminismo dentro desse contexto, é possível afirmarmos que estamos na 4ª onda.

- **Reivindicações:** o uso das plataformas de redes sociais – tais como do *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *YouTube* e *Tumblr* alavanca a quarta onda do feminismo que surge mediante o avanço das tecnologias de informação e comunicação, sendo usadas para contestar a misoginia, o sexismo, a LGBTfobia e vários tipos de desigualdades e violências de gênero.

- **Ponto de interseccionalidade:** a quarta onda do feminismo não significa apenas o *ciberativismo*, pois o movimento feminista na internet abre espaços para muitas interseccionalidades que antes não participavam dos movimentos de países centralizados. Essa extensão às mulheres de países periféricos e de lugares muito afastados fez com que elas também pudessem ganhar voz dentro do movimento, pudessem entender que elas também são parte de todo esse processo. Neste ensejo, foi criado o bordão “Ni Una Menos” (em português “nenhuma a menos”) que é um grande exemplo desse tipo de articulação. O marcador surgiu depois de uma tragédia ocorrida na Argentina no ano de 2015, quando a adolescente Chiara Páez, de 14 anos, foi assassinada pelo namorado de 16 anos, ela estava grávida e foi enterrada no quintal da casa dos avós dele com a ajuda dos pais.

Fonte: Adaptado de Silva, 2019.

Observamos que essa retomada histórica sobre os movimentos feministas nos faz ponderar o tratamento dado às análises dos relatos coletados dentro do mundo da internet, pois, nos tempos atuais, a quarta onda do feminismo calcada no espaço virtual e onde é reverberada a ideia de luta contra as violências se constrói no mesmo tempo desta pesquisa que coaduna com esses movimentos. Tratamos, portanto, de um gênero

situado historicamente e que é analisado com o objetivo de desvelar, sobretudo, uma das violências mais subnotificadas por conta da falta de conhecimento e de disseminação de informação.

Esta pesquisa está alinhada ao mesmo empenho dado pelos movimentos articulados pela página @maselenuncamebateu. Sendo assim, em virtude da crescente demanda de envios de relatos como um dos movimentos de reverberação desses discursos em prol de uma luta, a gestora da página criou uma exclusiva para receber os textos nomeada como @relatosmaselenuncamebateu. Essa iniciativa não interferiu nas veiculações dos mesmos relatos na página @maselenuncamebateu, ou seja, os relatos passaram a ser veiculados nas duas páginas desde 30/01/2023.

Essa ação é interpretada dentro de uma análise crítica como uma gradação positiva relacionada à reverberação/distribuição desses discursos voltados à luta contra a hegemonia masculina geradora de desigualdade entre homens e mulheres, assim, criando múltiplos espaços de violência ocupados por atores sociais assimétricos de acordo com o poder que detêm na sociedade. Em vista disso, tomamos a Análise de Discurso Crítica como base teórica utilizada para analisar os relatos como metáfora discursiva crítica da violência contra mulheres. Portanto, o próximo subcapítulo aborda essa interface como subsídio teórico de análise desses textos.

### **2.3 Análise de Discurso Crítica: sua interface teórica para as análises dos relatos**

Nesta tese, tomamos como base teórica principal a Análise de Discurso Crítica (ADC), através da abordagem de Norman Fairclough, que defende que as funções sociais da linguagem estão atreladas aos processos sociais. Sendo assim, utilizamos sua teoria voltada para a análise dialético-relacional, na qual contempla o modelo tridimensional reformulado para o modelo transformacional a fim de fazermos Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO). Para tanto, iniciamos esta seção abordando alguns conceitos básicos em ADC — *discurso, prática social, prática discursiva, texto, poder, hegemonia, ideologia* — para depois avançarmos às questões teóricas voltadas às análises dos relatos.

#### *2.3.1 Alguns conceitos básicos em ADC*

O *discurso*, para Fairclough, está diretamente relacionado ao uso da linguagem de maneira constitutiva, ou seja, o discurso constitui e é constituído socialmente, definindo-o como uma forma de *prática social*.

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. [...] O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem [...] é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91).

Notamos no conceito de *discurso* elaborado por esse autor, uma estreita relação com a *prática social* que é outro conceito relevante à ADC e aos encaminhamentos analíticos do texto, mas intrinsecamente ligado ao *discurso*. Ou seja, para ele a tridimensionalidade do discurso abarca: “um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22). Essa prática social diz respeito a “várias orientações — econômica, política, cultural, ideológica —, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). Ainda, afirma que “ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”.

Observando o relato por essa ótica, sua análise está voltada para questões sociais que estão no entorno da linguagem produzida. Para Resende e Ramalho (2006, p.58), “a linguagem é funcionalmente complexa. As estruturas linguísticas não ‘selecionam’ funções específicas isoladas para desempenhar; ao contrário, expressam de forma integrada todos os componentes funcionais do significado. Baseando-se em Halliday (1973), Fairclough (2001), citado por Resende e Ramalho (2006) recontextualiza as três funções da linguagem propostas anteriormente pelos estudos funcionalistas.

Os estudos funcionalistas têm por objetivo, além de estabelecer princípios gerais relacionados ao uso da linguagem, investigar a

interface entre as funções e o sistema interno das línguas. A compreensão das implicações de funções sociais na gramática é central à discussão que relaciona linguagem e sociedade. A relação entre as funções sociais da linguagem e a organização do sistema linguístico é, para Halliday (1973), um traço geral da linguagem humana. Daí a necessidade de se estudar os sistemas internos das línguas naturais sob o foco das funções sociais.

A variação funcional não é apenas uma distinção de usos da linguagem, é algo fundamental para sua organização, uma propriedade básica da linguagem (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 56-57).

A partir da necessidade dessa recontextualização, — por conta da falta de importância dada por Halliday (1991) ao postular funções da linguagem (ideacional, interpessoal e textual) que não contemplavam a importância do discurso no processo de estruturação de identidade como fator preponderante ao funcionamento da sociedade — Fairclough (2001) passa a apresentar estruturas linguísticas produzidas a partir de três aspectos que constituem o discurso e que são correspondentes às três funções da linguagem: *identitária, relacional e ideacional*.

A primeira função diz respeito à construção *identitária* da pessoa que constrói o texto, ou seja, aquele que produz o discurso se identifica com a posição social que ocupa, significando que na opinião de Resende e Ramalho (2006, p. 59) “a ênfase na construção desvela a importância da função identitária na linguagem, porque os modos de construção e categorização de identidades em uma dada sociedade refletem seu funcionamento no que concerne às relações de poder, à reprodução e à mudança social”.

No caso desta pesquisa, a mulher agredida se identifica como sendo a vítima dentro do discurso construído, uma vez que os relatos produzidos são categorizados simbolicamente de acordo com a identidade construída da mulher, considerando a sua posição desvalorizada que carrega em função do poder exercido pelo agressor.

A segunda função, a *relacional*, diz respeito a “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92), que neste caso, são o agressor e a vítima cujas relações sociais são representadas pela violência, evidenciada simbolicamente através dos relatos e por uma perspectiva de assimetria de poder. Por último, a função *ideacional* é o modo como o texto significa o mundo, ou seja, “é a função de representação da experiência, um modo de refletir a “realidade” na língua: os enunciados remetem a eventos, ações, estados e outros processos da atividade humana através de relação simbólica” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 57).

Reiteramos que essas funções estão interligadas e que não há uma ordem para analisá-las, pois sua atuação é simultânea. Para Fairclough (2001), esse processo deve ser imbricado, não deve ser dividido, a não ser para fins didáticos assim como foi realizado anteriormente.

Ele explica que o discurso figura de três principais maneiras como parte de práticas sociais, na relação entre textos e eventos: como modos de agir, como modos de representar e como modos de ser. A cada um desses modos de interação entre discurso e prática social corresponde um tipo de significado. O significado acional focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, aproxima-se da função relacional, pois a ação legitima/questiona relações sociais; o significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo — físico, mental, social — em textos, aproximando-se da função ideacional, e o significado identificacional, por sua vez, refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso, relacionando-se à função identitária (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 60).

De forma prática, apontamos relatos de mulheres violentadas que evidenciam como as agressões ocorrem de uma forma contextualizada e não isolada do mundo. Essa contextualização demarca a posição de como se vê o mundo porque outrora, por exemplo, agressões contra mulheres, principalmente no âmbito familiar não eram tratadas dentro do rol criminal, ou seja, o discurso se transforma histórica e culturalmente, no qual os participantes são agentes capazes de modificar a realidade.

Para Fairclough (2001, p. 91), a possibilidade de um discurso contribuir para modificação das práticas sociais é uma deliberação em prol de mudanças na resolução de problemas ocasionados por assimetrias de poder. O autor argumenta que “o discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’”. Dando continuidade ao seu posicionamento, ele acrescenta que, em segundo lugar, “o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença”.

A partir dessas contribuições, o texto é definido como elemento semiótico materializado na escrita, considerado como uma das dimensões das práticas sociais e o meio que carrega traços discursivos. É um lugar de luta contra forças hegemônicas de poder. O relato enquanto texto demarca a identidade da mulher violentada e, conseqüentemente, de seu agressor; o lugar dos participantes nessa relação social; e o modo como significa essa violência. Para Fairclough, os textos

têm efeitos causais – isto é, eles trazem mudanças. Mais imediatamente, os textos podem provocar mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas com eles), nossas crenças, nossas atitudes, valores e assim por diante. Eles também têm efeitos causais de longo prazo – pode-se, por exemplo, argumentar que a experiência prolongada de publicidade e outros textos comerciais contribui para moldar as identidades das pessoas como “consumidores” ou suas identidades de gênero. Os textos também podem iniciar guerras, ou contribuir para mudanças na educação, ou para mudanças nas relações industriais, e assim por diante. Seus efeitos podem incluir mudanças no mundo material, como mudanças no desenho urbano ou na arquitetura e desenho de determinados tipos de edificações. Em suma, os textos têm efeitos causais e contribuem para mudanças nas pessoas (crenças, atitudes, etc.), ações, relações sociais e no mundo material<sup>2</sup> (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8).

Assim, os textos causam efeitos nas pessoas, por isso gêneros, discursos e estilos são operacionalizados no texto, provocando mudanças nas relações externas ao escopo linguístico. Portanto, “quando se analisa um texto em termos de gênero, o objetivo é examinar como o texto figura na (inter)ação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 62). Observando o relato como exemplo de um gênero textual com função de relatar fatos vivenciados pelo eu enunciador, notamos sua finalidade de fazer com que o texto se configure como *prática discursiva*.

Esta prática está inserida num quadro tridimensional cujo objetivo é estabelecer uma abordagem para a investigação da mudança discursiva em sua relação com a mudança social e cultural, na medida em que a prática discursiva é constituída de duas formas: convencional e criativa, pois contribui tanto para reproduzir a sociedade tal como ela é, como também contribui para sua transformação, ou seja, a *prática discursiva* é uma particularidade da prática social, localizada no seu entremeio com o texto, além de ser responsável pelo processo de produção, distribuição e consumo dos textos (FAIRCLOUGH, 2001).

---

<sup>2</sup> have causal effects — they bring about changes. Most immediately, texts can bring about changes in our knowledge (we can learn things from them), our beliefs, our attitudes, values and so forth. They also have longer-term causal effects — one might for instance argue that prolonged experience of advertising and other commercial texts contributes to shaping people's identities as 'consumers', or their gender identities. Texts can also start wars, or contribute to changes in education, or to changes in industrial relations, and so forth. Their effects can include changes in the material world, such as changes in urban design, or the architecture and design of particular types of building. In sum, texts have causal effects upon, and contribute to changes in, people (beliefs, attitudes, etc.), actions, social relations, and the material world (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8).

O relato de mulheres agredidas introduz um estudo da *prática discursiva* dessa parte específica da sociedade mostrando sua realidade através da violência, sobretudo, verbal, psicológica e moral por meio de seus relatos comuns que são produzidos, distribuídos e consumidos em diversos espaços por muitas pessoas que se interessam pelo seu teor temático nas redes sociais. Ao passo que esses relatos, que trazem uma realidade infeliz sobre a situação de muitas mulheres, também, constituem *práticas discursivas* no engajamento de transformação social, já que a página do *Instagram @maselenuncamebateu* existe para fins de engajamento de mulheres (principalmente) para uma mudança, assim como propõe Fairclough (2001) no uso da linguagem por uma mudança social.

A prática discursiva [...] envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais. Por exemplo, os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos [...] Os textos também são consumidos diferentemente em contextos sociais diversos. Isso tem a ver parcialmente com o tipo de trabalho interpretativo que neles se aplica (tais como exame minucioso ou atenção dividida com a realização de outras coisas) e com os modos de interpretação disponíveis [...] O consumo, como a produção, pode ser individual ou coletivo (FAIRCLOUGH, 2001, p. 106-107).

Dessa maneira, o conceito de *ideologia* emerge da construção da realidade formada a partir de diversas práticas discursivas que trabalham tanto para a manutenção do *poder* como *hegemonia*, como também para a evolução das relações de poder na luta hegemônica. Fairclough (2001, p. 117) entende que as ideologias são significações, ou melhor, “construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”.

Nesse trabalho, ele afirma que Althusser (1971) forneceu-lhe bases teóricas a respeito do conceito de ideologia, mas também seguiu tal conceito amplamente discutido por Thompson na sua obra intitulada *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (2011). Nessa obra, Thompson (2011, p. 116) afirma que é possível “reorientar o estudo da ideologia para as múltiplas e diferentes maneiras como as formas simbólicas foram usadas, e continuam a

ser, a serviço do poder, dentro das sociedades ocidentais modernas ou dos contextos sociais situados em diferentes pontos no tempo ou no espaço”.

Assumimos esse conceito de *ideologia* tomado por Fairclough (2001), no qual se caracteriza por ser mediador nas relações de dominação, pois sustenta a hegemonia de um grupo em detrimento de outro, provocando um cenário desregulado de poder. Nesse sentido, *ideologia* se define nas práticas de manutenção da dominação. Segundo a percepção de Fairclough (2001, p. 121), “As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia”. Não obstante ao conceito de ideologia, esse autor apoia-se no conceito de hegemonia de Gramsci (1971) e aponta as faces dessa definição em:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

A sustentação do poder como hegemonia é articulada através da linguagem pelos atores sociais que a manipulam (produzem, reconstróem, rebatem) no discurso. Sendo assim, o conceito de hegemonia está baseado no poder exercido sobre as camadas, liderando e dominando as esferas sociais. Em outras palavras,

é crucial para a abordagem da linguagem como espaço de luta hegemônica, uma vez que viabiliza a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas ou determinadas vozes, por exemplo, e articulá-las de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 18).

Ao passo que essa luta pelo poder leva o sujeito a selecionar vozes que o representem. É possível que mulheres, através do conhecimento da Lei Maria da Penha,

Lei nº 11.340 de 2006, em posição subjugada dentro da instituição *família*, possam galgar mudança social por meio de luta. Faz-se necessário, nesse movimento, o apoio de políticas públicas para essas pessoas fragilizadas financeiramente, por exemplo, para que elas possam se desvencilhar de seus algozes. O *poder de acesso* (VAN DIJK, 2012) é indispensável, uma vez que não é possível que haja transformação sem que haja participação da mulher violentada nesse processo, pois a busca pela justiça se faz na luta pelo poder de ter acesso aos meios que levem essas mulheres a terem seus direitos resguardados.

Há muitas formas de poder contemporâneo as quais devem ser definidas como poder *simbólico*, ou controle sobre o discurso público, seguindo a lógica da reprodução esboçada anteriormente. Esse “Controle do discurso público é controle da mente do público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas” (VAN DIJK, 2012, p. 23). Nesse sentido, “as elites simbólicas no momento tais como políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas e todos os outros que têm acesso especial ao discurso público ou os diretores empresarias que indiretamente controlam tal acesso”. Por exemplo, como donos de impérios da mídia, são os que devem ser definidos como poderosos segundo esse critério.

A falta de poder da mulher no sentido de persuadir a sociedade na íntegra de que sua posição deve ser igualada à do homem faz com que ela se mantenha em um espaço inferiorizado porque, segundo Dijk (2012, 41) “exceto no caso do exercício de uma força física, o poder de A sobre as reais ou eventuais ações de B pressupõe que A precisa ter controle sobre as condições cognitivas das ações de B, tais como desejos, planos e crenças”.

Em outras palavras, o poder social é geralmente indireto e age por meio da "mente" das pessoas, por exemplo, controlando as necessárias informações ou opiniões de que precisam para planejar ou executar suas ações. A maior parte das formas de controle social da nossa sociedade implica esse tipo de "controle mental" exercido tipicamente por meio da persuasão ou de outras formas de comunicação discursiva, ou resultante do medo de sanções a serem impostas por A no caso de B não atender aos desejos de A. É nesse ponto que nossa análise do papel do discurso no exercício, manutenção ou legitimação do poder torna-se relevante. Note-se, porém, que essa "mediação mental" do poder também deixa espaço para graus variáveis de liberdade e resistência daqueles que estão subjugados pelo exercício do poder (VAN DIJK, 2012, p. 41-42).

Diante das formulações do autor, entendemos que a posição, a autoridade e o privilégios das mulheres estão desigualmente distribuídos e, por conta disso, seu exercício do poder na sociedade não surte efeito. Assim, o consenso dentro de uma estrutura ideológica da manutenção do poder é interpelado pela resistência de grupos dominados, ocasionando condições possíveis de mudança social.

Por essa perspectiva, as leis criadas para enfatizar a proteção às mulheres também fazem parte desse *poder de acesso*, pois mulheres violentadas não são capazes de fazer com que esses textos legais sejam efetivados, mesmo que já sejam decretados e sancionados pelos próprios *agentes do poder*. Por isso, de nada vale uma lei se não há efetivação que a faça valer no espaço social. Por conta das consequências geradas (inúmeros casos de impunidade, por exemplo) à não obediência efetiva das leis de proteção às mulheres e por conta de muitos silenciamentos sociais, muitas delas encontram na página do *Instagram @maselenuncamebateu* um meio de apoio e uma oportunidade para validar suas denúncias em forma de relatos na formação de um discurso de não aceitação de práticas outrora naturalizadas e também um meio de identificação discursiva, ou seja, um espaço onde podem ser compreendidas por meio do discurso produzido através dos conteúdos veiculados na referida página, além de ser um espaço de luta contra forças hegemônicas de poder.

As práticas de violência por meio de diferentes linguagens são reveladas no formato de relatos, respaldadas pela própria página que já tem um nível muito alto de adesão social, ou seja, já há uma grande aceitação desse tipo de relatos, sendo validados como formas outras de violência, diferenciando-as da física, tão já difundida como crime. Todavia, falta ainda criminalizar nos discursos, e, para tanto, é necessário que essas mulheres tenham poder para tal ação. Nesse sentido, “um elemento importante na reprodução discursiva do poder e da dominância é o próprio acesso ao discurso e a eventos comunicativos” (VAN DIJK, 2012, p. 89). Nesse sentido, o autor, ainda se posiciona ao dizer que o “discurso é similar a outros recursos sociais valorizados que constituem a base do poder e cujo acesso é distribuído de forma desigual”. Por exemplo, nem todos têm igual acesso à mídia ou à fala e à escrita médicas, jurídicas, políticas, burocráticas ou acadêmicas.

Nesse ponto, o *discurso* delimita o *poder* a um grupo que possui acesso ao poder e que tem conhecimento e respaldo em sua área de atuação. E, o mais relevante, é a mudança que esses discursos provocam na sociedade. Quando mulheres passam a ter

meios de propagar uma prática discursiva como sendo violência, vão ganhando respaldo da sociedade para provar que determinadas ações são constituídas como crime. Mesmo que a lei mostre que é crime, é necessário que a sociedade, em sua prática discursiva, também, encare isso como a realidade, pois não tem sentido tratar da linguagem violenta nos relatos dessas mulheres sem mensurar os efeitos metafóricos da própria violência que esses discursos constroem.

A contribuição que a *prática discursiva* dá à mudança no sentido de passar a enxergar o que é naturalizado, muitas vezes banalizado e encarado como adíforo, está na configuração desses relatos serem retratos da violência contra a mulher, enquanto gênero textual, como a própria linguagem narrativa violenta.

Ao alcançar um público mais abrangente que é o das redes sociais, mulheres (principalmente) — enquadradas socialmente como integrantes de um grupo minorizado — passam a reproduzir uma realidade de luta pela busca ao poder e endossamento de seu próprio discurso através de seguidores e seguidoras que validam os relatos por meio das curtidas e dos comentários, gêneros próprios de redes sociais. Alguns desses comentários são relevantes por conta da interação produzida ao consumir os textos postados. Então, é possível ressaltarmos o que já fora mencionado a respeito de que as práticas discursivas operam na produção, distribuição e consumo textual, já que a forma como os textos são consumidos depende da interpretação aplicada a cada um deles a depender do contexto social no qual está inserido.

Percebemos, dessa forma, que essas práticas discursivas não são estáticas, pois, “os sujeitos são capazes de agir como agentes e negociar seu relacionamento com os tipos variados de discurso a que eles recorrem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 87). Nesse sentido, a mudança social é incontestável porque cada contexto histórico e cultural demanda novas práticas discursivas, ou seja, a realidade contemporânea em transformação é subsidiada de forma criativa por essas práticas.

É por meio do discurso como modo de ação que Fairclough (2001) considera o uso da linguagem como forma de *prática social*, traçando assim uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social. Esta se configura como condição e efeito dessa prática, considerando sua teoria dialético-relacional (Fairclough, 1992) na perspectiva de uma mudança discursiva. E, mais tarde, Fairclough e Chouliaraki ponderaram uma perspectiva dialético-transformacional (Chouliaraki; Fairclough, 1999) que serão apresentadas na próxima seção.

### 2.3.2 ADC: interface teórica para as análises dos relatos de mulheres violentadas

Nesta seção, apontamos a teoria tridimensional, considerada como dialético-relacional, de Fairclough (2001) e a emergência de uma teoria dialético-transformacional que dá mais rotatividade às práticas sociais no sentido de que tais práticas se interconectam com os discursos produzidos.

A prática social abarca, justamente, como as relações de poder se articulam. Tais relações são foco de luta, na medida em que as convenções sociais revelam que a posição de um determinado grupo minorizado na sociedade é uma posição de luta pela conquista de poder no sentido de fazer valer seus direitos dentro dos espaços sociais. Nesse ponto, reiteramos o conceito de *prática discursiva*.

Dentro dos discursos, circulam textos convencionais, ou seja, textos que são dados socialmente como a forma “correta” de agir, aquela que não foge aos ditames e regras sociais. Às vezes, os atores sociais nem pensam como estão reproduzindo determinadas falas porque já se tornou automático. Sendo assim, a *prática discursiva* é uma reprodução daquilo que já foi normatizado socialmente, mas também engloba discursos criativos, ou seja, carrega textos que circulam como uma nova maneira de enxergar determinadas situações na intenção de transformar a realidade na qual se vive. Esses novos textos são realizações sociais que visam a modificar cenários de injustiças por meio de engajamento de grupos que têm seus direitos violados, além de serem potencialidades para que haja a mudança social.

Convencionalmente em uma relação cisgênero, a posição ocupada pelo homem possui um maior poder nas situações de violência e a mulher violentada é o sujeito que se configura como agente de luta pela busca de igualdade dentro dessa relação. Assim, a prática discursiva é um dos elementos que se discorre em meio à complexidade da prática social, que se diferencia da prática discursiva da seguinte forma: a prática discursiva é uma forma particular da prática social. Aquela acontece por meio da linguagem, enquanto esta (a prática social) é uma dimensão do evento discursivo.

'Prática discursiva' aqui não se opõe a 'prática social': a primeira é uma forma particular da última. Em alguns casos, a prática social pode ser inteiramente constituída pela prática discursiva, enquanto em outros pode envolver uma mescla de prática discursiva e não-discursiva. A análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva focaliza os processos de produção, distribuição e

consumo textual. Todos esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado. A produção e o consumo são de natureza parcialmente sociocognitiva, já que envolvem processos cognitivos de produção e interpretação textual que são baseados nas estruturas e nas convenções sociais interiorizadas (daí o prefixo 'socio-') (FAIRCLOUGH, 2001, P. 99).

Sob esse ponto de vista, entende-se por prática social o conjunto de crenças, valores, ideologias, atividade material, relações sociais e discursos. Como é possível perceber, esse tipo de prática engloba elementos discursivos e não discursivos. Não é possível fazer uma análise de discurso sem observar esses elementos, pois o contexto em que os discursos circulam possui grande relevância para a construção desses discursos nele produzidos. Por exemplo, se for uma sociedade colonial, os discursos serão próprios daquele tempo, por outro lado se for uma sociedade contemporânea, os discursos serão diferentes.

Os elementos discursivos e os não discursivos estão imbricados e essa relação é dialética, pois um interfere no outro. Para melhor detalhar, seguem as dimensões da prática social, segundo Magalhães et al. (2017): (i) participantes, relações sociais; (ii) atividades; (iii) poder; (iv) recursos, materiais, instrumentos; (v) discurso, gênero, estilo; (vi) crenças, valores, desejos; (vii) tempo, local. Então, a partir das análises desses elementos, é possível notar se existe probabilidade de mudança social que é um conceito extremamente importante para Fairclough (2001).

Nossa análise decorre da prática social que possui um conceito norteador para esta pesquisa, pois sua definição corrobora para uma análise por meio de um procedimento metodológico que fomentará a maneira como os relatos serão analisados. Assim, para Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21), as práticas sociais são “maneiras recorrentes, situadas temporal e espacialmente, pelas quais agimos e interagimos no mundo”. Isto é, são situadas porque são coletivas, sociais, e não estão centradas apenas no indivíduo, além de que ocorrem em determinados contextos que se dão num determinado tempo. Esses contextos permitem que as práticas aconteçam e se modifiquem. Segundo Magalhães (2017, p. 132), “falar de prática social é trazer à discussão o contexto social e suas implicações”. Por isso, essa perspectiva de análise é uma maneira que agrega valor à ação de mulheres que produzem seus relatos sobre as violências que sofreram no ensejo de um engajamento na busca por mudança social,

pois o contexto social no qual vivem diz muito sobre os aspectos não linguísticos que influenciam diretamente nos discursos delas.

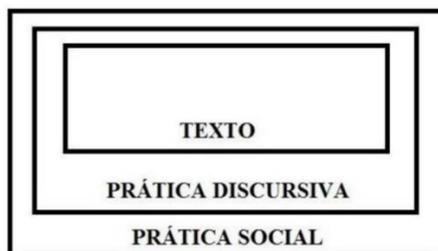
As práticas sociais possuem, conforme Fairclough (1999), algumas características que consideramos relevantes a serem citadas: aspecto habitual, aspecto ritual e aspecto institucionalizado. No *aspecto habitual*, notam-se as ações do cotidiano que são usualmente acessadas para a realização de múltiplas tarefas e de várias interações sociais, como por exemplo, um professor em sala de aula, um médico em seu consultório os quais já possuem um *modus operandi* socializado e referenciado por todos que estão ao redor desses profissionais. Caso um professor fale para seus alunos que podem dançar durante sua aula, eles irão, no mínimo, estranhar e perguntar o porquê dessa ação tão diferente.

No *aspecto ritual*, existem as repetições de atos para cada contexto da vida social, ou seja, em um tribunal, cada participante tem que se comportar de uma forma pré-determinada, dirigir-se ao juiz por meio de forma de tratamento específica, ou, em uma igreja, no momento de uma missa, tem um ritual antes, durante e depois da comunhão e outras situações diversas da vida cotidiana que exigem um ritual já circulado dentro daquela comunidade peculiar.

Por último, *o aspecto institucionalizado* não aparece na prática social de forma isolada, mas sim concomitante aos outros aspectos citados. Esse aspecto diz respeito às instituições que compõem a vida social, mas, principalmente, às pessoas que representam essas instituições: universidade, justiça, igreja, escola. É nesse aspecto institucionalizado das práticas sociais que é possível perceber, com mais clareza as *assimetrias das relações de poder* (Fairclough, 2001). Por exemplo, o casamento como sendo uma instituição formada pelos cônjuges que exercem suas relações de poder em diversos aspectos, é possível enxergar a relação assimétrica de poder entre um casal, principalmente, quando uma das partes é sistematicamente violentada.

Para observar tais assimetrias, além de outros aspectos concernentes à prática social, é necessário observar os modelos de análise criados por Fairclough (2001). Primeiramente, o autor criou o modelo dialético-relacional, em 1992, em sua obra *Discourse and Social Change* — traduzida por Maria Izabel Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará – UFC), em 2001 — é considerada uma de suas grandes contribuições para os estudos da Área de Linguística, tendo em vista que sua proposta se faz a partir de um modelo tridimensional que contempla a análise de texto, a

prática discursiva e a prática social. Vale ressaltar que essa tríplice busca fazer relações entre si, ou seja, há uma relação dialética que envolve os três aspectos, mas eles são apresentados dessa forma para tornar o estudo mais didático. Observe, a seguir, um quadro formulado pelo autor para ilustrar seu dispositivo analítico de discurso:



**Figura 12** – Modelo tridimensional de Fairclough (1992)  
Fonte: Fairclough, 2001, p. 101.

A *figura* (12) propõe, em primeiro lugar, o texto com categorias de análise que trazem questões vocabular, gramatical, de coesão, de estrutura; já a prática discursiva adentra à produção, distribuição, consumo, contexto; e, por último, a prática social que carrega ideologias, metáforas, hegemonia. Esse modelo é dialético-relacional porque, segundo Fairclough (2001, p. 91), “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Em outras palavras, tal modelo propõe a análise da prática discursiva, do texto e da prática social que são categorias utilizadas na Análise de Discurso que foi proposta por Fairclough (2001). Para tanto, dispomos de um quadro elaborado por Resende e Ramalho (2006) que descreve cada uma das três categorias:

**Quadro 4** – Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário	Produção	Ideologia
Gramática	Distribuição	Sentidos
Coesão	Consumo	Pressuposições
Estrutura textual	Contexto	Metáforas
	Força	Hegemonia
	Coerência	Orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas
	Intertextualidade	

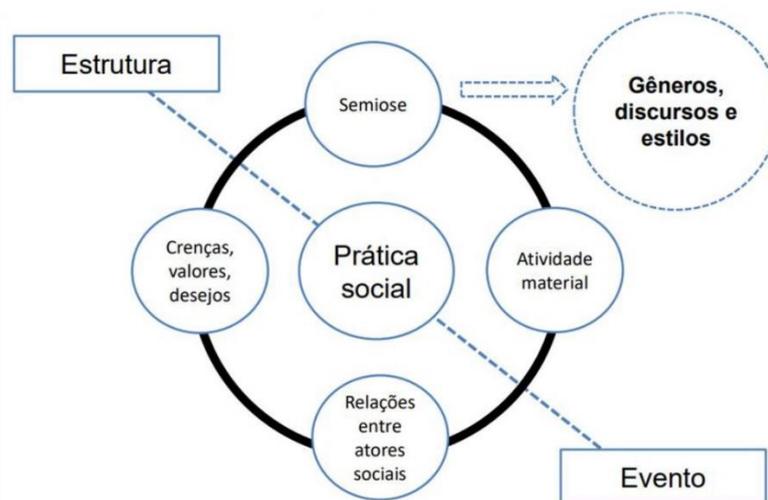
Fonte: Resende; Ramalho, 2006, p. 29.

Dessa forma, Fairclough (2001) propõe as três categorias analíticas descritas acima, as quais estão organizadas para a realização de análise. Dentro das práticas sociais, ocorrem as práticas discursivas que são permeadas pelas relações de poder e ordens do discurso (o que está sendo dito e quem o pode fazê-lo) e tudo isso pode ser materializado pelo texto como categoria de materialidade do discurso. Então, o uso da linguagem como forma de prática social, sendo o discurso uma forma de representação, percebemos uma relação existente entre os aspectos sociais e os aspectos discursivos os quais vão configurar uma possível mudança social. Esse conceito de mudança social está diretamente relacionado à mudança discursiva que traz como uma de suas exigências questões “como os processos de rearticulação [que] afetam as ordens de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 127). O autor expõe as problematizações que ocorrem em um dado evento discursivo e como essas problematizações se tornam fonte de contradições que podem ou não ocasionar uma mudança discursiva.

Por exemplo, a problematização das convenções na interação entre mulheres e homens é uma experiência generalizada em várias instituições e domínios. Tais problematizações têm suas bases em contradições - neste caso, contradições entre as posições de sujeito tradicionais, em que muitos de nós fomos socializados, e novas relações de gênero (FAIRCLOUGH, 2001, p. 127)

Assim, seu método triádico de análise está voltado à mudança discursiva relacionada à mudança social e cultural quando há condições e engajamento para que tal mudança ocorra. No caso das interações entre homens e mulheres, citadas por Fairclough, é notável a existência, na contemporaneidade, dessas contradições, considerando o discurso uma forma de prática social, o qual é o ponto de partida para a mudança. Mas esse modelo tridimensional sofreu algumas mudanças, principalmente por passar a considerar o discurso uma das dimensões da prática social.

Com isso, Chouliaraki e Fairclough (1999) lançaram mão de um novo modelo de análise que trouxe o discurso em um lugar de dialética transformacional, ou seja, passou a ocupar um espaço dentre os elementos não discursivos: crenças, desejos, atores sociais, contexto, instrumentos, recursos materiais. O discurso passa a ser um elemento constituinte da prática social em meio a um evento que se localiza em uma macroestrutura, garantindo maior ênfase nos aspectos sociais, observando a figura que Magalhães et al. (2017) elaborou para ilustrar os ajustes realizados no modelo tridimensional:

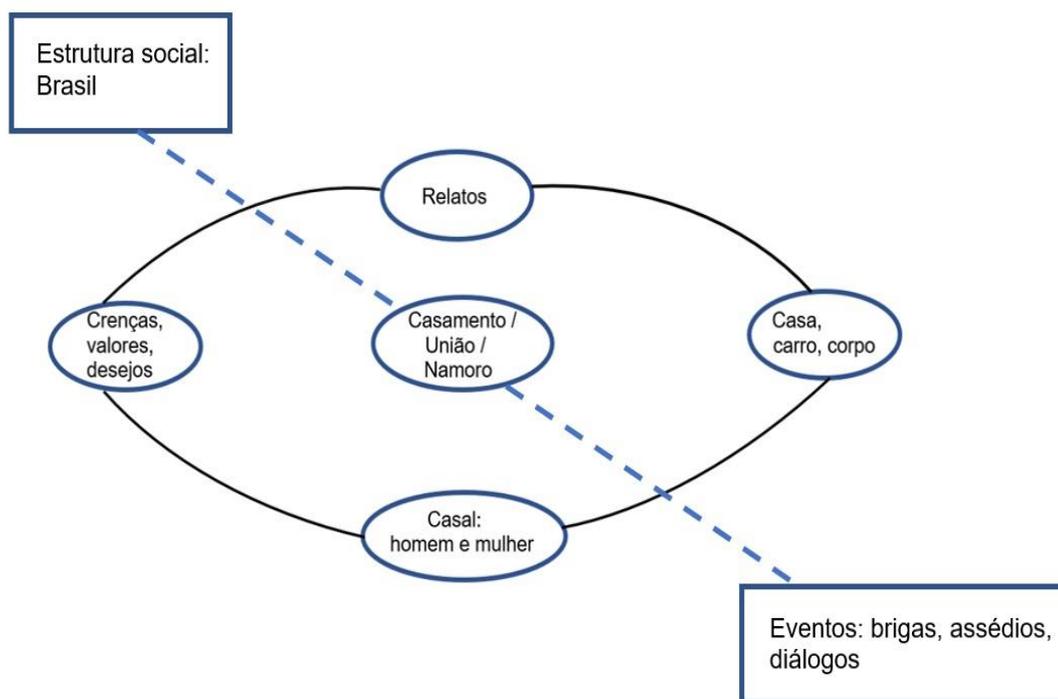


**Figura 13** – Modelo transformacional de Chouliaraki e Fairclough (1999)  
 Fonte: Magalhães et al, 2017, p. 201.

É possível notarmos, através da *figura* (13), que a centralidade da prática social faz com que as dimensões discursivas e não discursivas a orbitem de modo que cada uma das dimensões possa sofrer mudanças concomitantes e, assim, alterar toda a estrutura social.

Nessa perspectiva, o discurso é visto como um momento da prática social ao lado de outros momentos igualmente importantes — e que, portanto, também devem ser privilegiados na análise, pois o discurso é tanto um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais como também é influenciado por eles, em uma relação dialética de articulação e internalização. Por isso, através da análise de amostras discursivas historicamente situadas, pode-se perceber a internalização de outros momentos da prática no discurso, ou seja, a interiorização de momentos como, por exemplo, relações sociais e ideologias no discurso (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 38-39).

Para a análise das práticas sociais nessa vertente, é preciso considerar as possíveis dimensões presentes, uma vez que não é concebível, nesse modelo, haver uma mudança discursiva sem que tenha havido uma mudança no contexto ou nos valores sociais. Isso demonstra que todas as dimensões são relevantes para o que é tão valioso para Fairclough (2001): a *mudança social*. Em vista desse modelo, o nosso ponto de partida será o texto, de gênero relato, como já fora citado. Então, para mostrar o cenário das práticas sociais, no qual estão inseridos os relatos de mulheres agredidas, adaptamos o esquema que já foi apresentado (a título de ilustração) no capítulo 1.



**Figura 14** – Esquema com base no modelo transformacional de Chouliaraki e Fairclough (1999)  
 Fonte: Adaptado de Magalhães et al, 2017, p. 201.

Como se pode notar na posição da prática social, foi colocada a expressão nominal *o casamento* como sendo a instituição (BENATTI, 2015) caracterizadora dessa prática, além de seus aspectos habituais e rituais. Em torno do termo *casamento*, orbitam os textos (relatos); o contexto interacional entre homens e mulheres no qual se estabelecem as forças de luta de poder (FAIRCLOUGH, 2001); valores machistas e patriarcais; a casa, o carro, o corpo e a mente da mulher. Os constituintes da prática social citada ocorrem por meio de eventos como brigas, assédios, diálogos e que fazem parte de uma estrutura social maior: o Brasil, já que se trata da vigência da Lei nº 11.340 de 2016 — Lei Maria da Penha.

Nessa perspectiva, mesmo havendo uma lei que enfatize a proteção à mulher em situações de qualquer tipo de violência, as *assimetrias nas relações de poder* (FAIRCLOUGH, 2001) são mais fortes do que o exercício legal das regras impostas na formulação dos textos (leis), mediada pelo Poder Legislativo. Como se pode ver, são essas forças dissonantes que engajam mulheres violentadas a tentarem potencializar um discurso contraditório ao recorrente, criando um novo espaço para uma mudança discursiva, conseqüentemente, uma *mudança social*.

### CAPÍTULO 3 — AMPLITUDE CONCEITUAL DE METÁFORA E A ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO — A METÁFORA DISCURSIVA CRÍTICA

Neste capítulo, partimos da amplitude conceitual da metáfora a fim de mostrar que nosso objeto de estudo possui diversas vertentes de definição, ou até mesmo de indeterminação. Ao explicitar tais conceitos, apontamos quais são relevantes considerar para sustentar a defesa da metáfora discursiva crítica. Assim, finalizamos a seção delimitando as características da metáfora discursiva crítica numa especificação do objeto de pesquisa desta análise. Primeiramente, ao procurarmos o significado de metáfora em dicionários de Português Brasileiro, selecionamos dois:

- 1) Figura de linguagem em que uma palavra que denota um tipo de objeto ou ação é usada em lugar de outra, de modo a sugerir uma semelhança ou analogia entre elas; translação (por metáfora se diz que uma pessoa bela e delicada é uma flor, que uma cor capaz de gerar impressões fortes é quente, ou que algo capaz de abrir caminhos é a chave do problema); símbolo (MICHAELIS, 2023).
- 2) Tropo em que a significação natural de uma palavra é substituída por outra com que tem relação de semelhança. [Por metáfora, chama-se raposa a uma pessoa astuta] § metafórico *adj* (FERREIRA, 2008, p. 551).

O primeiro significado, retirado de um dicionário online e o segundo, de um dicionário impresso. Comparando os dois, podemos perceber que há uma similaridade quanto à defesa por uma significação de metáfora como relação de semelhança entre seres.

Por conseguinte, percebemos que a orientação conceitual de metáfora oferecida por dicionários é restrita ao seu sentido como uma figura de linguagem. Esse conceito parte da etimologia da palavra em grego *metaphorá* que se formou pela junção de *meta* que significa “sobre” e *phorein* que significa “transporte”. Assim, o processo de criação de metáfora se consolidou através da etimologia de sua palavra como sendo a transposição de um sentido de um termo para outro, cujo sentido original era diferente.

Diante dessa conceituação tradicional de metáfora, Vereza (2010) afirma que

apesar desse consenso, a natureza da transferência e de suas possíveis funções (semânticas, retóricas, cognitivas, epistemológicas e discursivas) ainda são fontes de muitas controvérsias entre estudiosos, merecendo, portanto, uma constante perspectivação de conceitos que embasam o debate em torno da metáfora. Debate esse que, como

muitos aspectos da linguagem e do discurso, vem atravessando séculos, para não dizer milênios, enriquecendo-se com as novas reflexões e reconceituações propostas pelos vários estudiosos que se ocuparam, e ainda se ocupam, de tema tão complexo (VEREZA, 2010, p. 201).

De modo geral, quando se fala em metáfora, entendemos que é um recurso da linguagem que faz uma troca de uma coisa por outra de forma figurada. Pode-se dizer que é um conceito lugar-comum da metáfora, já que é um conceito estudado na escola, através dos livros didáticos como figura de linguagem. Para Cereja (2020, p. 545), “as figuras de linguagem são recursos linguísticos utilizados na construção de textos com a finalidade de torná-los mais expressivos, isto é, de trabalhar seu estilo por meio do uso de determinados termos e estruturas, em geral com sentidos e formas diferentes do que se vê habitualmente”.

O acesso à metáfora é dado pelo conceito de que é um tipo de figura de linguagem que se dá por aproximação de dois elementos, a partir de uma relação de semelhança, ou seja, uma coisa que faz lembrar outra. Segundo esse autor “há uma espécie de comparação implícita” (p. 548).

O conhecimento do que é metáfora é comumente estudado dessa forma na educação básica, pois é uma maneira didática e lógica; e esclarece, de forma satisfatória, o conceito de tal figura de linguagem para uma comunidade que não se aprofundará no estudo linguístico da metáfora, diferentemente deste trabalho que pretendemos não só aprofundar tal estudo, como também trazermos uma visão de metáfora que se dá entre relatos de violência contra mulheres em uma perspectiva psicológica e moral por meio da linguagem.

Em vista disso, estudar a metáfora exige o traçado de um caminho bem definido daquilo que se quer analisar por conta da amplitude que tal objeto de estudo pode alcançar. É preciso saber que tipo de metáfora está sendo analisada para que tal estudo faça sentido, já que se trata de um objeto de investigação que atravessa o campo da Linguística, da Filosofia, como também da Psicologia. É relevante afirmarmos que a metáfora estudada no campo da Linguística faz interseção com a Filosofia, com a Psicologia, uma vez que dialoga com a cognição social por meio da linguagem na interação humana de conhecimentos culturais e históricos.

Nesta pesquisa, privilegiamos o campo da Linguística, com ênfase na área da Análise de Discurso Crítica, pois o tipo metafórico abordado é de cunho crítico no sentido de ultrapassar o nível de análise da palavra e da sentença; na Linguística Textual, no que se refere à construção dos objetos de discurso que extrapolam os limites *cotextuais*, ou seja, vão além daquilo que é lexical, além da parte física do texto; e na Metaforologia, que são diversos estudos desenvolvidos por pesquisadores acerca da metáfora que auxiliam na argumentação desta tese.

Antes de começar a explicação dessa visão específica de metáfora, faz-se necessário mostrar diferentes abordagens desse fenômeno linguístico com o objetivo de evidenciar que não há uma concepção correta ou errada sobre esse termo, mas diferentes caminhos que podem ser considerados, a depender da proposta teórica que se adota para a realização de um dado estudo.

Este capítulo é necessário e relevante, pois, leva o leitor a conhecer formas diferentes de enxergar a metáfora, fazendo com que se conheçam muitas das opiniões já pesquisadas sobre essa figura de linguagem a qual não ganha nem uma página inteira nos livros didáticos, além de redimensionar a metáfora a um nível do discurso crítico que aborda questões sociais, pois esse tipo metafórico será analisado através de relatos de mulheres violentadas.

Ao longo do tempo, a metáfora tem sido estudada a partir de diferentes roupagens e olhares. Para iniciar este estudo que traz uma amplitude conceitual dessa figura, será necessário voltar aos tempos mais antigos com a metáfora definida por Aristóteles e traçar outras teses até a contemporaneidade.

Decerto, é preciso destacar que a metáfora, em si, é desafiadora àqueles que se submetem a estudá-la, pois não há um veredito teórico e nem é possível afirmar que esse mecanismo de análise constitui uma teoria, visto que é estudada há tantos anos. O que se pode afirmar é que a depender do evento social em que os atores sociais se encontram, a metáfora encontrará sua função nesse evento discursivo. A princípio, a ideia aristotélica, até hoje, é considerada por alguns como a que prevalece. No entanto, há outros que refutam a visão clássica da metáfora e propõem uma ampliação dos conceitos aristotélicos.

### 3.1 A metáfora clássica de Aristóteles

Na obra *Arte Poética*, mais precisamente, no capítulo XXI — *Das formas dos nomes; das figuras* — Aristóteles afirma que “todo nome é termo próprio ou termo dialetal, ou uma metáfora, ou um vocábulo ornamental, ou a palavra forjada, alongada, abreviada, modificada”. Assim, a metáfora, na visão do filósofo, delimitava-se à palavra, trazendo um enquadramento conceitual de um nível simples. Para ele, “a metáfora é a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por analogia” (ARISTÓTELES ([384-322 a. C.] 1979, p.182).

O filósofo grego explica, nesse trecho, que (a) as trocas são dadas através do gênero para a espécie, aquilo que algo é capaz de realizar; (b) da espécie para o gênero, aquilo que faz uma troca de uma coisa por outra; (c) da espécie para espécie, aquilo que é mútuo nas trocas por meio da analogia, ou seja, duas palavras distintas que podem significar a mesma coisa. Além dessas formas de tratar a metáfora, esse filósofo também escreve sobre outro gênero de metáfora que (d) dá a uma coisa o nome de outra e nega uma das propriedades desta.

Desses quatro tipos de metáfora, o último que foi citado é o que mais se encaixa nas concepções de metáfora atualmente como é o caso de comparar duas coisas diferentes por um mesmo aspecto, por meio da analogia. Sobre essa comparação, Ricoeur (2015) traz uma objeção ao método de Aristóteles porque este não explica a metáfora pela comparação, mas a comparação pela metáfora.

Assim, fica demarcada a submissão da comparação à metáfora, principalmente no princípio de que sempre existirá um par metafórico. Significa dizer que a metáfora por analogia e a metáfora proporcional estão acima de uma comparação abreviada e uma comparação desenvolvida, respectivamente. Segundo o autor, não pode haver essa superioridade da metáfora sobre a comparação porque senão as metáforas poderiam ser construídas por palavras combinadas, simplesmente. Para ele, a arte genial da metáfora consista sempre em “uma apercepção das semelhanças é confirmado pela aproximação com a comparação que atribui à linguagem a relação que, na metáfora, é operada sem ser enunciada. A comparação, diremos nós, exhibe o momento de semelhança, operatório, mas não temático, na metáfora” (RICOEUR, 2015, p. 49).

Para Aristóteles, a metáfora possuía uma relação estreita com a retórica. O filósofo grego destaca a importância das metáforas para a comunicação ressaltando que elas devem ser bem empregadas a fim de causar boa impressão. Essa justificativa explica sua ideia de que a metáfora se sobrepunha à comparação, pois a metáfora tinha uma função de embelezamento para deixar a argumentação muito mais ornamentada a fim de melhor convencer.

O ato de "lançar a semente à terra" chama-se "semear"; mas não existe termo próprio para designar o ato de o sol deixar cair sobre nós sua luz; contudo existe a mesma relação entre este ato e a luz, que entre semear e a semente; pelo que se diz: "semeando uma luz divina". Há outra maneira de empregar este gênero de metáfora, dando a uma coisa um nome que pertence a outra e negando uma das propriedades desta, como se, por exemplo, se denominasse o escudo, não a taça de Ares, mas a taça sem vinho (ARISTÓTELES [384-322 a.C.] 1979, p. 34).

Aristóteles vê o uso das metáforas como uma maneira de representar os absurdos que se quer dizer, pois se fossem ditas por palavras literais, não seria possível fazê-lo. É a metáfora a responsável pelo estatuto de absurdo que se dá a algo que se deseje proferir. Por outro lado, também propõe ser a metáfora uma contribuinte para evitar a vulgaridade e a trivialidade de um termo dialetal, sendo um recurso meramente ornamental de substituição para embelezar o texto e acrescentar que os termos literais são os que dão clareza ao discurso.

Na obra aristotélica, a *Arte Poética*, também é proposta que o exagero de metáforas nos textos provoca o riso propositalmente e que seu uso afasta o texto da verdade, assim já é possível delinear a visão de metáfora que possuía o filósofo grego. Isto é, uma postura de que a metáfora existia no nível das palavras e que o sistema era perfeito como uma analogia matemática. Tal opinião se revela mais evidente na sua obra *Retórica*, uma vez que ele é o criador do pensamento lógico.

É na *Retórica* que o filósofo postula um estudo da metáfora como uma comparação direta, ou seja, as propriedades de um ser ou de um objeto são utilizadas para outro que não tem nenhuma relação com o primeiro, a não ser a similaridade por meio de suas características. É um texto composto por três livros, no qual ele apresenta a metáfora no livro III, onde o estilo e o discurso retórico são analisados, observando, além de outras categorias, o uso das metáforas que é inicialmente tomado por

Aristóteles como expressões “elegantes” e “de maior aceitação”. Assim, no início do capítulo 10, ele afirma:

Que seja o seguinte o nosso pressuposto: uma aprendizagem fácil é, por natureza, agradável a todos; por seu turno, as palavras têm determinado significado, de tal forma que as mais agradáveis são todas as palavras que nos proporcionam também conhecimento. É certo que há palavras que nos são desconhecidas, embora as conheçamos no seu sentido apropriado; mas, sobretudo a metáfora que provoca tal (ARISTÓTELES [384-322 a.C.], 2005, p. 265).

Se Aristóteles ponderou a possibilidade de reconhecer alguma categoria como sendo uma metáfora, de certo modo, ele concorda que essa expressão nominal tenha um valor cognitivo. No entanto, é preciso deixar claro que, em nenhum momento, foi referenciado o estatuto cognitivo da metáfora por ele. Mas é importante considerar que se a metáfora pode construir uma nova ideia, é porque ela tem indícios de característica cognitiva. Para separar a concepção aristotélica da metáfora de outras visões, é interessante ressaltar que o filósofo foi assertivo na questão das operações da linguagem que prevalecem o literal e o não-literal.

### **3.2 Outras concepções tradicionais de metáfora**

A partir da Renascença houve uma intensificação no desmembramento, conforme postula Sardinha (2007, p. 21) quando afirma que “foi possivelmente na Renascença que a classificação das figuras de linguagem se intensificou, em conformidade com a tendência da época de classificar o mundo em categorias”.

De acordo com a pesquisa realizada, Rocha (2016, p. 28-29) aponta que essa perspectiva de meados do século XIV e fim do século XVI não só perdurou, mas ainda habita nossa contemporaneidade com algumas diferenças. As gramáticas, os dicionários e enciclopédias trazem tais figuras de linguagem, incluindo nelas a metáfora, com uma visão estilística de que não é qualquer pessoa que pode usar essas figuras, ficando resguardadas a poetas e escritores consagrados, através de uso regulado e restrito. Essas figuras de linguagem, mesmo permanecendo em ensino na atualidade, coexistem com as novas teorias metafóricas, como exemplo: a teoria da metáfora cognitiva, a teoria da metáfora na argumentação, além de outros estudos acadêmicos que fomentam uma

pesquisa ampla das frutíferas vertentes que a metáfora pode oferecer. Essa coexistência faz com que tais figuras de linguagem enfraqueçam no sentido de sua atuação estar ligada a um uso da língua normativo, porém, um par ainda se mantém: a metáfora e a metonímia. Segundo Fiorin,

metáfora e metonímia não são a substituição de uma palavra por outra, mas uma outra possibilidade, criada pelo contexto, de leitura de um termo. Quando entre a possibilidade de leitura 1 e a 2 houver uma intersecção de traços semânticos, há uma metáfora; quando entre as duas possibilidades de leitura existir uma relação de inclusão, há uma metonímia (FIORIN, 2014, p. 118).

O par metáfora/metonímia permanece porque o emprego dessas duas figuras extrapola os limites da norma imposta ao uso da língua. Essas duas figuras transpassam para o nível da interação social, no qual a linguagem opera organicamente entre os participantes dessa interação, construindo assim novas relações linguístico-discursivas nas quais o par metáfora/metonímia se faz presente. Na citação anterior de Fiorin, quando ele afirma que não é uma substituição, mas outra possibilidade trazida pelo contexto. Tem-se, assim, a relevância da interação social, sem reduzir o pensamento lógico do mesmo quando afirma uma intersecção de traços semânticos para trazer à tona uma metáfora ou uma inclusão de uma coisa na outra para trazer a metonímia. Evidenciando, dessa maneira, a declinação de Fiorin, em seus estudos acerca das figuras de linguagem por meio de um pensamento lógico-positivista, mesmo com ressalvas em relação ao campo contextual.

Rocha (2016, p. 29) descreve que o pensamento positivista, corrente filosófica que surgiu na França no século XIX, fez o interesse pela metáfora decair porque tal corrente se preocupava com a verdade, falsidade e objetividade. Nessa perspectiva racionalista, que durou até as primeiras décadas do século XX, os estudos no campo da metáfora não tiveram muitos frutos, pois esse modelo dava espaço às pesquisas voltadas à ciência, e a metáfora ficava fadada a um conceito menor: como um erro ou até mesmo como uma distorção daquilo que a ciência considerava como verdade. Os filósofos positivistas desse século afirmam que “as metáforas são secundárias, quando não perigosas, e logicamente incorretas, negando-lhes (1) qualquer capacidade de conter ou transmitir conhecimento, (2) qualquer conexão direta com os fatos; ou (3) qualquer significado real” (COHEN, 1992, p. 10-11).

Não totalmente contra ao que diziam os positivistas do século XX, Max Black, autor de *Metaphor* (1954), elaborou um texto que introduziu as primeiras provocações à ideia racionalista e reducionista da metáfora como única capacidade de causar emoção. Black (1954) defendeu o estatuto cognitivo da metáfora, levando em conta que as elaborações dos fundamentos dos estudos voltados para essa temática poderiam trazer ou não um substituto cognitivo à expressão original. “Sem dúvida, as metáforas são perigosas - e talvez especialmente na filosofia. Mas uma proibição contra seu uso seria uma restrição intencional e prejudicial ao nosso poder de investigação” (BLACK, 1954, p. 294)<sup>3</sup>.

O autor, nesse trecho, fez uma provocação aos positivistas que não valorizavam pesquisas acerca da metáfora por considerarem-na uma forma simplesmente de causar emoção. Ele também a retira do estatuto secundário e a posiciona em sua capacidade cognitiva na linguagem. Black (1954) foi o responsável por desenvolver três visões teóricas: (i) teoria da substituição, (ii) teoria da comparação e (iii) teoria da interação. Todas essas teorias ainda centradas no nível da palavra, sendo que as duas primeiras foram rejeitadas. A primeira foi rejeitada porque uma sentença metafórica seria capaz de substituir uma sentença literal. A segunda, porque remete à ideia de que uma metáfora é uma simulação do literal. A terceira, a Teoria Semântica da Interação de Max Black, contrária às duas anteriores, é desenvolvida em sua obra *Metaphor* (1954), na qual postula uma dualidade: *focus* e *frame*.

Para metáforas de substituição e metáforas de comparação, podem ser substituídas por traduções literais (com possíveis exceções para o caso de catacrese) — sacrificando o charme, vivacidade ou sagacidade de algumas traduções originais, mas sem perda de conteúdo cognitivo. Mas as "metáforas de interação" são não dispensáveis. Seu modo de operação requer o leitor a usar um sistema de implicações (um sistema de "lugares comuns" — ou um sistema especial estabelecido para o efeito elaborado) como um meio para selecionar, enfatizar e organizar relações em um campo diferente. Esta utilização de um "assunto subsidiário para promover a percepção de um "assunto principal" é uma operação intelectual distinta (embora familiar o suficiente através de nossas experiências de aprender qualquer coisa), exigindo consciência simultânea de ambos os assuntos, mas não redutível a qualquer comparação entre os dois (BLACK, 1954, p. 292 – 293)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Original: “No doubt metaphors are dangerous-and perhaps especially so in philosophy. But a prohibition against their use would be a wilful and harmful restriction upon our powers of inquiry” (BLACK, 1954, p. 294).

<sup>4</sup> Original: For substitution-metaphors and comparison-metaphors can be replaced by literal translations (with possible exception for the case of catachresis) — by sacrificing some of the charm, vivacity, or wit

O *focus* significa a palavra que é usada no sentido metafórico e o *frame*, tudo que é usado no sentido literal na mesma sentença. Essa dualidade estrutural polarizada revela, nos estudos de Black (1954), que existe uma interação entre esses dois polos, isto é, o *focus* só pode ser dado como metafórico se for considerada a estrutura literal, o *frame*. Então, sabendo que o *focus* parte do *frame*, suas estruturas (metafóricas e não metafóricas) se relacionam formando a chamada Teoria Semântica da Interação.

Quando findada a era lógico-positivista iniciada por Augusto Comte [1798-1857] (1978), a metáfora passou a ser estudada com maior interesse, na medida em que muitos estudiosos passaram a estudar sobre o assunto e formular suas teorias. Muitos estudiosos surgiram para formular suas pesquisas sobre metáfora e observar suas diferentes nuances. Além de Max Black (1954), podemos citar outros nomes expoentes na Metaforologia em todo o mundo como: Richards (1936), Kittay (1987), Cohen (1992), Man (1992), Booth (1992), Harries (1992), Ricoeur (2015), Fauconnier e Turner (2003), Lakoff (1987; 1993), Lakoff e Johnson (2002), Halliday (1985), Kövecses (2002) e Cameron (2003; 2009; 2010). Esses pesquisadores ao redor do mundo observaram a metáfora através de diversas visões, pois,

é um conceito altamente sujeito a especificação e definição (embora essencialmente controverso e polêmico); permeia todas as áreas da atividade linguística, possuindo uma rica história intelectual; goza de importância sem precedentes no pensamento tendo deixado a periferia ornamental do discurso para ocupar um lugar de destaque no processo de entendimento da própria compreensão humana (SACKS, 1992, p. 7).

No interior dessa perspectiva, há um respaldo da própria comunidade estudiosa da metáfora para que suas pesquisas não se delimitem a uma ou a duas áreas específicas, proporcionando estudos vastos e que contemplem as diversas áreas de atuação do homem na sociedade nas quais se utilizem a linguagem. Os próprios pesquisadores da metáfora citados anteriormente seguiram linhas diferentes em relação à teoria adotada.

---

of the original, but with no loss of cognitive content. But "interaction-metaphors " are not expendable. Their mode of operation requires the reader to use a system of implications (a system of "commonplaces" — or a special system established for the purpose in hand) as a means for selecting, emphasizing, and organizing relations in a different field. This use of a "subsidiary subject" to foster insight into a "principal subject" is a distinctive intellectual operation (though one familiar enough through our experiences of learning anything whatever), demanding simultaneous awareness of both subjects but not reducible to any comparison between the two (BLACK, 1954, p. 292 – 293).

A iniciar por George Lakoff e Mark Johnson (2002) na elaboração da *teoria da metáfora conceptual*, numa virada cognitiva da metáfora.

### 3.3 Metáfora conceptual

Esse tipo de metáfora está relacionado ao aspecto cognitivo, segundo Lakoff e Johnson (2002). Os autores afirmam que o sistema conceptual é naturalmente metafórico, visto que esse tipo de linguagem faz parte do cotidiano. Uma metáfora conceptual é uma maneira convencional de conceituar um domínio de experiência em termos de outro. Isso significa dizer que é uma forma de marcar uma ideia através de uma ideia diferente, mas que tenha relação por meio de suas características e de maneira inconsciente. Nesse aspecto, é relevante afirmar que “a estruturação metafórica envolvida é apenas parcial e não total. Se fosse total, um conceito seria, de fato, o outro e não simplesmente entendido em termos de outro” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 7).

Na obra “Metáforas da vida cotidiana” traduzida para o português, em 2002, por Mara Zanotto (PUC-SP), da obra original *Metaphors We Live By*, de 1980, há três conceitos de metáfora que vale destacar: *a estrutural*, *a orientacional* e *a ontológica*. *A estrutural* refere-se a uma parcialidade nas estruturas metafóricas, a qual parte de um conceito concreto para a realização do abstrato; já *a orientacional* tem base nas construções baseadas em experiência corporal. “Por exemplo, ‘FELIZ É PARA CIMA’. O fato de o conceito FELIZ ser orientado PARA CIMA leva a expressões como ‘estou me sentindo para cima hoje’ (*I’m feeling up today*)” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 59); por último, *as metáforas ontológicas* dizem respeito àquelas que são compreendidas através de um aspecto particular, as quais provocam no homem uma sensação de que aquele sentido metafórico é naturalmente compreendido. Essas metáforas ontológicas “são formas de conceber eventos, atividades, emoções, ideias, etc” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 76).

Nessa visão, a expressão metafórica diz respeito a uma manifestação linguística e o domínio se dá na experiência humana e no seu conhecimento. Os autores postularam dois tipos de domínio: fonte e alvo. *O domínio-fonte*, geralmente, é concreto e advém da experiência humana e *o domínio-alvo* é o que desejamos criar, é um conceito que parte do abstrato. As relações feitas entre domínios são chamadas de mapeamentos e as inferências realizadas a partir desses mapeamentos são chamadas de desdobramentos.

Para elucidar essa relação do *domínio-fonte* com o *domínio-alvo*, podemos considerar que “o casamento é um investimento”. O investimento é um setor da vida do nosso conhecimento, portanto, é considerado um *domínio-fonte*. Já o casamento, é uma relação que se deseja construir e é abstrata, por isso consideramo-lo como sendo o *domínio-alvo*.

**Quadro 5** – Domínio-fonte e domínio-alvo

<i>Domínio-fonte</i>	<i>Domínio-alvo</i>
<b>Investimento</b>	<b>Casamento</b>
Dinheiro	Amor
Risco	Divórcio
Investidor	Cônjuge

Elaborado com base em Lakoff; Jhonson, 2002.

Observando a tabela que mostra a relação entre os dois domínios postulados por Lakoff e Johnson (1980), percebe-se que o *domínio-fonte* é o domínio utilizado como base para projetar o outro domínio, que é o *domínio-alvo*. Assim, ao afirmar que “o casamento é um investimento”, parte-se da área das finanças para traçar desdobramentos relacionados aos domínios mapeados, assim como foram mostrados na tabela anterior.

Atualmente, há muitos trabalhos publicados com base na teoria da metáfora conceptual, entre os quais, citemos: *Metáforas conceituais na LIBRAS: perspectivas sobre um objeto de aprendizagem e tecnológico* (CASTRO; ANDRADE; FERREIRA FILHO, 2019). Muitos desses trabalhos dialogam com áreas da Linguística, da Psicologia, da Argumentação, por exemplo, e faz interfaces variadas a depender do *corpus* que se trabalhe. Essa teoria também é considerada sistemática pelo seu caráter de mapeamento para marcação das metáforas trabalhadas. No entanto, os procedimentos de análise são diferentes: enquanto a metáfora conceptual faz uso das expressões metafóricas de forma presumida, focando na cognição; a metáfora chamada sistemática utiliza essas mesmas expressões em meio ao evento discursivo no qual estão inseridas. A teoria da metáfora conceptual é mental, individual, com princípio em modelos cognitivos e com uma linguagem idealizada; ao passo que a abordagem da metáfora sistemática é verbal, coletiva, com princípio no uso linguístico e com uma linguagem em uso.

### 3.4 Metáfora sistemática

Esse tipo de metáfora é um recurso retórico em uso, ou seja, “é um grupo de termos ligados semanticamente (em conjunto com seus sentidos e seu afeto) de um domínio de Veículo, que são usados para falar sobre um conjunto conexo de ideias de Tópico durante um evento discursivo” (CAMERON, 2005 p.1). Sendo que o Veículo é uma parte da metáfora linguística que contém palavras usadas metaforicamente e o Tópico, a que contém palavras referentes ao Veículo usado. Esses termos (Veículo e Tópico) foram usados por Richards (1936) de sua obra “The philosophy of rhetoric” e retomados por Cameron (2003) na formulação dessa teoria.

Assim sendo, na falta de teor discursivo da teoria da metáfora conceptual, buscou-se pela construção de uma abordagem que acionasse o contexto na análise da metáfora, considerando a linguagem em uso. Segundo Cameron (2003, p. 3), “o discurso é aqui tomado como ‘linguagem em uso’. Linguagem em uso, incluindo a metáfora, que sempre ocorre num contexto específico, de onde o sentido é produzido e operado, por pessoas específicas. Uma perspectiva discursiva tenta manter a metáfora contextualizada”<sup>5</sup>.

Cameron (2003) defende uma metáfora contextualizada, operacionalizada no uso linguístico. A autora considera a metáfora sistemática um componente contextual e que fomenta o discurso, sendo este considerado como a própria linguagem em uso.

Para que haja uma melhor compreensão acerca do nível de análise da metáfora, segundo a abordagem sistemática, Sardinha (2007) lançou mão de um quadro que diferencia pontos principais entre a metodologia de análise da metáfora conceptual e a da sistemática:

**Quadro 6** – Principais diferenças entre a metáfora conceptual e a sistemática

<i>Teoria da metáfora conceptual</i>	<i>Abordagem da metáfora sistemática</i>
O termo “metáfora” significa “metáfora conceptual”, que é mental e abstrata.	O termo “metáfora” representa “metáfora em uso”, que é verbal e concreta.
Ênfase no individual, idealizado.	Ênfase no sociocultural, coletivo, concreto.

<sup>5</sup> Original: Discourse is taken here as ‘language in use’. Language in use, including metaphor, always occurs in a specific context, where it is produced and made sense of, by specific people. A discourse perspective attempts to keep metaphor contextualized (CAMERON, 2003, p. 3).

Foco na cognição humana.	Foco no uso linguístico.
Interface com a linguística cognitiva, a psicolinguística e a filosofia.	Interface com a análise do discurso, linguística aplicada e linguística de <i>corpus</i> .
Linguagem idealizada. Exemplos inventados ou colecionados. Dados linguísticos não secundários.	Linguagem em uso. Exemplos retirados de <i>corpora</i> autênticos. Dados linguísticos são centrais.
Os critérios para a identificação da metáfora na linguagem não são claros.	Crítérios para identificação de metáfora na linguagem são claramente definidos.
Busca de validação psicológica por meio de experimentos controlados em laboratório.	Realidade psicológica é suposta por meio da evidência do uso linguístico.
Tendência generalizante: as metáforas conceptuais são formuladas de modo genérico (em “o amor é uma viagem”, não especificamos o tipo de amor nem o tipo de viagem).	Tendência particularizante: as metáforas sistemáticas são formuladas de modo particular, de acordo com as evidências de uso (dependendo dos participantes e dos usos metafóricos feitos por eles, poderíamos especificar o tipo de viagem e o tipo de amor: “amor entre marido e mulher é uma viagem sem volta”).
Interesse pelo universal. Tentativa de entendimento de características universais do ser humano ou do comportamento de grandes grupos humanos (cultura “americana”, “ocidental”, “humana” etc).	Interesse pelo local. Tentativa de entendimento do comportamento de grupos ou indivíduos específicos (pessoas ou comunidades em contextos determinados) ou de tipos de discurso específicos.
Mapeamentos entre domínios são estáveis e previsíveis.	Mapeamentos são emergentes, não previsíveis, construídos em contextos específicos.
Pensamento tem precedência sobre o uso. A linguagem é secundária, pois é apenas uma manifestação do pensamento. Pensamos metaforicamente, portanto falamos metaforicamente.	Uso tem precedência sobre pensamento. Inferências sobre o pensamento devem ser cuidadosas. Há ainda muitas questões abertas sobre o uso de metáforas; por isso, é muito problemático fazer asserções sobre o pensamento a partir das metáforas na linguagem.

Fonte: SARDINHA, 2007, p. 44.

É interessante notar que as duas abordagens trazem características metodológicas que as situam em diferentes posições em relação ao texto analisado, ou seja, o estatuto genérico do texto presumido que é posto na análise da metáfora

conceptual é substituído pelo texto que emerge dos contextos reais, provocando neste uma variabilidade interpretativa das metáforas emergentes. Seguindo a esteira da linguagem em uso, segue outra abordagem metafórica que valoriza a interação sociocultural.

### 3.5 Metáfora gramatical

A metáfora gramatical tem base teórica na linguística sistêmico-funcional, iniciada por Halliday (1985), que tem como propósito estudar a linguagem no prisma de vários sistemas que são escolhas realizadas pelos falantes que operam a língua, observando o funcionamento da linguagem.

As funções exercidas pelos falantes nessa perspectiva linguística são: interpessoal, ideacional e textual. *A função interpessoal* representa as relações existentes entre as pessoas que interagem entre si; *a ideacional* está voltada ao conteúdo, ao tópico; e *a função textual* está relacionada à organização dos textos falados e/ou escritos, observando as finalidades desses textos e o contexto.

Considerando que esse tipo de metáfora tem base na linguística sistêmico-funcional, é notório que é uma metáfora que é construída de acordo com a necessidade social de seu uso. Sendo assim, podemos conceituar esse tipo como uso de uma expressão gramatical no lugar de outra. Por exemplo, “seu gosto” no lugar de “ela gostou”, ou seja, a mudança de um substantivo por um verbo. Esses processos gramaticais de mudança são metafóricos e não se confundem com a metáfora lexical, pois esta está relacionada às metáforas conceptuais e sistemáticas já vistas anteriormente.

A metáfora gramatical refere-se ao uso linguístico de um recurso léxico-gramatical para realizar uma função que não é sua função primária (congruente) no sistema linguístico. ‘Gramatical’ quer dizer ‘do sistema linguístico’ e não ‘estrutural’, ‘sintático’ ou ‘normativo’, como na acepção mais usual do termo. Na linguística sistêmico-funcional, o sistema linguístico é visto como um sistema gramatical, que engloba os vários níveis: fonológico, grafológico, pictórico, lexical, gramatical, semântico e cultural. Assim, a metáfora gramatical é um fenômeno que ocorre na tensão (remapeamentos entre função e realização) entre esses níveis (estratos). Em termos simples, pode ser entendida como o uso de um recurso da língua por outro (SARDINHA, 2007, p. 55).

Nos estudos de metáfora gramatical, é preciso analisar os movimentos de mudança através de uma nomenclatura específica. É chamado de congruência o movimento não metafórico, ou seja, quando ocorre uma nominalização, por exemplo, mas os sentidos permanecem literais. Esse movimento também pode ser chamado de realização direta. Já a realização indireta é o nome dado ao uso metafórico. Para um melhor detalhamento das metáforas gramaticais, ver Martin (2005).

Percebe-se que a metáfora gramatical se instaura no cotexto, levando em consideração questões contextuais de uso. O cotexto é a parte escrita ou falada de forma literal como base da análise dessas metáforas. Portanto, o nível de análise das metáforas gramaticais está centrado em um recurso da língua marcado por outro, que resulta em uma análise a partir do nível da palavra ou da sentença, mesmo que o contexto esteja presente. Pensando em um nível de análise que adentrasse ao nível do discurso e transpassasse o nível da palavra e da sentença, muitos estudiosos já encabeçaram suas pesquisas para além da sistematização das metáforas. Assim, a próxima seção dará abertura para os estudos da metáfora no nível discursivo.

### **3.6 O objeto de estudo: a metáfora discursiva crítica**

Nesta parte, abordamos, de modo geral, a metáfora discursiva e, posteriormente, afunilamos até a especificidade da metáfora discursiva crítica como objeto de análise desta tese, tomado pelos relatos como meio de configuração.

Da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), liderada por Lakoff e Johnson (2002) à abordagem da metáfora sistemática, realizada por Cameron (2003; 2005), percebemos que o uso metafórico se sobrepôs ao pensamento individual no sentido de ampliar esse estudo no âmbito da interação sociocultural. Não descartando o fator cognitivo, mas acrescentando a questão de que os usos metafóricos sistematizados possuem um foco na linguagem em uso, verificando-se que a abordagem sistemática avança no sentido de trazer aos estudos da metáfora dados linguísticos reais e não aqueles criados para explicar uma teoria. Seguindo a esteira de ampliação nas pesquisas nesta esfera, muitos pesquisadores contemporâneos declinam seus estudos acerca da metáfora no nível do discurso, diversificados, por exemplo, entre a cognição social e retórica (argumentação), adicionando a enunciação.

Para situar a metáfora discursiva nessa perspectiva enunciativa, torna-se necessário ponderar alguns fatores muito importantes na construção de seu conceito, uma vez que esse tipo metafórico exige análises textuais as quais extrapolam o cotexto para explorar suas entrelinhas. Na análise textual, Koch (2009) defende a ideia de que a referenciação constitui uma atividade discursiva, pois a relação estabelecida no texto ocorre por meio da interação sociocognitiva com os fatos do mundo. “O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, operando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido” (KOCH, 2009, p. 61).

A autora assegura que os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer, ou seja, de posse de um texto como material linguístico, tem-se, além do cotexto, o contexto torneado de questões sociais e culturais. Segundo Mondada (2001), a referenciação “não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores” (MONDADA, 2001, p. 9).

A metáfora discursiva está intrinsecamente ligada ao texto, por isso é de relevância tornar evidente a forma como o texto é tratado nesta tese para que a visão do objeto supracitado esteja alinhada com uma visão de texto que denote questões enunciativas. Assim, tendo uma visão enunciativa do texto, a questão é como situar a metáfora discursiva enquanto conceito, pois as diferentes visões acerca desse tipo de metáfora ocupam seus espaços de acordo com as vertentes teóricas que lhe subsidiam, seja uma vertente política, científica, midiática, pedagógica e outras. Com base nos estudos discursivos da metáfora, diferentes ocorrências de pesquisa começaram a surgir.

Primeiramente, citaremos Ricardo Leite (2007), com sua tese de Doutorado intitulada *Metaforização Textual: a construção discursiva do sentido metafórico no texto*. Seu objetivo foi defender uma visão discursiva da metáfora que estudasse além das expressões metafóricas no texto como recategorizadoras de discurso (recategorização metafórica), mas sim a tomada do todo textual como o processo de metaforização. Esse princípio enveredou pelos estudos semióticos do texto baseados, principalmente, em Bertrand (2003), no qual Leite (2007) defendeu o fenômeno da metaforização por meio dos seguintes dispositivos semióticos: *a cooperação textual, o leitor-observador, a abdução, a seleção de propriedades conceituais e a isotopia*.

Afirmando que textos analisados sob o ponto de vista enunciativo, deveriam ser interpretados por tais dispositivos.

Sendo assim, vale explicar cada um desses dispositivos, uma vez que os relatos analisados partem desse mesmo ponto de vista. O primeiro dispositivo interpretativo da metaforização é (i) a *cooperação textual* que se refere ao compartilhamento de crenças e cultura que pode acontecer de forma pacífica ou essas trocas semióticas podem gerar diferenças; (ii) o *leitor-observador* consiste no deslocamento do leitor para o lugar do texto, ou seja, trata-se “da manifestação de um leitor perceptivo no texto, apto a determinar o modo de apreensão do objeto focado na estrutura textual — muito embora isso não implique sua presença real ou concreta na interpretação”; (iii) a *abdução* consiste num raciocínio feito por meio de uma inferência e na qual supõe algo diferente daquilo que fora observado; (iv) a *seleção de propriedades conceituais* é baseada em objetos de discurso e não com itens linguísticos. Dessa forma, as escolhas linguísticas feitas pelo sujeito dentro de um contexto discursivo fará com que o texto seja atualizado, correlacionando-o ao dado momento de interação sociocognitiva como defende os estudos contemporâneos da Linguística Textual, defendidos, sobretudo, por Koch (2009) e, por fim, (v) a *isotopia* diz respeito à possibilidade de leitura uniforme e coerente do texto com metáforas, a qual vai além dos limites lexicais e sentenciais, pois adentram o campo discursivo, colocando o leitor como responsável por essa isotopia. Sendo o responsável por interpretar as isotopias textuais, o leitor precisa reconhecer duas formas de isotopia: as figurativas, referentes à semelhança de forma superficial e as tematizadas, referentes a algo mais abstrato, mas que tem um suporte figurativo na construção de seu próprio sentido.

Esses conceitos elencados por Leite (2007, p.143) são de grande valia no sentido de verificar, nos relatos de mulheres violentadas, a interpretação desses textos sob a ótica das práticas sociais defendidas por Fairclough (1995) na ADC. O campo semiótico subsidia uma análise dos fatores concernentes à prática da violência retratada em cada relato produzido por meio de ativação da memória. De acordo com os dispositivos de análise utilizados por Leite (2007), é possível entender o processo de *metaforização textual* analisando o seguinte relato:

### Texto 3

Meu ex não gostava das minhas roupas, falava que mostrava muito os peitos. Meu ex disse que eu estava transando com outro cara. Meu ex exigiu que eu tirasse a roupa que estava vestida pra podermos ir em um churrasco com os amigos dele porque não era roupa apropriada. Meu ex não gostava de sair com os meus amigos, saíamos somente com os dele, mas ele nunca me bateu (REL 34).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

O início do relato mostra por meio da *abdução* o desagrado causado pela mulher violentada por conta de uma roupa, o que não denota processo de *metaforização textual* no conceito de Leite (2007). Em seguida, há uma acusação que, por *abdução*, tem-se como verdade, no entanto é necessário ativar o *leitor-observador* para o lugar da situação (contexto) para que, por inferência, entenda-se que se trata de uma acusação violenta, já que ofende e fere a mulher. Além de que a mulher recebe uma ordem de tirar a roupa que está vestindo por não ser apropriada para um churrasco, então, observa-se que há uma *seleção de propriedades conceituais*, já que o lexical não alcança a dimensão dos objetos de discurso utilizados no momento em que ocorre essa situação ultrajante e humilhante para a mulher. Para contemplar essa linha de análise do referido pesquisador, seria necessário haver no relato um *desencadeador de isotopia*, o que chamamos nesta tese de *metáfora discursiva crítica*, pois ela é construída no próprio campo discursivo e não necessita de elementos lexicais para fazer uma analogia cotextual. Portanto, a violência sofrida pela mulher que produz seu relato é o próprio lugar da *metáfora discursiva crítica*, pois toda violência proferida no relato permeia o campo discursivo, fora do campo lexical. Vejamos, agora, como Leite (2007) fez uma análise centrada no seguinte texto:

“Pôr-do-sol”

O romance de Luana Piovani e Ricardinho Mansur que começou cercado de flashes há quase dois anos terminou discretamente, sem alarde nem fotos, em Paris. A decisão partiu do jogador de pólo, que foi até a França onde a atriz passa temporada de estudos para finalizar a história. O motivo nenhum dos dois comenta. De lá, Ricardinho seguiu para Aspen, nos Estados Unidos, para esqui com amigos. Já Luana preferiu ir até a Espanha... para dar aquela arejada - ÉPOCA, 21/02/2005 (LEITE, 2007, p. 190).

O *pôr-do-sol* é dado em sua análise como uma figura de grande densidade semântica, portanto é capaz de trazer à tona muitas ideias relacionadas ao campo semântico do *pôr-do-sol*, ou seja, *sol*, *horizonte*, *céu*, dentro outras. Assim, o *leitor-observador* situa seu pensamento na perspectiva da natureza. Logo depois, fala sobre o término do relacionamento de um casal famoso, desencadeando, por *isotopia*, o processo de *metaforização textual* pela analogia entre *pôr-do-sol* e *fim do relacionamento*. Leite (2007) pondera que essa análise imprime um valor discursivo gerado pelo leitor de forma implícita quando este revela suas opiniões e julgamentos, dando ao processo de metaforização um valor discursivo. O pesquisador finaliza sua análise da seguinte forma:

Cumprir dizer, no entanto, que a metaforização não confere ao texto somente a mera semelhança conceitual entre o *pôr-do-sol* e o fim de um romance. Além disso, imprime implicitamente no texto opiniões e julgamentos do leitor sobre um acontecimento do mundo das celebridades do meio artístico. Daí ser possível atribuir valores discursivos ao começo do relacionamento de duas celebridades do mundo televisivo um acontecimento social importante, valorizado pela mídia e coberto de flashes e o nascer do sol cheio de brilho e luminosidade, bem como ao término dessa relação amorosa - sem destaque da mídia, feito com discrição e o "*pôr-do-sol*"- término do dia, redução da luminosidade e da cor etc.

O sentido revelado nesse processo reflete, assim, a mobilização por parte do leitor de saberes socioculturais na interpretação, alcançados a partir do encadeamento dos objetos do discurso, cujo papel é enriquecer e investir de valores e estereótipos socioculturais as propriedades semântico-conceituais desses objetos (LEITE, 2007, p. 191).

Os estudos realizados por Leite (2007) revelam características da metáfora que abordam o campo do discurso, mas não chegam a adentrar e desenvolver a análise desses discursos de forma detalhada, utilizando algum dispositivo da própria linha da análise de discurso, até porque esse não era um de seus objetivos.

Sendo assim, sua contribuição é de grande relevância para esta tese no tocante aos dispositivos elencados para subsidiar análises que são norteadas por fatores discursivos dentro da linha da Análise de Discurso Crítica de Fairclough (1995). Esse subsídio ocorre na metodologia de análise juntamente a outros recursos como, por exemplo, os domínios fonte e alvo defendidos por Lakoff e Johnson (2002). Assim, a metáfora discursiva crítica toma forma no próprio discurso. O relato retrata-se como sendo o próprio lugar violência:

#### Texto 4

Ele sempre fazia pressão psicológica quando brigávamos e eu tinha razão, ele ligava para mim e dizia que ia se matar e que ia tomar vários remédios pra não acordar e que a culpa disso tudo era minha. Eu só podia tomar banho na piscina no condomínio com ele, eu não podia sair com amigos sozinha, e ele não ia junto porque dizia que meus amigos não eram bons pra mim também não podia postar foto de biquíni porque ele dizia que eu estava me exibindo. Quando falava pra ele planos de faculdade ele falava em terminar, dizia que eu não era pra fazer faculdade porque eu ia conhecer outras pessoas e traí-lo (REL 35).

(Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

A pressão psicológica é uma percepção da mulher relatora que conta que seu companheiro ligava, dizia que ia se matar e atribuía a culpa dessa ação à mulher. No engajamento da manutenção de poder sobre a mulher, ele faz ameaças de cunho psicológico, toda agressão ocorre no nível do pensamento. Segundo Lakoff e Johnson (1980), é o domínio o responsável por entendermos que tal situação vivida pela relatora se encontra na experiência humana de que esse comportamento tem um viés discursivo no sentido de levar a mulher a acreditar que ela é culpada por deixá-lo transtornado. Outra experiência se dá pela proibição de ações simples e corriqueiras como ir à piscina, sair com amigos, tirar foto de biquíni, ir à faculdade através de argumentos que colocam a mulher em um lugar sempre desfavorável com o pretexto de que ela vai traí-lo.

Essas ações relatadas são fruto de um momento de memória, que se encaixa na experiência dessa mulher e também é ativado pelo evento discursivo de várias brigas entre o casal, isto é, o ponto de partida se dá na experiência dessa mulher viver determinadas ações, e o ponto de chegada é a ressignificação que essa relatora dá a todo o evento. Lima (2008) explica essa circunstância de memória da seguinte forma:

Os modelos de memória não são somente derivados de experiências pessoais vivenciadas socialmente, mas também podem ser subjetivamente construídos, ou melhor, esses modelos permitem aos falantes construir interpretações específicas de um discurso qualquer, podendo, assim, haver posicionamentos, isto é, opiniões diferentes, pois o que, para um, é importante em um discurso, pode não ser para outro. Na verdade, as pessoas não só recordam o modelo e reproduzem informações derivadas dele, mas constroem também

modelos dinâmicos em contínua mutação do contexto sociocognitivo (LIMA, 2008, p. 115).

A ativação da memória é uma questão de relevância porque é a partir desse acesso que os relatos são construídos, materializados, a fim de eles serem circulados e consumidos. Lima (2008) aponta que os conhecimentos depositados na memória têm um aspecto *procedural* o qual diz respeito a fatos relacionados a “como fazer”, ou realizar ações; e um aspecto *enciclopédico*, concernente a “estados de coisas” (coisas armazenadas na memória do indivíduo). A pesquisadora afirma que esses dois aspectos “são os modelos cognitivos socioculturalmente determinados e adquiridos através de experiências” (LIMA, 2008, p. 116).

Portanto, ao produzir um relato partindo da ativação dos fatos depositados na memória de uma mulher agredida, sobretudo verbalmente, o evento discursivo é tomado como uma representação da violência sofrida, uma vez que o relato diz respeito à ativação de memória de fatos, os quais já ocorreram e se materializaram na representação discursiva como sendo a própria violência. Assim, é possível entender o princípio de como o objeto de estudo em questão toma forma. O quadro seguinte mostra melhor compreensão desse movimento da formação da *metáfora discursiva crítica* a partir dos postulados de Lakoff e Johnson (1980):

**Quadro 7** – Movimento da formação da metáfora discursiva crítica

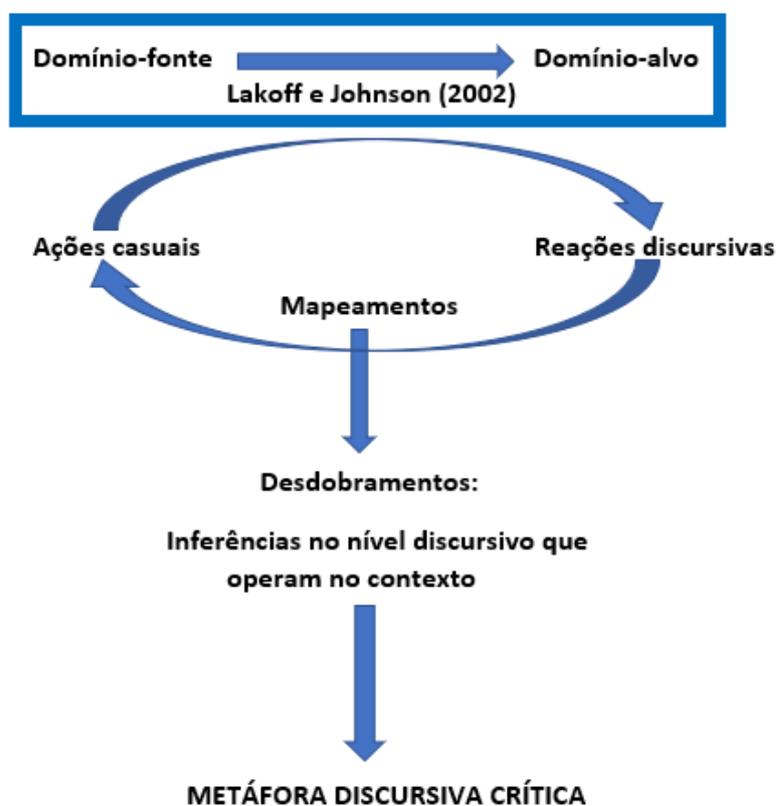
<b>Domínio-fonte</b>	<b>Domínio-alvo</b>
<b>Ações casuais</b>	<b>Reações discursivas</b>
Ligar e dizer que vai se matar	Assédio psicológico
Não pode ir à piscina sozinha	Privação de liberdade
Não pode sair com amigos	Privação de socialização
Não queria que ela fizesse faculdade	Acusação de traição

Fonte: Adaptado dos postulados de Lakoff e Johnson (1980) por um viés discursivo crítico

O quadro apresentado não traz uma análise do discurso de uma forma crítica, mas traz fatores discursivos que revelam, de forma detalhada, uma relação de poder desigual entre os atores sociais participantes desse evento discursivo, no entanto é, através desse mesmo quadro, possível perceber nuances da *metáfora discursiva crítica*.

Tal percepção pode ser constatada porque os mapeamentos desencadeiam inferências discursivas, o que se pode chamar de desdobramentos. Se as relações feitas entre domínios são chamadas de mapeamentos e as inferências realizadas a partir desses mapeamentos são chamadas de desdobramentos, significa dizer que a *metáfora discursiva crítica* se configura como um desdobramento advindo dessas inferências, as quais são todas práticas de violência, sobretudo psicológica, presentes nos relatos dessas mulheres. Essa percepção traz apontamentos de que, por exemplo, determinar que a mulher não pode ir à piscina se traduz, de forma imediata, como privação de liberdade, na qual mostra uma relação desigual de poder entre os atores sociais envolvidos no texto (4), por exemplo.

Partindo do que foi proposto, a figura a seguir mostra como a *metáfora discursiva crítica* é subsidiada por outras formulações já elaboradas por outros pesquisadores como Lakoff e Johnson (1980), Ariel (2002) e Marcuschi (2004):



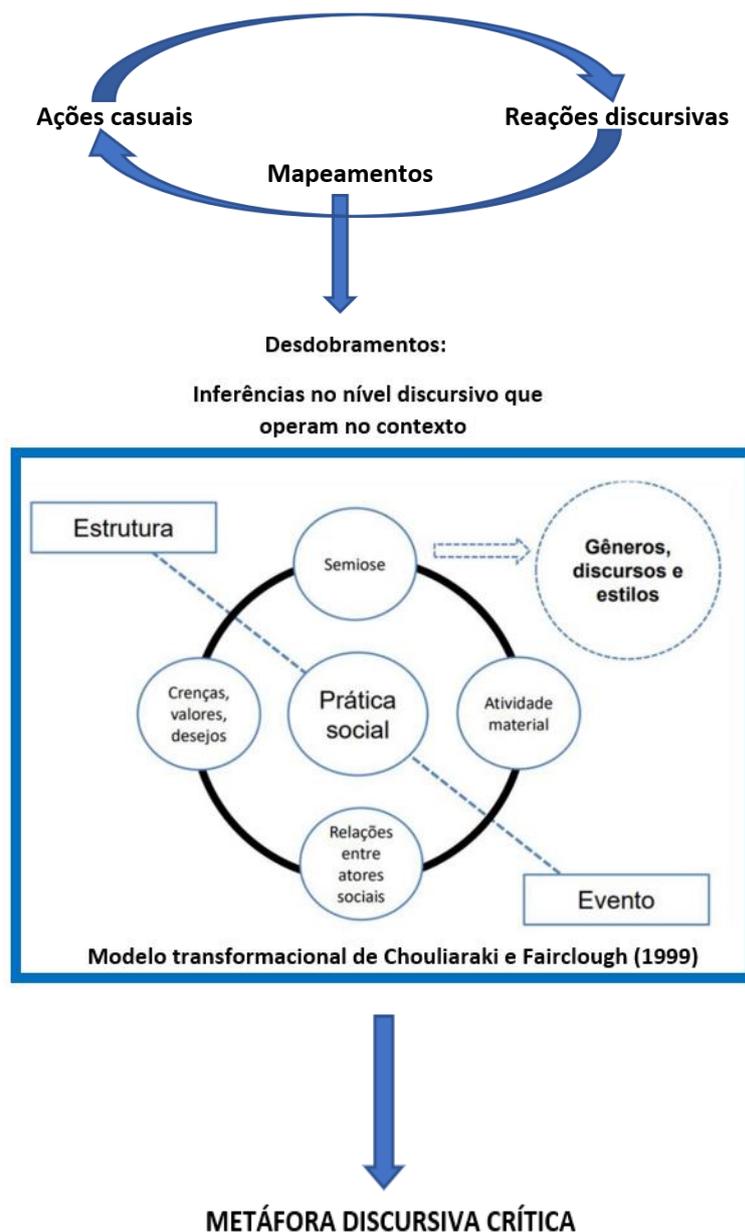
**Figura 15** – Proposta de formulação da metáfora discursiva crítica  
Fonte: Elaboração baseada em Lakoff e Jhonson, 1980.

É a partir de Lakoff e Johnson (1980), com seus postulados sobre os domínios *fonte* e *alvo* que são lançadas as *ações casuais* e as *reações discursivas* vistas na figura anterior. É importante deixar claro que tais domínios de Lakoff e Johnson (1980) não foram utilizados nesta pesquisa porque se referem a domínios estáveis e de caráter bilateral, no qual o *domínio-fonte* parte para o *domínio-alvo*, assim como acontece com um ponto de partida e um ponto de chegada. As *ações casuais* não estão para o *domínio-alvo* e nem as *reações discursivas* estão para o *domínio-fonte*, pois a remodelagem de mapeamentos nesta pesquisa é de caráter retroativo, no qual as reações retroagem às ações, visto que os relatos de mulheres agredidas mostram um encadeamento de ações e reações imbricadas, ou seja, não é possível ter um ponto de partida e um de chegada fazendo apenas uma mera substituição de nomenclatura. É necessário avançar no sentido de entender que os mapeamentos não têm um formato unilateral, mas sim um movimento de ações e reações que se envolvem em um todo.

É verdade que confere uma similaridade com o postulado dos dois domínios, já que partimos desse aporte teórico, no entanto essas *ações casuais* são os diversificados eventos que ocorrem e que são relatados na referida página do *Instagram @maselenuncamebateu*, dando movimento ao texto e instabilidade nas próprias ações e reações, denotando uma aproximação com a realidade, o que, de fato, difere dos postulados sobre *domínio-fonte* e *domínio-alvo*.

O *leitor-observador* é responsável por se conectar ao texto, reconhecendo as ações e percebendo que as ações relatadas são, grosso modo, admissíveis de acordo com nossa cultura, política e leis. Essa fuga aos preceitos sociais *hegemônicos* (FAIRCLOUGH, 1995), leva o leitor a uma *reação discursiva* de enquadramento negativo dessas ações. É na observância do lugar em que esses relatos circulam por quem esses relatos são produzidos e quem são os leitores desses textos que uma nova dimensão se forma: *a dimensão metafórica da violência contra mulheres*.

Observe, a seguir, o quadro com essa organização *ação-reação*, de aspecto discursivo na vertente crítica, uma vez que é utilizado o postulado teórico de Chouliaraki e Fairclough, que mostra as ações casuais como sendo os eventos relatados por mulheres agredidas, textualizados (através da linguagem escrita). Essas ações provocam, no leitor, uma reação discursiva negativa que está diretamente imbricada ao relato lido, configurando-o dentro de uma dimensão de metáfora, pois o próprio relato se articula como o lugar da violência.



**Figura 16** – Formação da metáfora discursiva crítica

Fonte: Elaboração baseada em Lakoff e Jhonson (1980) e em Chouliaraki e Fairclough (1999).

Os *mapeamentos* são elaborados na situação na qual ocorrem as *ações casuais* e as *reações discursivas*, promovendo *inferências* (desdobramentos) de nível discursivo crítico, pois o relato é analisado por meio do Modelo Transformacional de Chouliaraki e Fairclough (1999), tomado dentro da perspectiva da Análise de Discurso Crítica.

Portanto, a *metáfora discursiva crítica* é assim nomeada por ser analisada como *desdobramento* de um *evento discursivo* peculiar que deve ser interpretado como o próprio lugar da violência, ou seja, os relatos são metáforas discursivas críticas da

violência sofrida por mulheres e a análise dessas metáforas específicas é feita a partir do nível discursivo crítico.

### Texto 5

Meu ex sempre quando queria curtir a vida de solteiro me colocava como louca, chata, me deixava sozinha pra sair com os amigos, ficar com outras mulheres. Depois voltava como quem não fez nada, tinha uma lábia e eu acabava voltando. Graças a deus não estou com ele (REL 37).

(Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

O relato (37) se configura como uma porção textual (VEREZA, 2010) que é tomado na sua totalidade como um evento discursivo de ações ativadas pela memória da mulher agredida. O desejo dele divergia de uma relação saudável quando o homem nomeia a mulher como sendo “louca” e “chata”. Tais predicativos, nesse contexto, sugerem uma tortura psicológica que, segundo Vereza (2009), iniciam um *nicho metafórico* levando em conta que existem dois níveis a se considerar: um nível cognitivo, mais estável e um nível discursivo, mais episódico. A autora define o *nicho metafórico*

como um segmento de um texto metaforicamente construído a partir de desdobramentos, geralmente novos (em oposição a convencionais) de uma única metáfora superordenada. Ao mesmo tempo que metáforas novas são criadas a partir de uma única (explícita ou implícita) que as une semântica e discursivamente (pois, em seu conjunto, criam o objeto de discurso), as redes de sentido que se formam textualmente se articulam a instâncias mais estáveis do nosso sistema conceptual (VEREZA, 2009).

A autora faz suas análises com base na pragmática e na Teoria Conceptual da Metáfora (*domínio-fonte e domínio-alvo*). Se, na continuação da análise, as referências predicativas “louca” e “chata” fossem mapeadas, teriam um par lexical. No entanto, não é objetivo desta pesquisa fazer mapeamentos dessa natureza. Então, apenas tomando como base seus estudos, esta pesquisa desvia o foco do nível cognitivo e envereda pelo nível discursivo da metáfora com base em Chouliaraki e Fairclough (1999). Portanto, o objetivo é analisar o relato como produto de violência constituído por uma mulher agredida e que, como prática social (FAIRCLOUGH, 2003, 2006), não é visto como

produto de violência pela sociedade. Sua existência na página @maselenuncamebateu é um caminho, por meio da linguagem, de evidenciar o conteúdo desses relatos como sendo a própria violência com base nas leis que preveem os crimes de violência, sobretudo, psicológica, relegados a outros tipos de práticas sociais diferentes da violência contra mulheres. Ou seja, “colocar a mulher como louca e chata para ter vida de solteiro, é crime, é violência”.

Então, com base nessa breve análise, é notável uma não literalidade total desses textos, pois, desde sua produção até seu consumo, é possível perceber presença de inferências discursivas realizadas pelo *leitor-observador*, de acordo com Leite (2007).

Sobre essa não literalidade, Ariel (2002), de corrente de estudo pragmático, traz uma problemática no tocante à sua definição para responder a diferentes questões acerca da literalidade nas palavras, no pensamento e no contexto. Para isso, o *sentido mínimo* (literal) é subdividido em três tipos: o *linguístico*, livre de impressões contextuais; o *psicolinguístico*, torneado de aspectos psicológicos na construção do sentido, e o *interacional*, dotado de sentido contextual mínimo. A linguista israelense aponta que, por mais que haja uma literalidade (*sentido mínimo*), as inferências lhe são funcionais. Para Ariel (2002, p. 390)<sup>6</sup>, a inferência dependente do contexto deve ser reconhecida como funcional tanto para interpretações figurativas: (inovadoras) metáforas (ironias, etc.) como também para explicaturas (não figurativas) por inferência contextual.

O *sentido mínimo* observado pelo viés contextual não o confunde com as metáforas, por exemplo. A depender do contexto em que determinadas inferências são ativadas, ainda assim há manutenção do *sentido mínimo*, segundo Ariel (2002). A problemática desse estudo sobre o que é literal e o que não é literal é a ausência de uma margem delimitadora entre essa dicotomia que não se assume como tal, pois a literalidade é posta em seus estudos com a nomenclatura de *sentido mínimo*, ultrapassando os limites da própria literalidade. Além de ser analisada por três vieses que não estão imbricados. A respeito dessa discussão sobre a construção de sentido, tomando como base os estudos do literal e do metafórico, Leite (2007) afirma que

---

<sup>6</sup> Original: Context-dependent inferencing must be recognized as functional for both nonfigurative and figurative interpretations: Both (innovative) metaphors (ironies, etc.) and explicatures (nonfigurative) are interpreted by contextual inferencing (ARIEL, 2002, p. 390).

a possibilidade de se diluir a distinção literal/metafórico a partir da asserção de que o sentido de um texto, seja ele metafórico ou não, é sempre resultante da tríade leitor, texto e cultura. Por isso, a literalidade ou metaforicidade plena das estruturas linguísticas nunca é alcançada, visto que, na interpretação, o sentido das formas permanece parcialmente indeterminado, no decurso da leitura. Dito de outro modo, na metáfora, não há somente efeitos operados por significantes linguísticos, mas sim relações interdiscursivas complexas (LEITE, 2007, p. 81).

A relevância de abrir uma discussão sobre questões de literalidade e não literalidade encontra-se na necessidade de evidenciar fatores que norteiam a definição do objeto de estudo desta tese: a *metáfora discursiva crítica*. Esses fatores são explicados a partir da ideia de que não existe uma margem definida que separa o sentido literal do metafórico, pois cada contexto determinará a metaforicidade de um discurso. Assim como afirma Leite (2007), “o sentido das formas permanece parcialmente indeterminado, no decurso da leitura”, entendemos que a metáfora não opera no nível da palavra e no da sentença somente, mas também no nível discursivo, nas “relações interdiscursivas complexas”.

Os estudos complexos da literalidade realizados por Solange Vereza, em sua obra *Literalmente falando*, de 2007, propuseram um estudo vasto sobre a literalidade e a metáfora, principalmente, sobre a questão do sentido e do contexto, pontos importantíssimos para a formação conceitual da *metáfora discursiva crítica*. Nessa obra, a autora tem como objetivo investigar a literalidade de acordo com a metáfora proposta por Lakoff e Johnson (2002), ou seja, por meio da metáfora conceptual, que já foi explicada nesta pesquisa como uma metáfora de cunho cognitivo.

A pesquisadora defende a ideia de que a literalidade é caracterizada como sendo uma metáfora conceptual. No seu prefácio, Mara Sophia Zanotto, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pesquisadora na área da metaforologia, já aponta ser uma obra que contribui “para desconstruir a falácia objetivista do sentido literal, que pode cegar as pessoas para a real natureza da significação das palavras em uso”. Portanto, enxergar a literalidade como um conceito fluido na sua própria não literalidade — como uma metáfora ontológica — é entender “que o sentido literal é conceitualmente metafórico” (VEREZA, 2007, p. 114).

A tomada da metáfora conceptual como “um processo por meio do qual determinados jogos de linguagem são conduzidos” (VEREZA, 2007, p. 127) direciona

uma construção de sentido para diferentes contextos, uma vez que os jogos de linguagem se diferenciam em variados contextos. O sentido construído na operação triádica *leitor-texto-cultura*, Leite (2007), ocorre em uma dada situação, já que cada leitura realizada, a depender de quem seja o leitor e sua cultura, haverá novas construções discursivas de sentidos, apresentando seus diferentes pontos de vista. Sobre isso, Koch e Cortez (2013), afirmam que

ao "retrabalharem" as formas sociais e culturais no discurso, os indivíduos exprimem relações entre si e afirmam posição, representando pontos de vista. Esta representação de saberes e de comportamentos linguageiros põe em destaque fenômenos de heterogeneidade discursiva, na medida em que o locutor/enunciador coloca em cena uma multiplicidade de pontos de vista e os faz dialogar entre eles (CORTEZ; KOCH, 2013, p. 9).

Os fenômenos de heterogeneidade discursiva defendidos pelas autoras fomentam uma observação para as formas de ver o mundo dos atores sociais que constroem sentidos variados em contextos diversificados. Portanto, na observação do objeto de estudo desta pesquisa — *metáfora discursiva crítica* — podemos afirmar que sua análise está fundada no discurso, na construção de sentidos em diferentes contextos e distante dos conceitos clássicos de literalidade.

Alguns relevantes estudos da metáfora na perspectiva discursiva por vieses linguísticos diferentes foram descritos por Moura, Vereza e Espíndola (2013) que explicitam essas ocorrências como uma “virada cognitivo-discursiva nos estudos da metáfora”. Isso quer dizer que houve uma passagem de seu estatuto de cognição individual para o de cognição social. Tal passagem demarca o nível do discurso nos estudos da metáfora, trazendo-lhes novas perspectivas e diferentes interfaces discursivas que passam a fazer parte de pesquisas no campo da metaforologia.

Sobre o início dos estudos da metáfora na área do discurso, Vereza (2012, p. 20) afirma que a metáfora na atualidade se encontra sob “os holofotes intelectuais, na verdade, não é a mesma metáfora que habitava as listas classificatórias dos tropos da retórica restrita”. A sua ascensão, ainda, de acordo com esse autor, “foi impulsionada por reconceituações e redefinições que, na maioria das vezes, implicavam sua promoção ou valorização, como fenômeno de natureza não só linguística, mas também cognitiva e, mais recentemente, discursiva”.

A *primeira forma* como a metáfora começou a ser analisada na “virada cognitivo-discursiva” foi a partir da sua identificação e mapeamento em determinados contextos socioculturais por meio da Linguística de *Corpus* da Metáfora. A *segunda* foi a partir de aspectos ideológicos de sentidos metafóricos e não metafóricos contidos no discurso com interface nos estudos em ADC de Fairclough (2001). De acordo com o Charteris-Black (2006), a metáfora discursiva crítica tem a intenção de analisar conceptualizações de problemas sociais, que servem de base para a manutenção do poder, levando em consideração as relações entre atores sociais em determinados contextos. Os estudos por essa vertente teórica, especificamente, vão dar ênfase às análises de discursos metafóricos que nem sempre estarão no texto verbal. Essa perspectiva semântico-cognitiva e social propõe uma classificação hierárquica de acordo com o nível de abstração da metáfora: chaves conceptuais, metáforas conceptuais e metáforas.

Tenho afirmado que o nível conceptual é hierarquicamente organizado em chaves conceptuais, metáforas conceptuais e metáforas. Até que ponto um indivíduo terá consciência de que uma metáfora particular está relacionada a uma metáfora conceptual, ou que uma metáfora conceptual está relacionada a uma chave conceptual vai variar de acordo com a consciência metafórica individual. Uma consciência da sua motivação em domínios socialmente influentes do uso da linguagem melhora nossa compreensão da base ideológica para a escolha da metáfora (CHARTERIS-BLACK, 2004, p. 244)<sup>7</sup>.

Esse modelo hierárquico parte do concreto discursivo e se estende à total abstração de categorias metafóricas, visto que a metáfora discursiva está na realização das chaves conceptuais e das metáforas conceptuais. E, por fim, a carga ideológica encontra-se nas metáforas, sobre o que elas ressignificam dentro do contexto. Essas mudanças dependerão do nível de abstração dos atores sociais e de suas necessidades de acordo com o contexto em que se encontram.

A *terceira forma* de análise da metáfora com base no discurso foi por meio de Cameron (2009) com a utilização de materiais autênticos no processo de construção do discurso face a face, em acontecimento realístico, com a finalidade de encaminhar suas

---

<sup>7</sup> Original: I have claimed that the conceptual level is hierarchically organized into conceptual keys, conceptual metaphors and metaphors. The extent to which an individual will be aware that a particular metaphor is related to a conceptual metaphor, or that a conceptual metaphor is related to a conceptual key, will vary according to individual awareness of metaphor. An awareness of their motivation in socially influential domains of language use improves our understanding of the ideological basis for metaphor choice (CHARTERIS-BLACK, 2004, p. 244).

análises dentro dos aspectos discursivos da metáfora: metaforema e metáfora sistemática já citada anteriormente. Assim, descobrir resultados acerca de um conceito de metáfora ou de sua indeterminação, por exemplo, através do *pensar alto em grupo*<sup>8</sup> (ZANOTTO, 2009), em interação face a face, uma prática condizente aos pressupostos de interpretabilidade e de dialogismo e aos estudos de Cameron (2009).

A *quarta forma* de análise das metáforas no aspecto discursivo refere-se ao que defende Vereza (2010, 2017) como *nicho metafórico* que reúne cognição, discurso, sistema e uso.

Como a metáfora sistemática, o nicho metafórico enfoca o fenômeno da figuratividade como um recurso organizacional do discurso (retomando a sua função na dispositio e não apenas na elocutio), criando, cognitivamente, redes de sentido, com uma função primordialmente argumentativa. Ao contrário da metáfora sistemática, o nicho metafórico não remete a uma única metáfora cognitiva (mesmo que textualmente específica), mas a toda uma rede metafórica que vai sendo tecida em uma unidade semântico-discursiva (um parágrafo, por exemplo) no texto (VEREZA, 2010, p. 209).

O viés argumentativo de estudo da metáfora discursiva em Vereza (2010) fomenta uma análise que busca tanto a coerência quanto a coesão, pois a *porção textual* é tomada pela pesquisadora como uma ‘rede metafórica’ que é tecida por meio de um construto com vistas à organização da argumentação que está em torno dos domínios discursivos apontados no texto.

Assim, expostas as formas como a metáfora no nível do discurso pôde ser analisada por alguns pesquisadores citado, esta tese se concentra em analisar os relatos colhidos de mulheres agredidas como sendo uma porção textual discursiva ressignificadora da própria violência vivida por cada uma delas, isto é, cada relato mostrará eventos diferenciados, com níveis mais e menos acentuados de violência, com tipos de violência psicológica, moral, dentre outros, além de expor práticas sociais de hegemonia de poder, de misoginia que revelam a ideologia das relações de poder existentes em relações afetivas em que mulheres sempre são subjugadas por conta de forças hegemônicas de poder. Urge defender esses relatos como *metáforas discursivas*

---

<sup>8</sup> *Pensar alto em grupo* é uma “técnica de pesquisa para investigar o processo de compreensão da metáfora, com o objetivo de dar coordenadas para o professor poder trabalhar com sua interpretação em sala de aula” (ZANOTTO, 2009, p. 22-23). Zanotto (2007) percebeu que a leitura de textos autênticos que possuíam metáforas através do método convencional de interpretação ficava no primeiro estágio, no qual não era possível interpretar a metáfora. Daí a necessidade da prática de leitura em grupo, na qual surgiram múltiplas leituras que exigiam explicações de seus processos cognitivos e semântico-pragmáticos.

*críticas* das violências sofridas com o objetivo de, por meio da linguagem, lutar por mudança social (Fairclough, 2003), mesmo que distante da realidade hodierna.

### 3.6.1 O relato e a metáfora discursiva crítica

Considerando a *metáfora discursiva crítica* analisada como objeto de estudo desta pesquisa, o texto é o instrumento utilizado para tal fim. Sendo assim, entendemos ser necessário traçar o caminho que estreita duas margens: a da metáfora no nível discursivo e o próprio texto, neste caso, o relato de mulheres agredidas.

Os relatos coletados são analisados na sua *porção textual* (Vereza, 2010), ou seja, a totalidade do relato entra no escopo de análise do referido objeto. Para tanto, partimos da análise linguística considerada pelos movimentos textuais que Francis (2003) nomeia como *rotulação do discurso*, no qual insere seu estudo em um aspecto da coesão que parte do lexical e forma categorias de rótulos, dentro dos quais traz o *argumento*, o *aspecto* e a *declaração*. Sua metodologia assevera a identificação, a descrição e a ilustração dos mais importantes meios de conectar e organizar o discurso escrito por meio de grupos nominais. Esse estudo acerca da *rotulação do discurso* apoia-se no *rótulo prospectivo* e no *rótulo retrospectivo*. O primeiro precede a sua lexicalização, e o segundo vem depois da sua lexicalização. Em uma de suas análises, Francis (2003) utiliza o seguinte exemplo:

O governo polonês está prestes a proibir o aborto, que é livre sob demanda desde 1956. *Esta atitude* é em si mesma deplorável... (FRANCIS, 2003, p. 200).

A expressão em itálico (*esta atitude*) é chamada de *rótulo retrospectivo* porque rotula todo o discurso anterior, ou seja, de “O governo polonês” até “desde 1956”. Para o pesquisador, sua função é conectar e organizar o discurso escrito. No entanto, também aponta outra questão, chamada pelo pesquisador de *referência difusa*, não explicitada por essa operação coesiva como o fato de o *rótulo retrospectivo* do citado exemplo avaliar *Esta atitude* como “deplorável”, isto é, além de rotular o discurso que vem antes, o *rótulo retrospectivo* também avalia o que vem depois, tornando sua função *difusa*.

É nessa função *difusa* que podemos afirmar, segundo Francis (2003), que a *rotulação do discurso* não é feita somente de forma prospectiva ou retrospectiva, mas

também apontando para outras perspectivas de interpretação, tais como avaliar, julgar, inferir, dentre outras. Assim, pontos de vista são construídos e reconstruídos a partir de movimentos textuais outros que são de ordem contextual, pois a depender da circunstância situacional, culturalmente, historicamente falando, esses rótulos podem rotular referências difusas, assim como asserta Francis (2003):

Um rótulo retrospectivo não necessariamente se refere a uma extensão de discurso claramente delimitada ou identificável: nem sempre é possível decidir onde se encontra o limite inicial de sua base de referência. Isto pode ser explicado em termos da função coesiva intrínseca dos rótulos retrospectivos: eles são usados, como o *esta* anafórico, para dizer ao leitor para seccionar em sua mente o que veio antes. A extensão precisa do discurso a ser seccionada pode não importar: é a mudança de direção assinalada pelo rótulo e seu ambiente imediato que é de crucial importância para o desenvolvimento do discurso (FRANCIS, 2003, p. 200 – grifo do autor).

De maneira análoga à proposta de *rotulação do discurso* de Francis (2003), os relatos são veiculados sempre com o mesmo título: *mas ele nunca me bateu* que funciona como uma espécie de *rótulo retrospectivo*, já que aparece também ao final dos relatos como uma espécie de fecho-padrão da página, objetivando um efeito argumentativo paradoxal no leitor de que as *ações casuais* não seriam exemplos de formas de violência. É o contexto dessas ações que implicará na interpretação do relato como forma(s) de violência ou não, pois a depender do *leitor-observador*, é possível que sua leitura seja de uma ação diferente de uma ação tomada como sendo violência. Para tanto, vejamos a seguinte análise:

### **Texto 6**

Ele me obrigava a fazer sexo com ele bêbado se não começava a gritar até acordar nosso filho (REL 36)

(Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

Nesse relato, podemos destacar que a seguidora anônima tinha um filho com o agressor. Então, muitas inferências possíveis podem ser realizadas pelo leitor-observador como a discrepância do nível dominante de poder, já que ele a obrigava a fazer sexo com ele bêbado, além de que a ameaçava a acordar o filho do casal. O tipo de mapeamento realizado é por meio da interpretação do relato e seus desdobramentos

levarão à análise do relato como uma metáfora discursiva crítica da violência sofrida por essa mulher.



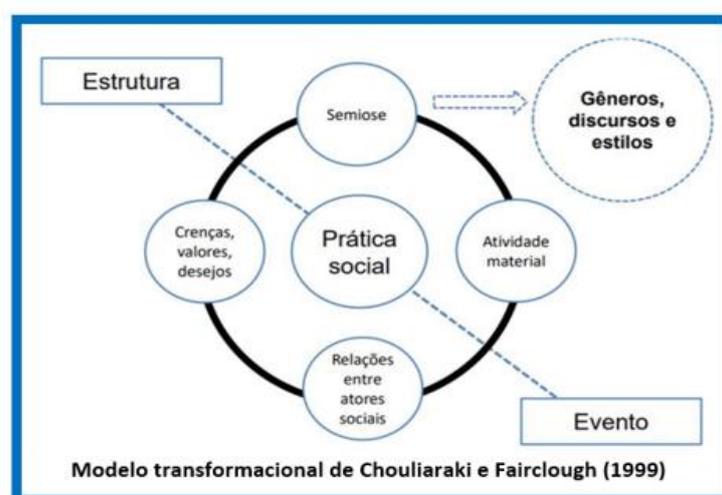
**Figura 17** – Nível da leitura e interpretação

Fonte: Proposta de reformulação com base em Lakoff e Jhonson (1980).

Mulher relata que seu companheiro a obrigava a fazer sexo com ele bêbado. Essas ações mostram a negatividade das ações do homem sobre a mulher, além de que ele agia sob efeito de álcool, o que gera ações ainda mais violentas. Ainda a ameaçava de acordar o filho do casal, envolvendo um menor de idade na cena.

**2 - Desdobramentos:**

**Inferências no nível discursivo que operam no contexto**



**Figura 18** – Desdobramentos

Fonte: Proposta de desdobramento com base em Chouliaraki e Fairclough (1999).

O evento discursivo aparece atravessado pela estrutura como estão traçadas as práticas sociais como as relações entre os cônjuges se dão num desvelamento de poder por conta de forças hegemônicas instauradas na sociedade através de crenças, preconceitos e desejos, os quais regulam as relações sociais entre os atores sociais. Assim, a mulher é vista como a que obedece, a que sucumbe às chantagens do cônjuge. A ação de obrigar a fazer sexo com a própria companheira reflete um cenário de violência sexual. “Muitas mulheres acham que não existe estupro dentro do casamento já que acreditam terem obrigações sexuais... Se não houver consentimento em qualquer tipo de relação sexual, é caso de estupro” (LACERDA, 2020, p. 17-18).

Tal cenário é questionado pelo senso comum, já que ele é o marido dela, então o sexo é legítimo, se observado por essa ótica machista em que a mulher se configura como ser de consumo e satisfação sexual do homem.

Outra ação é a ameaça de acordar uma criança, revelando discursivamente que a obrigação de cuidar dos filhos fica restrita à mulher, assim ela se coloca numa situação de chantagem em que deve fazer o que ele quer para que ela possa resguardar a integridade psicológica do filho.

**3 - Inferências no nível discursivo que operam no contexto**



**METÁFORA DISCURSIVA CRÍTICA**

**Figura 19** – Geração da metáfora discursiva crítica

Fonte: Proposta de formulação de metáfora discursiva crítica como resultado dos desdobramentos

Por meio dos desdobramentos inferenciais, no dado contexto, analisa-se o relato como sendo uma metáfora discursiva crítica, pois há duas ações substanciais que enquadram o relato episódico como violência: estupro e chantagem, agregados à violência psicológica que permeia toda a ação do agressor. Essa relação desigual de poder revela a posição de inferioridade da mulher, a qual constrói o relato para divulgação de sua experiência.

## CAPÍTULO 4 — UMA ANÁLISE DO GÊNERO RELATO ENQUANTO METÁFORA DISCURSIVA CRÍTICA DA VIOLÊNCIA

O traçado metodológico desta tese começou durante o momento pandêmico, em 2020. Em virtude de muitas pesquisas realizadas na *internet* sobre características referentes a relacionamento abusivo, desde meados de 2019, incluindo plataformas como: pesquisa do *Google*, *Pinterest* e *Instagram*, e inesperadamente me deparei com a página *@maselenuncamebateu* no *Instagram*. Essa descoberta foi o divisor de águas para a seleção do *corpus* desta tese, pois, nosso projeto inicial era analisar as relações de poder metaforizadas em textos jurídicos (*petições de habeas corpus*). A mudança de projeto foi extremamente necessária devido à relevância muito superior da nova proposta de trabalho.

O tema da violência psicológica contra mulheres; o meu encontro com esta página citada *@maselenuncamebateu*; as leituras diárias de relatos de suas seguidoras anônimas; o meu estreitamento pessoal e social com o trabalho da gestora da página, Verônica Alves Cândido, foram verdadeiros motivadores para que as análises fossem estritamente voltadas a relatos veiculados nesse ambiente midiático. Dessa forma, decidimos coletar alguns desses textos por conta dessas motivações e, por conseguinte, iniciar as análises desse *corpus*, tendo em vista que as relações de poder se fazem presentes, metaforicamente, em tais relatos. É importante afirmarmos que este trabalho despertou em mim gatilhos emocionais, uma vez que ser pesquisadora não anula o fato de ser mulher. No entanto, vimos o quão se faz necessário desvelar assimetrias de poder no âmbito desta minha pesquisa. Esta seção, dividimo-la em dois momentos: o dos procedimentos de construção do *corpus* da pesquisa; e o das análises propriamente ditas desse *corpus*.

### **4.1 Procedimentos de construção da pesquisa e do corpus analisado**

A organização desta pesquisa se deu inicialmente através da coleta de dados na página *@maselenuncamebateu* no *Instagram* em julho de 2020. Foram selecionados relatos postados entre os meses de março a junho, totalizando quatro meses. Elencamos durante esse período uma quantidade satisfatória de textos. Por conta de sua relevância temática, consideramos adequada a quantidade de 110 (cento e dez) textos bem relevantes para a execução desta pesquisa. Desse total, selecionamos 13 (treze) relatos para a análise da metáfora discursiva crítica a respeito da violência contra mulheres.

E, a fim de fomentar uma boa materialidade linguística a qual ocupa o lugar de um objeto de pesquisa, na medida em que nossa proposta é analisar tais relatos como sendo o próprio lugar da violência contra mulheres. Esses relatos são configurados como metáfora discursiva crítica da violência. Esse critério de recorte está voltado à apreciação dos textos em relação à incidência de *microviolências* (HIRIGOYEN, 2006) relatadas ao longo dos textos.

As leituras dos relatos e as interpretações geradas ao longo desta pesquisa se deram em consideração a um ambiente virtual, uma vez que o espaço onde estavam esses textos era a *internet*. Consideramos, antes de tudo, ser uma pesquisa com características netnográficas, na medida em que as relações, as interações sociais e mediações adquirem especificidades que devem ser consideradas no momento de coleta e da análise em pesquisas científicas (OLIVEIRA, 2010). Dessa forma, devemos levar em consideração o espaço *Instagram* como o meio de reverberação dessas práticas discursivas.

Partindo das etapas postuladas por Kozinets (2014, p. 62), tais como “o planejamento do estudo, entrada, coleta de dados, interpretação, garantia de padrões éticos e representação da pesquisa”, seguimo-las, para a realização desta pesquisa de base netnográfica, alinhando o aspecto qualitativo pertinente ao estudo em questão.

No âmbito da pesquisa qualitativa, de caráter dinâmico, multicultural, heterogêneo, além de apresentar uma preocupação com fatores da contemporaneidade, como é o caso da violência contra mulheres, a netnografia alinha-se a esse caráter no qual se devem levar em consideração alguns aspectos:

a análise dos dados tem interesse comparativo aliado ao interesse na descrição holística da interação grupal investigada, procura-se identificar o significado nas relações sociais do ambiente virtual, linguagem e interações. Inicia por uma leitura flutuante por meio da qual o pesquisador, numa gradual apropriação do texto, estabelece várias idas e vindas entre o documento analisado e as suas próprias anotações, até que comecem a emergir os contornos de suas primeiras unidades de sentido.

A análise dos dados qualitativos é efetuada por meio de texto narrativo que traça a relação da teoria adotada com os aspectos observados nos dados (MERCADO, 2012, p. 179).

Dessa forma, segundo Chizzotti (2006, p. 26), a pesquisa qualitativa apresenta uma característica intrínseca a sua ação: o interpretativismo, tendo em vista que é um

tipo de pesquisa que demanda a interpretação dos dados coletados, observando a realidade cultural, social, política que contextualiza todo o conteúdo que será analisado. Assim, conseqüentemente, temos resultados de interpretações que foram realizadas pelo pesquisador, sendo este o responsável por aquilo que fez através de suas percepções. Uma dessas interpretações se dá através do nome da página pública na rede social *Instagram* que traz um enunciado que exprime a ideia de oposição — *mas ele nunca me bateu* — propondo que “ele” (autor dos atos de violência) nunca cometeu violência física, no entanto já cometeu outros atos que não são “considerados” como violência, por uma parcela da sociedade, ou até mesmo são banalizados, mesmo que sejam ações de violência contra mulheres, como previsto em lei.

Em virtude de tratarmos, nesta pesquisa, o gênero relato como um texto de modalidade estritamente escrita, as postagens originais foram digitalizadas, ponderando apenas o aspecto verbal. De forma comparativa, assim, temos:

1) *Formato virtual do relato original:*



**Figura 20** – Formato virtual do relato original  
 Fonte: “Mas ele nunca me bateu”, 2020.

2) *Formato digitalizado, adotado nesta pesquisa:*

**Texto 7**

Todo dia ele fazia de tudo pra me diminuir. Meus problemas nunca eram maiores que os dele. Não ligava quando eu chorava, sempre dizia o quanto ninguém ia querer ficar comigo só ele pra me aturar, já me estrangulou várias vezes. (REL59).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020.

Na observância dos relatos a partir de interpretações no aspecto qualitativo, apreciamos a temática da violência psicológica contra mulheres relatada em textos por seguidoras anônimas da página *@maselenuncamebateu*. Para tanto, construímos um cenário histórico e contemporâneo da posição de mulheres no Brasil, onde há variadas leis que enfatizam a proteção a essas mulheres.

Por conseguinte, situamos o gênero textual relato dentro do espaço virtual e embasamos teoricamente os pontos de análise a partir da ADC, principalmente; e dos postulados de Lakoff e Jhonson (2002); Charteris-Black (2004, 2006) e Vereza (2010, 2017) para nortear os estudos na configuração da metáfora discursiva crítica. Tendo em vista que essa configuração foi desenvolvida através de procedimentos, devemos nos ater a alguns questionamentos realizados que, além de fomentar a pesquisa, também, fomentam tais procedimentos metodológicos: i) como as metáforas discursivas críticas são concebidas?; ii) por que trazer à luz um tipo de metáfora para elucidar a violência, sobretudo psicológica, contra mulheres?; iii) quais elementos não discursivos colaboram para a análise desse tipo de metáfora?

A partir desses questionamentos, trazemos alguns relatos a fim de elucidar as diferenciadas *microviolências* (HIRIGOYEN, 2006), mostrando que as análises tomam diversos rumos em relação à interpretação. A sua configuração como metáfora discursiva crítica está baseada nas inferências realizadas no processo analítico a partir da violência psicológica, como macroviolência, que se subdivide em tantos tipos de microviolências explicitados no primeiro capítulo. A partir desse prisma, citamos alguns exemplos para evidenciar tais diversidades:

**Texto 8**

Todo dia ele fazia de tudo pra me diminuir. Meus problemas nunca eram maiores que os dele. Não ligava quando eu chorava, sempre dizia o quanto ninguém ia querer ficar comigo só ele pra me aturar, já me estrangulou várias vezes. (REL59).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020.

**Texto 9**

Meu ex não fazia comida porque, segundo ele, é obrigação da mulher. Como se não bastasse, queria que eu colocasse a marmita dele todos os dias: no dia em que eu me posicionei e disse que não faria, entre socos nas paredes, ele me perguntou: então pra que eu tenho a porra de uma mulher? *Mas ele nunca me bateu.* (REL110).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020.

**Texto 10**

Meu ex me traía com várias mulheres, chegava bêbado gritando e batendo nos móveis e paredes, cuspi na minha cara, gritava comigo, me humilhava em qualquer lugar e perto de qualquer pessoa, e sim ele já me bateu. (REL52).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020.

**Texto 11**

Depois de um tempo separados ele voltou pra dizer que passou grande parte do nosso relacionamento comigo por causa dos nossos filhos, que ele não me beijava, não me dava amor, carinho e não tinha relação porque quando lembrava de mim já perdia a vontade. Passei meses da minha vida acreditando em um amor que não existia vindo dele e isso destruiu minha saúde mental e meu psicológico. (REL67).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020.

Por esses relatos serem tratados como materialidade linguística desta pesquisa, dotados de características específicas, desde o tema até as condições de produção, notamos o texto como lugar de discurso (KOCH, 2009), como um material empírico, no qual se observa a prática de criação de um relato por funcionalidade social. Assim, analisamos os relatos observando primordialmente as questões subliminares de violência que perpassam os discursos e estão socialmente velados.

Os eventos ocorridos, as experiências vividas no mundo não são estáveis, não são estáticos. Eles sempre são reelaborados a fim de que

façam sentido. Falar na reelaboração da realidade pela linguagem não significa dizer que o papel da linguagem é ludibriar, é maquiar a realidade, é disfarçar a verdade — claro que não, porque, no fundo, não há uma verdade absoluta, não há algo “normal”, “fiel” que precise ser escondido. Significa que é uma função inerente à linguagem a (re)elaboração das práticas sociais, e, se isso é usado para fins mais ou menos lícitos, é algo que, pelo menos em princípio, escapa ao estudo da linguagem nessa perspectiva (CAVALCANTE, 2013, p. 105).

Em consonância com Cavalcante (2013), a análise do espaço da representação por meio da linguagem não é uma forma de engodo, mas sim uma maneira de trazer à luz um espaço de visibilidade para aquilo que muitas mulheres sofreram num dado momento e num dado lugar. Apenas se conta com o que ficou registrado em suas memórias de longo prazo (LIMA, 2008). Para que esses relatos sejam produzidos e reproduzidos e tenham um engajamento social, eles devem ser postados publicamente. Essas memórias e engajamentos serão levados em consideração, neste trabalho, porque, no segundo ponto da análise, será discutido o efeito da violência contra a mulher enquanto prática social.

Segundo Fairclough (2001), as ideologias são significações/construções da realidade de vários modos a depender das práticas discursivas, ou seja, a depender das condições de produção e de interpretação do texto/discurso, podemos notar várias características peculiares que vão das visões de senso comum às visões que desencadeiam o engajamento para as transformações das relações de dominação.

As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. Quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Para tanto, analisamos a realidade de mulheres violentadas, tendo como ponto de partida as suas memórias construídas mediante práticas discursivas e/ou situações discursivas. conseqüentemente, a prática social se dá por meio da (re)ativação da memória (conteúdo que contempla os constituintes não discursivos que compõem o

estudo com base nas práticas sociais) e de engajamento na distribuição desses relatos de configuração da violência como representação de eventos sociodiscursivos.

Entendemos que se trata de analisar textos pelo viés da realidade sofrida como maneira de lutar contra as forças de dominância de homens que tomam o lugar de poder institucional (família) de agressor reverberado pela sociedade através *síndrome do pequeno poder*, na qual, homens podem mais e mulheres, menos (ESPÍNOLA, 2018).

Nossas análises coadunam duas instâncias de prática social: as práticas discursivas e as não discursivas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), a fim de apreciarmos os relatos por intermédio de condições de produção e de interpretação, observando a memória e o engajamento dessas mulheres dentro do evento social representado pela violência contra elas.

De forma didática, temos a configuração a metáfora discursiva crítica, uma vez que se opera com pontos ideológicos contrastantes. Nessa parte da análise, a colocação dos relatos como prática discursiva dotada de suas características de gênero a serem analisadas, apontamos que esses relatos, aqui reconhecidos, são configurados como *metáforas discursivas críticas*. Nesse ensejo, produzimos um quadro didático para que as informações dos procedimentos de análise sejam expostas de modo a facilitar a compreensão:

**Quadro 8** – Esquematização didática de análise

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE
<i>1º procedimento:</i> análise do texto como prática discursiva, observando as características das condições de produção e de interpretação.
<i>2º procedimento:</i> análise das práticas sociais (constituintes discursivos e os não discursivos) como sendo a violência contra a mulher, ativando a memória e o engajamento da mulher violentada para lutar contra as forças hegemônicas de poder que reverberam na sociedade contemporânea.
<i>3º procedimento:</i> encaixe ideológico configurativo dos relatos como <i>metáfora discursiva crítica</i> , sendo este o objeto a que se pretende analisar sua configuração como violência contra mulheres.

Fonte: Baseado em Chouliaraki e Fairclough (1999); em Lakoff e Jhonson (2002).

Esses procedimentos metodológicos são baseados no modelo dialético-transformacional adotado por Chouliaraki e Fairclough (1999), apoiados a partir de Charteris-Black (2004); Vereza (2010); Lakoff e Jhonson (2002), por meio de uma

abordagem semântico-cognitiva e social com reservas à metodologia aplicada, uma vez que sua análise se enquadra num nível discursivo, mas observa o uso de expressões metafóricas como ferramenta de análise.

Nossa pesquisa traz uma análise do texto na sua totalidade por conta de seu caráter configurativo de representação de atos de violência retratados através de relatos. Logo, é fulcral deixar claro que a categoria de análise não está no lexical ou nos sintagmas, mas sim no texto integral ou porções. Desconhecemos, portanto, trabalho que tenha se debruçado na empreitada de referenciar um relato configurado como metáfora discursiva crítica da violência contra mulheres.

Ao considerar os relatos de mulheres violentadas na construção do *corpus* desta tese, temos o grande impacto quantitativo e indiscutível de que a luta existente nas relações de poder entre os atores sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) se instaura, primordialmente, entre o homem e a mulher. Tendo em vista que o homem exerce maior poder na relação, ele é tomado nos relatos como referente, de acordo com os estudos contemporâneos da Linguística Textual (KOCH, 2009) no tocante à construção dos objetos-de-discurso (representações semióticas instáveis), segundo os postulados teóricos de Mondada e Dubois (2003).

A posição desse referente (objeto-de-discurso) põe o homem em um lugar de exercício de poder no sentido de seu abuso. Mesmo sendo as relações legítimas de poder necessárias, “a sociedade não funcionaria se não houvesse ordem, controle, relações de peso e contrapeso” (VAN DIJK, 2012, p. 27). O *abuso de poder* traz um prejuízo às pessoas porque produz uma desigualdade social que é reproduzida na vida cotidiana. Portanto, o homem que abusa do poder dentro da instituição casamento, por exemplo, introduz severas assimetrias nas relações de poder a partir das quais se iniciam os eventos sociais de brigas e discussões.

Nesse perspectiva, trazer o processo da referenciação na (re)construção do discurso, a fim de ser o próprio lugar da interação, significa dizer que esse processo é inerente ao texto, uma vez que este revela sujeitos ativos na elaboração e reelaboração de objetos-de-discurso (MONDADA; DUBOIS, 2003), ou referentes que advém do efeito da interação entre enunciador e coenunciadores em suas práticas sociodiscursivas. Tais interações são consideradas instáveis, pois os atores sociais que participam dessas interações processam seus discursos de modo criativo e dialético a cada situação social

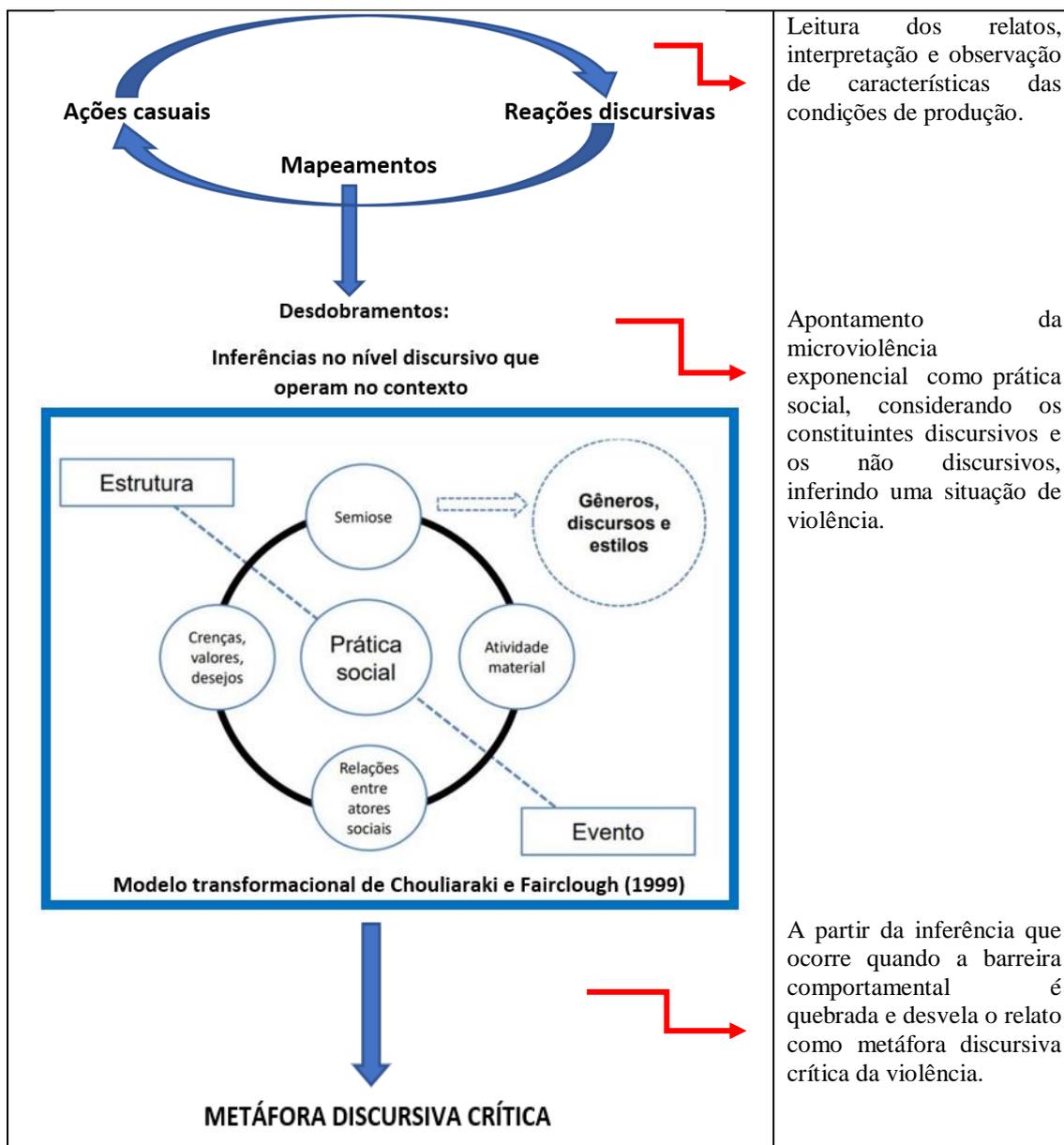
dada, pois viver em sociedade é interagir através do pensamento sociocognitivo e interacional.

Assim, o referente situa-se antes da linguagem como um “produto de nossa percepção” (KOCH, 2009, p. 52) e a referência situa-se como significado linguístico. Desse modo, as práticas sociais não mantêm o par referente/referência estabilizado, elas operam na transformação por meios cognitivos e sociais através da teoria da referenciação, já que no lugar de pressupor uma estabilidade *a priori* “das entidades no mundo e na língua, é possível reconsiderar a questão partindo da instabilidade constitutiva das categorias por sua vez cognitivas e linguísticas, assim como seus processos de estabilização” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 19).

Em seguida, é preciso considerar que o gênero textual relato, nesta situação peculiar na qual está sendo analisado, é o próprio discurso produzido através do evento social ocorrido com cada mulher que se predispôs a relatar uma cena de abuso por ela vivida. Assim, iniciamos uma análise do nível de abstração da metáfora (CHARTERIS-BLACK, 2004) em relação ao ato de violência psicológica. Essa análise focada na abstração da metáfora é realizada, observando-se os constituintes discursivos e não discursivos dentro da prática social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Enfatizamos que os constituintes discursivos estão presentes no texto (na sua superfície) e os não discursivos referem-se às crenças, aos desejos, à cultura, ao espaço histórico, às relações entre os atores sociais e à atividade material. Todas essas esferas serão contempladas nas análises como prática social que está inserida em um evento social que é onde os atores sociais atuarão por meio dos textos. E esse evento, por sua vez, na estrutura social que compõe as regras de como agir de acordo com gênero, raça, etnia. A fim de condensar as informações que descrevemos sobre os procedimentos de análise até aqui, lançamos mão de um segundo quadro explicativo e didático para resumir e promover um melhor entendimento.

**Quadro 9** – Resumo da descrição dos procedimentos de análise dos relatos



Fonte: Baseado em Chouliaraki e Fairclough (1999) e em Lakoff e Johnson (2002).

De acordo apresentado nesta tese, adentramos às análises dos relatos como a configuração da *metáfora discursiva crítica* da própria violência contra mulheres no âmbito psicológico, para elucidarmos as questões veladas que envolvem esse tipo de violência.

## 4.2 A análise dos relatos como metáfora discursiva crítica da violência contra mulheres

Iniciamos as análises com base temática nos fatores comportamentais que dificultam a desvelar a violência psicológica, ou seja, nas *microviolências* elencadas por Hirigoyen (2006) e organizadas por Shwab e Meireles (2017).

O primeiro procedimento foca no texto (ou relato) como prática discursiva, observando as características das condições de produção e de interpretação; O segundo, na análise das práticas sociais (constituintes discursivos e não discursivos) como sendo a violência contra a mulher; E o terceiro, na configuração dos relatos como metáfora discursiva crítica. É relevante frisar que essa separação é meramente didática, uma vez que o discurso não é de ordem estanque no que concerne seus aspectos da prática social da qual faz parte. Primeiramente, iniciamos uma análise de um dos relatos do nosso recorte para elucidarmos os três procedimentos analíticos.

### Texto 12

Meu ex tentou me fazer acreditar que eu não precisava de mais nada além do amor dele, incluindo família, trabalho e amigos. Os acessos de raiva e ciúmes seguiam com a desculpa que eu tinha que entender e aceitar que ele me bastava. (REL23).

Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B97o5AbnB9X/>. Acesso em 13 jul. 2020.

#### • 1º Procedimento

O relato (12), acima, inicia-se com a evidência do referente, o agressor, como *Meu ex*, situando o leitor em relação ao objeto-de-discurso (MONDADA; DUBOIS, 2003) presente para que a orientação siga as ações realizadas pelo ex-marido da mulher agredida. Entende-se que as condições de produção desse relato estão centradas no aspecto temporal passado, o qual pode ser percebido pela escolha lexical *Meu ex* e pela própria característica do gênero relato em ser escrito, primordialmente, com tempos verbais no passado. A sua interpretação volta-se a ações pragmáticas ativadas pela memória da vítima. A mulher, que já passou por tal situação social, sente necessidade de partilhar a sua vivência por meio de relatos com o público-alvo da página do Instagram “@maselenuncamebateu” (*Os acessos de raiva e ciúmes seguiam com a desculpa que eu tinha que entender e aceitar que ele me bastava*).

Essa função social do texto está intimamente ligada às suas condições de produção e de interpretação, pois o discurso construído pela vítima é fruto de um conjunto de ações realizadas pelo agressor que a fez associar sua experiência a um ato de violência. É nessa associação em que se inicia a configuração da *metáfora discursiva crítica*, já que a mulher escreve seu relato e envia para uma página pública, por meio da qual, tenta incentivar o máximo de mulheres a ler, buscando aumentar sempre a rede de apoio e de informação sobre o que é abuso psicológico e moral, referendado pela Lei Maria da Penha, nº 11.340 de 2006. Essa iniciativa de produção é a conotação do reconhecimento daquilo que ela sofreu no passado. Isso é uma das formas de violência contra a mulher. Então, essas condições de produção nos levam a fomentar a ideia de que o texto, também, pode ser visto como um espaço da violência, ou seja, as ações vividas por essa mulher não se configurariam como sendo violência caso ela não acreditasse ou não soubesse que a situação pela qual ela passou, ou viveu, concretiza-se como atos abusivos. Só podemos reconhecer esse relato como ação de violência quando é posto em exercício na sua função social, isto é, quando a mulher agredida reconhece na ação que aquele evento social é de ordem violenta. Segundo Arendt (1985),

A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca. E aquilo que necessita de justificar-se através de algo mais não pode ser a essência de coisa alguma. (ARENDR, 1985, p. 32)

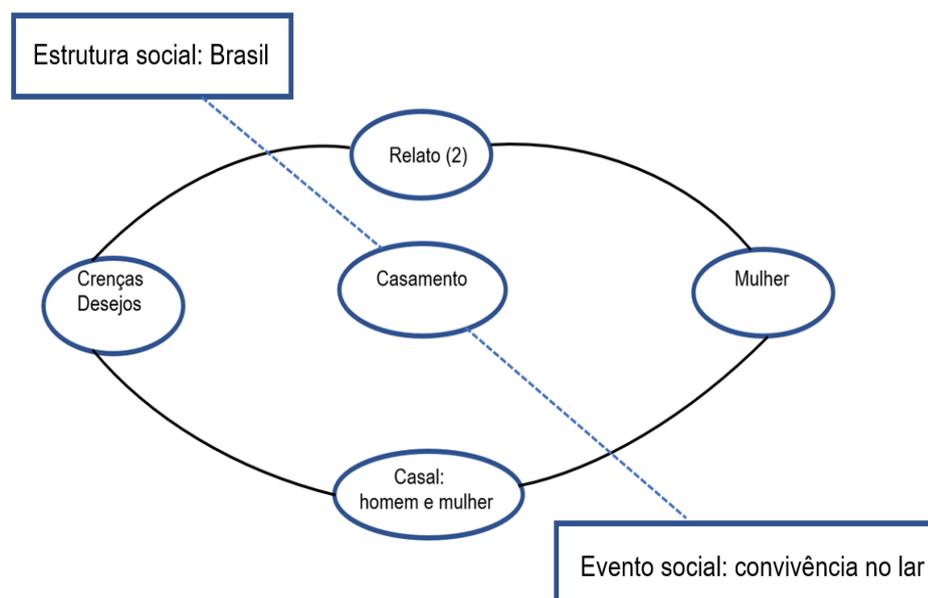
Esse conceito de violência norteia as ações de um homem que não queria que a esposa tivesse contato com outras pessoas, como se ela não precisasse de mais ninguém, em uma ação manipuladora, na qual ela relata ([...] *me fazer acreditar que eu não precisava de mais nada além do amor dele*) como sendo uma atitude que denota violência, pois isso não tem fundamento em nada a não ser na busca egoísta do agressor. Quando se fala em egoísmo para fazer a interpretação desse relato, pretende-se evidenciar traços de primitivismo que não se justificam porque o ser humano é cognitivamente capaz de entender suas falhas humanas. Mas, mesmo assim, comete erros que são comumente vistos como a cultura do absurdo. Essa cultura tem fundamento na misoginia (BUTLER, 2018) por acreditar que o que uma mulher sente depois que ouve do marido que [...] *tinha que entender e aceitar que ele [lhe] bastava*. É triste, pois, ele falhou com ela.

Após a leitura desse texto (12), o enquadramento desse relato como sendo uma metáfora discursiva da violência contra a mulher dirige-se para o senso comum que prega a *síndrome do pequeno poder* (ESPÍNOLA, 2020) e, por essa razão, o homem quer a mulher só para ele, porque esse comportamento é a busca de poder do homem, e outros discursos correntes como esses. No entanto, se a mulher se sente destruída psicologicamente após sofrer esses abusos, assédios, manipulações, de ordem moral e/ou psicológica, na verdade, tudo isso se concretiza como ato de violência.

Percebe-se, já neste primeiro procedimento de análise, que é impossível afastar aspectos não discursivos do texto, pois todos eles estão imbricados, mas faremos nossos esforços a fim de se obter uma análise o mais didática possível até chegarmos ao enquadramento do relato como metáfora discursiva.

#### • 2º Procedimento

Nesta parte, apresentamos uma análise dos elementos discursivos e dos não discursivos que colaboram para a validação do relato como sendo uma metáfora da violência contra a mulher. Para iniciar, elaboramos um esquema que ilustra a prática social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) específica do evento social tratado:



**Figura 21** – Prática social

Fonte: Baseado em Chouliaraki e Fairclough, 1999.

Esse esquema está baseado em Chouliaraki e Fairclough (1999) e mostra o nível macro que é a estrutura social que foi denominada nesta análise como Brasil, pois, é o lugar onde a Lei nº 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha) atua ainda de maneira falha, porque o constituinte denominado, no esquema, como “crenças e desejos” se sobrepõe aos ritos da Lei. Acreditar que a esposa é um bem material faz com que essa construção ideológica recaia sobre o constituinte da atividade material que não opera sozinha, visto que necessita do apoio dos desejos do homem em ter “a mulher” só para ele e não dividi-la com ninguém (*Meu ex tentou me fazer acreditar que eu não precisava de mais nada além do amor dele, [...] que eu tinha que entender e aceitar que ele me bastava*).

Nesse caso, a mulher ocupa um lugar material nessa prática social, logo percebemos a primeira assimetria de poder nessa relação entre os dois atores sociais. O terceiro constituinte não discursivo são essas relações assimétricas de poder entre o homem e a mulher. Dentre os dois, é perceptível que o homem abusa do poder em uma ordem muito complexa porque o referente desse texto (12) não atua individualmente. Arendt (1969) explica como esse abuso ocorre de forma coletiva:

O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece. (ARENDR, 1985, p. 27)

Seguindo a esteira dessas relações assimétricas de poder, vai surgindo o desenho daquilo que não pode ser tomado como “defeito masculino”, “deslize”, “falha moral”, “bobagens de homem ciumento”, mas sim como sendo a própria violência, pois enquanto o homem comete abuso de poder, a mulher se submete aos caprichos do marido, ela é silenciada, alienada pelas exigências baseadas em desejos e reprimida por receio dos *acessos de raiva e ciúmes*. Nessa relação desigual e injusta, a alma da mulher é ferida, seu interior é ostensivamente machucado, doendo mais do que se fosse uma agressão física. Então, é com base no impacto sofrido pela mulher que a violência se constrói e se reproduz através de contínuas crises de raiva e ciúme, pressionando a vítima a fazer tudo que o agressor queria.

• 3º Procedimento

Depois de observados os constituintes discursivos e não discursivos, é possível notar que o texto (12) possui indícios de manipulação, alienação, ameaça, abuso, assédio que denotam violência e que, independentemente das leis que protegem as mulheres, esses relatos são os meios de engajamento para desvelar a violência existente em discursos machistas e misóginos que ainda circulam e atuam livremente na sociedade.

Para Fairclough (2001), a mudança discursiva que se inicia por meio desses relatos vai ganhando força à medida que se desmascara ações de violência psicológica e moral no sentido de amplificar mais relatos, além de promover políticas públicas para mulheres que sofrem desse tipo específico de violência. À proporção que esse engajamento aumenta, a potencialidade da mudança discursiva também cresce. Assim, conseqüentemente, tem uma mudança social. É óbvio considerar que ainda estamos longe dessa mudança social, logo esta tese se justifica por compor o quadro de relevância do evento da violência contra a mulher, para que o tema possa ter maior visibilidade e que a comunidade possa compreender que determinados discursos não são “normais”.

Em seguida, elencamos as *microviolências* (HIRIGOYEN, 2006) no desenvolvimento das análises sob a perspectiva dos relatos como formas veladas de violência na sociedade, isto é, na sua configuração como metáfora discursiva crítica da violência contra mulheres.

**(1) Controle**

**Texto 13**

"Eu tinha um namorado que se eu botasse um decote pra sair ele falava que não íamos sair enquanto eu não trocasse de roupa. Ele hackeou meu facebook para ficar vendo se eu era fiel ou não, e fez fake para dar em cima de mim sendo que era ele mesmo"  
(REL07)

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023.

• 1º Procedimento

Partindo do aspecto de interpretação, o relato é produzido a partir de uma perspectiva de que a mulher agredida nesta situação reconhece no momento em que relata o fato de que as ações desse agressor são de desejo de controle da situação ([...] *ele falava que não íamos sair enquanto eu não trocasse de roupa.*). Enquanto ela age usando a roupa que deseja, ele age controlando esse desejo, tolhendo a vontade de usar uma determinada vestimenta, a que se sente bem. Encaminhando-se para os fatores não discursivos que englobam esses relatos, tratamos dessas questões no segundo procedimento.

#### • 2º Procedimento

A prática social de um casal sair juntos para fazer alguma atividade determina regras que esses atores sociais impõem uns aos outros, muito mais uns que outros, isto é, o homem, neste caso, como controlador da situação, como aquele que não permite a alteridade da mulher, inicia a sua imposição acerca da vestimenta como o primeiro artifício de manipulação de uma prática social na qual se opera a assimetria de poder entre os dois.

Dessa forma, os valores embutidos socialmente na mulher são de obediência para que eles não entrem em um evento de conflito. A ação de trocar de roupa é uma forma de anulação da mulher enquanto ser humano e sua posição reconfigurada como objeto. Dessa forma, a ação descrita no texto (13) é traduzida como uma metáfora discursiva crítica dessa violência.

#### • 3º Procedimento

A configuração da metáfora discursiva crítica nesse âmbito se dá porque o texto como forma de orientação de análise nos fornece desdobramentos inferenciais de que a mulher está em uma situação sob o controle do homem que opera sua hegemonia de poder se observarmos o aspecto ideológico formado socialmente da posição da mulher em um relacionamento. A vigilância de suas redes sociais, a manipulação dessas redes para manipulá-la são práticas geradas a partir dessa cultura hegemônica de poder em que o homem se sente investido desse poder para controlar uma situação.

## (2) Isolamento

### Texto 14

"Ele me isolou dos meus amigos e família, ele me enforcou e sempre está chateado comigo. Qualquer coisinha como cortar o cabelo faz ele parar de falar comigo. Ele me xinga e sempre dá as costas pra mim. Quando eu falo dos meus sentimentos ele faz pouco caso. Ele já me bateu" (REL15)

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023.

### Texto 15

"Ele me afastou da minha família, não podia sair com minhas amigas que já falava que era coisa de puta, não podia usar qualquer roupa já me chamava de puta e sempre que tomávamos banho juntos ele queria fazer o xixi em mim. Foram pior ano da minha vida, mas ele nunca me bateu" (REL16)

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023.

#### • 1º Procedimento

Os textos (14) e (15) são bem semelhantes na interpretação de suas *microviolências*, pois o isolamento é o fator preponderante nas condições de produção desse relato. Por mais que a sua produção tenha sido realizada anonimamente, situamos os atores sociais em relação a uma questão de isolamento, relacionada à manutenção de poder por parte de seu agressor (*Ele me afastou da minha família, não podia sair com minhas amigas que já falava que era coisa de puta [...] (texto 15)*).

#### • 2º Procedimento

Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), os elementos não discursivos como crenças de que mulheres que conversam são putas, o corte do cabelo (*Qualquer coisinha como cortar o cabelo faz ele parar de falar comigo (texto 14)*) não pode ser realizado sem autorização do parceiro, as roupas que a mulher usa, a privação dessa mulher de ver sua família e amigas (*Ele me isolou dos meus amigos e família [...] (texto 14)*), o próprio isolamento dessa mulher como atividade material fomentam a configuração desse relato como o próprio lugar de violência, pois ela se dá no meio social, com a aprovação da própria sociedade, continuando velada dentro de lares como esse sem que seja

denunciada porque essas ações enquanto práticas sociais reverberam porque o homem detém o poder na relação. Caso contrário, teríamos um cenário muito mais caótico.

• *3º Procedimento*

A metáfora discursiva crítica da violência psicológica, nesse caso específico, dá-se através de um isolamento compulsório dessa mulher no sentido discursivo quando ela ocupa um espaço de desvantagem de poder, de sofrimento humano, enquanto o seu agressor busca a felicidade da relação baseada numa ação de isolamento de um ser humano.

**(3) Ciúme patológico**

**Texto 16**

Quando saíamos pra comer fora, com o garçom do meu lado, eu tinha que fazer o pedido pro meu ex e ele passava pro garçom, pq mulher não precisa falar com homem. Quando eu ia embora, de cabeça baixa, eu dizia "obrigada" às pessoas do restaurante. Meu ex apertava meu braço, quase quebrava minha mão de tanto apertar e na calçada mesmo já começava a humilhação. Ele pgtava pq eu tinha que abrir a boca? Pq eu queria falar com o macho que nos atendeu? Tudo "acalmava" quando eu respondia "pq sou vagabunda, pq sou puta, pq não te respeito, pq sou filha da puta... (REL02).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023.

**Texto 17**

25 de dezembro, ele pegou meu celular e teve uma crise de ciúmes, jogou meu celular na parede, depois quebrou ele ao meio, me chamou de vagabunda e me empurrou pra fora de casa... Eu estava grávida de 5 meses da minha filha, ele chegou em casa de madrugada bêbado, mandou eu calar a boca e deu um chute nas minhas costas, trancou meu filho de 2 anos no quarto com ele, até meus pais arrombarem a porta (REL10).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023.

• *1º Procedimento*

Os textos (16) e (17) apresentam, de forma mais evidente, o ciúme patológico como um dos fatores que dificultam desvelar a violência psicológica. Dessa forma, sua interpretação está voltada para práticas doentias de controle. Claramente, observamos

nesses relatos ações reprováveis, mas que “grosso modo” a sociedade aceita. Caso contrário, não reverberariam entre nós.

Em virtude da continuidade de práticas de ciúmes patológicos, o homem tende a ser romantizado através de uma construção de um ser que cuida, que tem ciúme porque gosta demais da mulher, mas não bate nela.

• *2º Procedimento*

Através dos desdobramentos das ações desse agressor, desvelando a violência psicológica fundamentada nesse ciúme patológico, inferimos por meio das práticas sociais acerca desse ciúme que as atitudes geradas nessa assimetria de poder se dão em uma esfera não discursiva que atravessa não só o relato como produz uma condição de manutenção de poder em toda a sociedade.

Essa manutenção de poder, de caráter violento, que tem um movimento contínuo e ininterrupto na sociedade se materializa na ideologia de poder desses relatos, pois vemos quem realmente impõe poder e quem reclama por liberdade.

• *3º Procedimento*

A configuração desses relatos como metáfora discursiva crítica está centrada na manutenção das permissões que o homem na nossa sociedade tem de praticar determinadas ações que são camufladas.

**(4) Assédio**

**Texto 18**

Meu ex controlava cada passo meu, tudo era um motivo para que eu estivesse aproveitando e lhe traindo. Tinha que ter cuidado com as palavras que usava e emojis, para não desagradá-lo. Quando viajou proibiu que eu me masturbasse. Mas ele nunca me bateu (REL51).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020.

**Texto 19**

Segui essa página quando ainda estava com meu ex, toda vida eu via os posts e pensava "não vou deixar essas coisas acontecerem comigo", enquanto elas aconteciam. Ele me

chantageava emocionalmente e fazia eu me sentir um lixo, mas eu não enxergava muito bem (REL66).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020.

• *1º Procedimento*

O tratamento da chantagem desagrada a qualquer pessoa (*Ele me chantageava emocionalmente e fazia eu me sentir um lixo, mas eu não enxergava muito bem* (texto 19)). No entanto, a incidência de práticas sociais de chantagem é uma forma sistematizada de assediar a mulher dentro de uma relação assimétrica de poder. As acusações de uma traição forjada para maltratar o psicológico da mulher é uma estratégia manipuladora de manutenção de poder.

O comportamento atrelado ao cuidado excessivo com a forma como a mulher vai se dirigir ao seu parceiro denota um discurso relacionado à *síndrome do pequeno poder* (ESPÍNOLA, 2020), no qual homens podem mais e mulheres podem menos. Dessa forma, os elementos discursivos como o próprio relato é o meio físico, a materialidade que carrega todo esse discurso que se instaura como hegemônico.

• *2º Procedimento*

Em vista disso a análise por meio de um método textualmente orientado (ADTO) nos encaminha para a interpretação de traços metafóricos de violência dentro do texto em si. Como é o caso de a mulher se sentir *um lixo*. Os resíduos nomeados como *lixo* no texto (19) compõem uma relação metafórica apontada por Fairclough (1989/1996) em Magalhães e Carvalho (2019):

Fairclough (1989/1996) considera que a metáfora é uma forma de representar um aspecto da experiência em termos de outra, não sendo de forma restrita ao tipo de discurso tende a ser associado a um estereótipo - poesia e discurso literário. Segundo o autor, qualquer aspecto da experiência pode ser representado em termos de uma quantidade qualquer de metáforas. Para diferentes metáforas existem diferentes anexos ideológicos (MAGALHÃES; CARVALHO, 2019).

Nesse caso, ponderamos a categoria *lixo* como um elemento textual discursivo que fomenta a configuração da *porção textual* (VEREZA, 2010) como uma metáfora discursiva crítica.

- *3º Procedimento*

Entendemos que os relatos apresentados são caracterizados como formas de assédio que ocorrem não só com as vítimas que relataram nos textos (18) e (19), mas também com outras mulheres que consomem esses textos por meio da página @maselenuncamebateu. Há uma identificação em relação às ocorrências de casos específicos de microviolências entre as mulheres que apreciam, consomem e reverberam tais discursos.

É, justamente, nesse desdobramento do relato que faz um papel da própria violência, sobretudo psicológica, contra mulheres onde se apoiam as inferências cognitivas que nos levam a interpretar que o relato enquanto texto é uma metáfora discursiva crítica dessa violência, uma vez que não pode ser consumada através de provas físicas a não ser por meio de tais relatos.

Quando a vítima do texto (19) afirma “não vou deixar essas coisas acontecerem comigo”, ela textualiza uma situação que não está sob seu controle, revelando que nem ela sabe que está passando por essa situação de violência. É por intermédio dessas postagens que ela vai se reconhecer como sendo uma vítima de um tipo de violência que nem ela mesma sabia que estava acontecendo, tamanha “aceitação” de toda sociedade dessas práticas aqui desveladas em forma de pesquisa.

## **(5) Aviltamento**

### **Texto 20**

Meu ex me xingava de burra, na frente dos amigos. Era agressivo na frente do meu filho pequeno, dizia que eu não tinha onde cair morta e que a casa que morávamos era dele, que tinha sorte e dizia que nenhum amigo meu gostava de mim e nunca ia gostar. Jogava um abuso sofrido na minha cara nas brigas e dizia que eu merecia ter sido estuprada. Mas ele nunca me bateu (REL38).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020.

- *1º Procedimento*

Os primeiros ataques verbais são sutis e difíceis de ser percebidos. Aumentam gradativamente, até que a mulher acabe por considerá-los normais. Como se pode dizer que injuriar permanentemente sua mulher não é uma violência? Como pensar que as brincadeiras

humilhantes, os sarcasmos, o aviltamento sistemático podem ser inofensivos? Quanto ao nível do tom de voz, certos homens, para atemorizar a companheira, vão elevá-lo ou gritar, outros, ao contrário, vão assumir um tom manso e ameaçador. Para quem vê de fora, essas mudanças de tom podem parecer sem importância, mas para a mulher fazem eco a ameaças ou golpes anteriores. Freud já havia comentado que a civilização deu um passo decisivo no dia em que substituiu a lança pela injúria. Será que ele não está certo? Certas palavras matam tão seguramente quanto golpes (HIRIGOYEN, 2006, p. 30).

A partir do que afirma a autora sobre o que considerar como sendo violência psicológica em nossa sociedade, temos o aviltamento que é definido como uma das *microviolências*. Significando a depreciação sistemática da mulher em todos os setores: pessoal, funcional, físico. É um tipo de assédio que passa despercebido entre os que convivem com o casal, ou até pensam que são práticas normais entre eles. O ato de xingar a mulher de burra na frente dos amigos sem que nenhum deles reclame tal ação nos leva a entender que o tratamento dado à mulher, assemelhada de forma pejorativa a uma animal de carga e que é considerado um atributo muito agressivo, utilizado por muitos educadores e educadoras com seus alunos e alunas em sala de aula, é uma forma de aviltamento porque retira dessa mulher sua validade enquanto ser humano.

Quando interpretamos tal texto como um ambiente em que as mulheres não possuem seus direitos humanos, entendemos que forças discursivas operam nessas práticas discursivas de diferentes maneiras.

#### • 2º Procedimento

Nesse procedimento de análise, adotamos os desdobramentos advindos das ações do agressor e das reações (nulas) da vítima. Entendemos que o silêncio da vítima se configura como um elemento discursivo que deve ser levado em consideração na interpretação dos relatos para que o texto tenha uma análise crítica acerca das forças hegemônicas que reverberam nesses comportamentos machistas que isolam e desvalidam as mulheres.

Portanto, as práticas sociais, como o tratamento dado às mulheres na nossa sociedade por exemplo, são aferidas de acordo com a transformação de práticas discursivas que levam a inferências quando relatos como o texto (20) é elaborado como uma forma de luta contra essa hegemonia de ideologias machistas que reverberam

discursos misóginos de que as mulheres devem ocupar lugares inferiores, desumanizados só para que agressores mantenham-se no poder.

• *3º Procedimento*

Decisivamente, os relatos produzidos são materialidades linguísticas que se configuram nas práticas sociais como a verdadeira violência contra mulheres, uma vez que não há outro meio de termos conhecimento dessas práticas que não seja por meio do texto. A sua função enquanto materialidade provoca movimentos que trazem à luz a visualização de muitos seguidores e muitas seguidoras acerca desse tipo de violência que é velado.

Ao lermos que a vítima se refere ao seu agressor como sendo seu “ex”, entendemos que sua libertação é um caminho possível para muitas leitoras de seu relato e que se identificam com essa situação de abuso. Portanto, traduzimos esses relatos como metáforas de ordem discursiva e crítica, já que tais movimentos ocorrem para uma luta em busca por mudanças.

**(6) Humilhações**

**Texto 21**

Meu ex me chamou de vagabunda na frente de todos em um evento infantil no shopping porque eu estava com um decote. Ele disse que não era roupa de mãe e mulher decente. Tudo isso na frente da nossa filha. Ele já me mandou embora de casa com a nossa filha às 3:00hs da manhã porque ela chorava e ele não estava conseguindo dormir. Mas ele nunca me bateu (REL44).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020.

• *1º Procedimento*

Quando se trata de humilhações, até pensamos que fica mais fácil desvelar esse tipo de violência, ao contrário, fica mais complicado porque, de acordo com Hirigoyen (2006), a violência psicológica

é negada pelo agressor, bem como pelas testemunhas, que nada veem, o que faz a própria vítima duvidar daquilo que a magoa tão profundamente. Nada vem lhe dar provas da realidade do que ela sofre. É uma violência ‘limpa’.

O dominador utiliza a violência para permanecer em sua posição de todo-poderoso. Para ele, a agressão não é mais que o instrumento que lhe permite obter ou manter o que deseja, isto é, o poder (HIRIGOYEN, 2006, p. 42).

Dessa forma, interpretamos o texto (21) como uma forma de humilhação que a própria sociedade “concorda” porque o discurso a respeito de como mulheres casadas, mães, devem se comportar em público, quais roupas devem vestir, pois precisam “se dar o respeito”. Esses traços ideológicos contrastantes são elencados no momento da interpretação desses textos que afirmamos nesta pesquisa ser lugar de violência.

O problema dessa contradição está na manutenção de pensamentos machistas que atravessam as práticas sociais como é o caso de uma mulher estar com sua família em um evento no shopping vestida com “um decote” que agride tanto a posição de poder do agressor, quanto a crença de muitos que coparticipam da humilhação, incluindo, muitas vezes, até outras mulheres.

#### • 2º Procedimento

A humilhação de mandar embora no meio da noite é uma ferramenta de ameaça para que todas as práticas sociais se mantenham da maneira que o agressor determina como sendo a forma correta de se viver. A casa como sendo um espaço material que agrega proteção à família é instrumento de ameaça na empreitada de trabalhar sistematicamente para que seu poder reverbere. É através do relato enquanto texto e elemento discursivo que entra na análise dessa prática social que podemos lutar por meio da linguagem para engajar potencialidades para uma possível mudança social.

A violência psicológica constitui um processo que visa a implantar ou manter um domínio sobre a parceira ou o parceiro. Como veremos um pouco mais adiante, é uma violência que segue um roteiro: ela se repete e se reforça com o tempo. Começa com o controle sistemático do outro, depois vêm o ciúme e o assédio e, por fim, as humilhações e a abjeção. Tudo para um se engrandecer rebaixando o outro.

Essas faltas de respeito, essas críticas poderiam parecer inofensivas se fossem isoladas, mas suas palavras e gestos fazem parte de um processo muito destrutivo para a autoestima da pessoa que as sofre. A repetição e o caráter humilhante de tais situações podem provocar um verdadeiro estrago na mente da pessoa ou até levá-la ao suicídio (HIRIGOYEN, 2006, p. 42).

Sendo a humilhação um dos processos do roteiro da violência psicológica a qual é orquestrada, para que ideologias machistas perdurem e sejam cristalizadas na sociedade (algumas já são). Esses relatos são elementos que se configuram discursivamente no ativismo crítico de transformação.

• *3º Procedimento*

A nossa análise que assevera, desde o título desta pesquisa, ser o relato a própria metáfora da violência traz através da exposição dessas inferências geradas a partir de desdobramentos por meio da ADC, com base no método dialético-transformacional e textualmente orientado (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) o desvelar de microviolências entranhados nas nossas práticas sociais sem que, muitas vezes, percebamos o que de fato está acontecendo.

**(7) Atos de intimidação**

**Texto 22**

Ele me proibia de olhar para homens ou qualquer figura masculina (sim, até animações). Olhei de reflexo pra meu professor uma vez e ele saiu da reunião sem dizer nada a ninguém, quando chegamos na minha casa ele ficou puto, batendo nas paredes dizendo que traí ele (REL54).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020.

• *1º Procedimento*

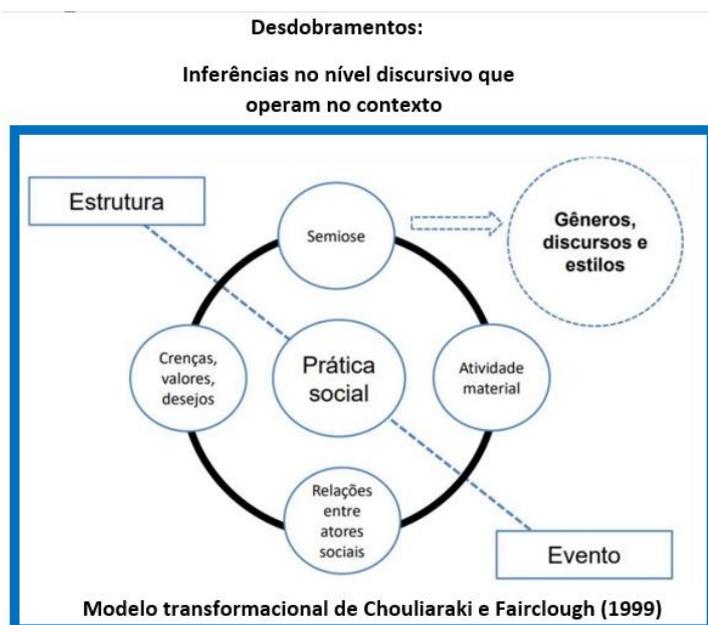
Como ato de intimidação, a postura interpretada ao bater nas paredes porque estava enfurecido denota que o agressor tende a reclamar por algo que acredita ser socialmente correto. Nesse caso relatado especificamente, podemos notar que o fato de esse homem sair da reunião em silêncio não mostra educação, mas sim uma forma de enganar a sociedade a respeito de quem ele realmente o é. Desvelar essas questões neste primeiro procedimento significa apontar as ideologias que contrastam com a realidade evidenciada no relato. Além disso, bater nas paredes, numa tentativa de expulsar sua raiva, é agressivo, principalmente para a vítima que inconscientemente se coloca no lugar daquela parede.

Quando um homem descarrega sua raiva em objetos tais como porta, cadeiras, copos, pratos, pode parecer uma agressividade controlada, mas na realidade ele está querendo que a mulher pense o que ele poderia estar fazendo com ela. Dirigir perigosamente ou brincar com faca ou tesoura são atos que deixam a mulher com medo. Muitas vezes o agressor chega a maltratar animais de estimação para que a mulher seja mantida sob controle do medo (SCHWAB; MEIRELES, 2017, p. 381).

Esses *atos de intimidação*, para Hirigoyen (2006), são interpretados como ações que geram ansiedade e medo na vítima, proporcionando um modo fixo de enxergar seu parceiro e criando uma “domesticação” comportamental na mulher agredida. Portanto, podemos entender que esse agressor agiu de forma organizada para executar suas práticas sociais de violência.

#### • 2º Procedimento

Partindo da figura, a seguir, podemos adentrar, didaticamente, ao que chamamos de 2º procedimento de análise que é a fase em que as interpretações realizadas passam por desdobramentos, recorrendo a inferências.



**Figura 22** – Desdobramentos

Fonte: Baseado em Chouliaraki e Fairclough, 1999 e Lakoff e Jhonsosn, 2002.

Os *elementos discursivos* (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) que compõem o *evento discursivo* — do momento em que a vítima “olha de reflexo para seu professor” até a chegada em casa (texto 22) — constroem um cenário que tem como pano de fundo o lar, ou seja, lugar onde se “pode” agredir a vítima por ser um lugar de *atividade material* em que ninguém tem acesso, então o agressor vê um lugar propício para que possa praticar seu *abuso de poder* (VAN DIJK, 2012) de intimidar sua esposa, acusá-la para convencê-la de que realmente está errada e ele certo de seus atos.

Essa relação assimétrica de poder gera uma desigualdade que posiciona a figura da mulher sempre em um lugar inferior e a do homem em um lugar privilegiado nas práticas sociais. Observamos que essa manutenção do poder é, socialmente, velada na sociedade, uma vez que a mulher é posta como a geradora da fúria masculina se consideramos todo esse *evento discursivo* dentro de uma *estrutura* maior como é o caso de nosso país. Nação esta que traz em si a figura do homem como símbolo ideológico de poder em variadas esferas de práticas sociais, tais como na distribuição dos salários, na ocupação de cargos de chefia e de gestão, na predileção pelo sexo masculino por conta da ausência de risco de gravidez na oferta de emprego, a predileção pela mulher para executar atividades laborais de limpeza, de cuidadora, de doméstica, dentre outras. Assim, desvela-se uma ideologia que fica suprimida por meio de determinados pontos que contrastam com a luta por desvelar esses discursos que estão entranhados, por exemplo, nesses relatos. Para Fairclough (1989),

A ideologia é mais efetiva quando sua ação é menos visível. Se alguém se torna consciente de que um determinado aspecto do senso comum sustenta desigualdades de poder em detrimento de si próprio, aquele aspecto deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85).

### • 3º Procedimento

Realizadas inferências a respeito das práticas sociais no 2º procedimento, principalmente, quando desvelamos aspectos machistas que são perpetuados em relatos de mulheres violentadas como a do texto (22) que seu companheiro bateu nas paredes para intimidar a vítima e não descarregar uma raiva simplesmente (*Olhei de reflexo pra meu professor uma vez e ele saiu da reunião sem dizer nada a ninguém, quando chegamos na minha casa ele ficou puto, batendo nas paredes dizendo que trai ele*).

Temos, assim, a concretização de que se trata de violência sim. Ele “bateu” na vítima, pois entendemos nesta pesquisa que *um soco na alma* (SCHWAB; MEIRELES, 2017) é violência contra mulher.

A violência psicológica é a mais silenciosa das formas de violência doméstica e, por isso, não é alvo da mesma atenção por parte da sociedade ou mesmo da própria vítima. Isso não quer dizer que ela só existe de um tempo para cá, pelo contrário, ela sempre existiu, só que sublimada pela violência sexual ou física. Presente em todas as classes sociais, este tipo de violência marca profundamente e, muitas vezes, suas sequelas são irreversíveis, fazendo com que suas vítimas percam a noção da realidade, da identidade, da dignidade e do orgulho. O sofrimento psíquico destas vítimas é tão doloroso como se elas fossem agredidas todos os dias durante anos — na maioria das vezes um sofrimento silencioso e solitário, tendo em vista a característica sutil e privada do problema (SCHWAB; MEIRELES, 2017, p. 64).

Trata-se, portanto, de uma metáfora que surge do todo textual relatado e não de palavras simplesmente, operamos com o discurso e não com o lexical. Assumimos que precisamos do lexical como meio para se chegar ao discurso, mas a metáfora tratada nesta tese é de característica profundamente crítica por atender a uma luta contra hegemônica de poder para desvelar essa *violência limpa* (HIRIGOYEN, 2006) que a sociedade ainda entende dentro de uma normalidade a que Espínola (2020) nomeou de “síndrome do pequeno poder” em que homens podem mais e mulher, menos.

Dessa forma, a configuração desse relato como sendo a própria metáfora discursiva crítica é a concretização social da violência, uma vez que sem esse relato não se tem acesso à violência desferida contra essa vítima. Significa dizer que o gênero relato opera na congruência metafórica de todo discurso construído por meio da *porção textual* (VEREZA, 2010) com a violência psicológica.

## **(8) Indiferença às demandas afetivas**

### **Texto 23**

Meu ex sempre quando queria curtir a vida de solteiro me colocava como louca, chata, me deixava sozinha pra sair com os amigos, ficar com outras mulheres. Depois voltava como quem não fez nada, tinha uma lábia e eu acabava voltando. Graças a deus não estou com ele (REL37).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020.

## Texto 24

Eu fui casada 10 anos um dia cheguei de viagem ele estava com um chupão no pescoço quando fui perguntar ele me chamou de doida e disse que eu estava inventando e que eu não dava paz para vida dele, convenceu toda família dele que eu estava arrumando briga, ele me coagiu tanto que eu pedi desculpa por ter desconfiado. Não estou mais com ele (REL49).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020.

### • 1º Procedimento

Neste primeiro procedimento, parece-nos que, o que comumente acontece diariamente entre casais, os relatos são facilmente compreendidos a partir mesmo já de uma única leitura. No entanto, esta pesquisa busca desvelar essas práticas que são difundidas e mantidas em nossa sociedade há anos sem que uma mudança efetiva seja iniciada. Dessa forma, entendemos que

Violência física e violência psicológica estão interligadas: homem algum vai começar a espancar sua mulher da noite para o dia, sem razão aparente, em uma crise de loucura momentânea. A maior parte dos cônjuges violentos primeiro prepara o terreno, aterrorizando a companheira. Não há violência física sem que antes não tenha havido violência psicológica. Porém, somente a violência psicológica, como no caso da violência perversa, pode trazer grandes desgastes. Muitas das vítimas dizem que é a forma de abuso mais difícil de aguentar no quadro da vida de um casal (HIROGOYEN, 2006, p. 27).

Sendo “a forma de abuso mais difícil de aguentar”, é tão pouco tratada socialmente, gerando tantos problemas relacionados à violência contra mulheres. Nos textos (23) e (24), temos casos relatados de mulheres que foram subjugadas e enquadradas como “loucas”, “chatas”, “doidas”, desvalidando todas as suas colocações porque sendo verdadeiras, tiram o agressor do lugar do poder. Então, para que haja a manutenção desse poder, é necessário desvalidar a vítima, que é mulher. Reconhecemos que é um comportamento perverso, assim como a vítima também. No entanto, esse relato é apenas uma amostra para ilustrar a *indiferença às demandas afetivas* (SCHWAB; MEIRELES, 2017).

### • 2º Procedimento

Essa indiferença trata “da demonstração aberta de desprezo ou rejeição” (SCHWAB; MEIRELES, 2017, p. 388). A partir desse desprezo, analisamos as práticas desse agressor por meio dos desdobramentos discursivos que adotamos para analisar o relato de acordo com as assimetrias de poder.

As crenças não só do agressor como também da família em fazer valer o poderio masculino no sentido de que a mulher “inventa” coisas terríveis a respeito dele e que ele está se sentindo agredido por ela. No texto (24), apontamos a ação de pedir desculpas mesmo sabendo que não tenha feito nada ao companheiro posiciona essa mulher em um lugar social de total ausência de direito. Os direitos humanos das mulheres não existem e a única forma de se manter a paz é a mulher ser silenciada, pois o homem pode receber “um chupão no pescoço”, em contrapartida a mulher não pode reclamar porque vai gerar um conflito.

A inserção de um conflito é negativa para o casal, mas não ocorre de forma igual. Traçando um contraste ideológico, dispomos de um quadro que explicita de que forma um conflito pode ser negativo para cada uma das partes:

**Quadro 10** – Pontos negativos díspares de um conflito

<b>Negativo para a mulher</b>	<b>Negativo para o homem</b>
Ser traída	Combater as acusações desvalidando a mulher
Sofrer emocionalmente	Criar uma imagem social de que a culpada pelo conflito é a mulher
Chorar sistematicamente	Causar insegurança
Ser rejeitada	Causar frustração

Fonte: elaboração própria.

O quadro (10) nos revela que há uma disparidade ideológica de um mesmo conflito entre um casal, pois a mulher sofre realmente com tudo que vivencia: ver o companheiro sair com amigos e mulheres e deixá-la sozinha, objetificando-a. Notamos que esses agressores não reconhecem que sua companheira tem sentimentos, pois a veem como peças objetificadas que elas não possuem direito de sofrer. Os pontos negativos de um conflito para o agressor estão nas ações de intervenção para tolher a mulher. Para ele, é desgastante enfrentar uma mulher que gosta de reclamar, de chorar, de pedir explicações, ao passo que seria mais confortável caso ela fosse silenciada.

Legitimada no plano do saber e cristalizada no plano das instituições, a violência é o ar que respiramos, são as ações que praticamos; interiorizada e realizada nas relações pessoais, sociais, econômicas e políticas. Porque somos seus agentes e pacientes não a percebemos, senão quando ultrapassa os limites do costumeiro (CHAUI, 2013, p. 242).

O fato de a família do agressor normalizar e enxergar a mulher como responsável por gerar o conflito, fica entendido, por essa ótica, que a “causadora da violência” seria a mulher, pois, ela poderia ser a responsável por criar discórdias entre ela e o próprio companheiro.

### • 3º Procedimento

Partindo dessas inferências notadas no 2º procedimento, desvelamos que a violências relatadas nos textos (23) e (24) operam discursivamente, pois tais discursos são circulados e reverberados pela cultura machista e misógina adotada ainda na sociedade. Configurar tais relatos como metáforas discursivas críticas da violência psicológica contra mulheres é o resultado dessas inferências, já que entendemos serem esses relatos a materialidade linguística responsável por subsidiar a análise crítica dos mesmos apontando traços de manutenção de hegemonia de poder.

## **(9) Ameaças**

### **Texto 25**

Ele tirava fotos minha seminua e até nua enquanto eu dormia e quando eu falava que não estava dando certo e queria terminar, ele me ameaçava, dizia que iria criar contas no instagram com minhas fotos e adicionar toda a minha família (REL74).

Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020.

### • 1º Procedimento

A ameaça realizada à vítima a deixa em uma situação de submissão: ela deve fazer tudo o que ele quer, caso contrário ele retalhará a vítima expondo sua intimidade. A confiança dada pela vítima sendo usada posteriormente pelo agressor para obter vantagem na sua manutenção do poder sobre ela é um meio utilizado para travar ameaças sistemáticas à mulher.

A jurisprudência da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (LMP) relacionada, de forma específica, à violência psicológica é juridicamente frágil, ou seja, as decisões, aplicações e interpretações da LMP podem, em algumas situações, não favorecer a parte que mais precisa dela como por exemplo mostra Lima Filho (2021):

Esta Corte Superior entende ser presumida, pela Lei n. 11.340/2006, a hipossuficiência e a vulnerabilidade da mulher em contexto de violência doméstica e familiar. É desnecessária, portanto, a demonstração específica da subjugação feminina para que seja aplicado o sistema protetivo da Lei Maria da Penha. Isso porque a organização social brasileira ainda é fundada em um sistema hierárquico de poder baseado no gênero, situação que o referido diploma legal busca coibir. [...] Na espécie, a vítima requereu a fixação de medidas protetivas de urgência em seu favor ante as ameaças perpetradas pelo ora agravante. A vara especializada em violência doméstica declarou a ausência de competência para apreciar o pedido, ao argumento de que os fatos não ocorreram em razão de gênero (LIMA FILHO, 2021, p. 84).

Na interpretação que fazemos do que Lima Filho (2021) expõe é que a mulher foi ameaçada pelo agravante, mas mesmo assim a vara especializada em violência doméstica declarou que não havia razões de gênero para oferecer à vítima medidas protetivas (que lhe foram negadas). Percebemos, de forma prática, a fragilidade dos instrumentos jurídicos e daqueles que operam tais instrumentos. Resta à vítima buscar outros modos de proteção caso existam ou ficar suscetível à violência do agressor.

#### • 2º Procedimento

As ameaças perpetradas à vítima no texto (25) incluem mostrar fotos íntimas à sociedade e à família, causando-lhe vergonha por, possivelmente, tornarem-se públicas. Essa cena faz menção à crença em uma ideia de que a imagem feminina deve ser imaculada, tema relacionado à religião e que faz parte do nosso ideário social.

Quando essa imagem é maculada, a mulher é julgada não só pelo agressor, como também por toda a sociedade que adere ao agressor, tornando-o a vítima de uma mulher “devassa” e que não respeita a “honra” do companheiro. Assim, exposta como troféu do agressor por tê-la vencido nesse jogo social em que a mulher é tida como a que teve condutas desviantes, o homem se apossa do lugar da vítima covardemente, já que as fotos tiradas não possuíam o consentimento da mulher. Portanto, essa cadeia ideológica

encoberta de falácias sociais faz a mulher ceder às pressões do agressor com medo de que ele a exponha.

• *3º Procedimento*

Por fim, os desdobramentos ideológicos apontados anteriormente nos encaminham para uma constatação de que o relato é mais que um texto no qual a mulher conta um fato. É um espaço discursivo de uma violência sistematizada, orquestrada, perpassada há anos de gerações a gerações. Notamos que o relato de ameaça à mulher transborda o espaço do próprio texto e articula os papéis que cada ator social deve ocupar nesta sociedade em que a mulher precisa ter decoro e o homem pode transgredir.

A perpetuação desse comportamento é reforçada pelo comportamento machista e misógino que circula entre nós. Por outro lado, entendemos que a mudança social chega aos poucos por meio da linguagem (FAIRCLOUGH, 2001) e que esses relatos sendo veiculados na rede social *Instagram* na página *@maselenuncamebateu* são uma metáfora discursiva crítica dessa violência velada, escondida, “limpa”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração a se fazer é de que a principal dificuldade em se trabalhar com relatos de mulheres violentadas é a de comungar tantos sentimentos tristes, de desvalorização, de desigualdade, de exclusão, de injustiça que perpassam toda a nossa trajetória de vida, pois ainda estamos nessa luta e não adianta algumas poucas mulheres conquistarem espaços de igualdade na sociedade, enquanto muitas outras padecem sob o mal da cultura machista e misógina que retroalimenta a violência desferida contra esse grupo minorizado através de muitas formas de agressão, de preconceito, de desvalorização pelo simples fato de se tratar de mulheres.

Consideramos também a relevância desta tese por conta de uma temática tão cara à sociedade formada por tantas mulheres que cuidam, que lutam, produzem, inventam, descobrem, enfim, fazem tantas coisas louváveis e que deveriam receber tratamento de igualdade e de justiça. No entanto,

o embate efetivo à discriminação por motivo de gênero surgiu apenas a partir da internacionalização dos direitos da mulher como direitos humanos, garantia de que o titular de direitos passa a ser sujeito jurídico simplesmente em virtude de sua humanidade, qualidade explicitamente outorgada às mulheres (ESPÍNOLA, 2018, p. 32).

Convém afirmarmos que, ao tratarmos de mulheres sem o especificador (o determinante no feminino), analisamos seus relatos observando os atores sociais elencados na produção desses textos da forma como foram expostos. Se quem produziu o texto se referiu ao agressor como “ele”, tratamos da mesma forma como foi produzido, não havendo interpretações sobre quem realmente ocupava essa posição do “ele”, ou mesmo o caso contrário. Portanto, asseveramos nosso posicionamento acerca de mulheres que lutam constantemente para conquistar espaços que lhes são sistematicamente demovidos.

A realidade de luta das mulheres por igualdade e justiça passa, então, a ocupar novos espaços, inclusive o da internet, no qual é possível disseminar em larga escala essa luta em prol da valorização feminina e contra a violência. Dessa forma, desenvolvemos um trabalho que reuniu um *corpus* formado por 110 relatos, dos quais foram extraídos alguns para a realização de análises da configuração desses textos como

sendo metáfora discursiva crítica da violência contra mulheres no afã de elucidar microviolências, entendidas como fatores que dificultam desvelar a violência psicológica.

Esse tipo de violência, considerada “limpa” (HIRIGOYEN, 2006), passa despercebida pela sociedade tanto porque, muitas vezes, não é concebida como sendo realmente uma violência, como também porque esse tipo ocorre nos interiores dos lares, dos carros, de forma escondida, velada e nem a vítima mais instruída e informada consegue entender que o que ela está vivendo é, de fato, uma violência.

Mulheres, em geral, em sua posição inferior à do homem, aprendem desde cedo que devem falar baixo, não devem gritar, nem brigar, aprendem a ter modos em público, a não questionar o pai em nenhuma hipótese e outras. Dessa forma, vão entendendo um *modus operandi* até um relacionamento abusivo. Toda essa educação patriarcalista tende a posicionar, “automaticamente”, a mulher em um lugar de silêncio e de submissão, do qual murchará a flor que existe nela, trazendo-lhe uma sensação de impotência e de culpa, pois é assim que mulheres abusadas se sentem: impotentes e culpadas.

Como um maestro conduz uma orquestra, o agressor sistematiza uma violência silenciosa por meio de palavras que vão ferindo aos poucos a autoestima da mulher, transformando-a num verdadeiro fantoche de sua soberania de poder. O agressor jamais será empático com uma mulher, pois seu lugar sempre tem que ser o de quem pode tudo e o da mulher, o de quem pouco pode. Essa *síndrome do pequeno poder* (ESPÍNOLA, 2018) atravessa nossos discursos mais subliminares do cotidiano.

Portanto, trazer um tipo metafórico que alcançasse o discurso, além das palavras, foi nossa missão na busca de uma pesquisa de contribuição social de engajamento para desvelar fatores que dificultam mulheres enxergarem que estão sendo sistematicamente destruídas por meio de uma violência que julgamos ser adífora. Os relatos analisados traduziram toda essa roupagem que esconde gotas diárias de violência que levam muitas mulheres ao fundo do poço (depressão, obesidade, sentimento de culpa), incluindo também o suicídio.

Não podemos nos esquecer de que, dentro do grupo *mulheres*, há muitas delas que necessitam de políticas públicas mais eficazes e especializadas nessas questões para que lhes ofereçam oportunidades no enfrentamento e, quiçá, superação de tantos

problemas ocasionados não só pela violência psicológica, como também por quaisquer outros tipos.

Enfatizamos, finalmente, a elucidação sobre a configuração desses relatos como metáfora discursiva crítica da violência contra mulheres por meio de análises que contribuíram para desvelar agressões subliminares, desferidas por meio da linguagem. Portanto, se, através da linguagem, discursos de hegemonias de poder se mantêm, será por meio da linguagem que lutaremos para desbancar, em uma força contra hegemônica, essas relações assimétricas de poder em busca de mudança social, mais precisamente de igualdade e de justiça.

De todo trabalho realizado, extraímos a reflexão, através desses relatos, sobre a posição das mulheres em relação às múltiplas maneiras de violentá-las, considerando seu espaço, as interseccionalidades existentes, que agravam as violências ao grupo específico porque são mulheres, ou seja, violência de gênero.

Esta tese, considerada como uma forma de luta por mudança social, por meio de estudos da linguagem, agrega força à temática da violência contra mulheres, na medida em que os relatos apresentados, ainda, reverberam na contemporaneidade. No entanto, esperamos que este trabalho tenha continuidade em busca não só da pesquisa em si, mas também da perspectiva de mudança em tal cenário, visto que a linguagem é o meio mais eficaz para conseguir esta mudança social.

## REFERÊNCIAS

- ADVINCULA, M J. P. **Violência contra a mulher & justiça restaurativa**. São Paulo: Blimunda, 2022.
- ALTHUSSER, L. Ideology and ideological state apparatuses. *In: Althusser, L. (ed.) Lenin and philosophy and other essays*. Londres: New Left Books, 1971.
- ANTRA. **Associação Nacional de Travestis e Transsexuais**, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- ARENDT, H.. **Da violência**. Universitária de Brasília, 1985.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Livros VII e VIII. In: Clássicos da Filosofia: Cadernos de Tradução nº 41. Tradução, introdução e notas Lucas Angioni. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2005.
- ARISTÓTELES. **Política**. Coleção Vega Universidade/Ciências Sociais e Política. Tradução Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Veja: 1998.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Trad. de Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1979.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- ASSUNÇÃO, S. F. M. **A violência patrimonial contra a mulher e a atuação da polícia judiciária**. Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília, [S. l.], v. 1, n. 20, p. 306–333, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/39312>. Acesso em: 6 abr. 2023.
- BAKHTIN, M.. **Estética da Criação Verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
- BENATTI, Lorrán. **Estudo sobre o instituto do casamento**. Disponível em: <https://lorranbenatti.jusbrasil.com.br/artigos/340338270/estudo-sobre-o-instituto-do-casamento>, 2015.
- BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.
- BLACK, M. **Metaphor: meeting of the Aristotelian society**. Oxford: Willey-Blackwell, 1954-1955.
- BOOTH, W. C. A metáfora como retórica: o problema da avaliação. In. SACKS, Sheldon. (Org.) **Da metáfora**. Tradução de Leila Cristina M. Darin. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992. p. 53-75.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 04 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.886 de 2004 (Lei da Violência Doméstica)**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/lei/110.886.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.886.htm)>. Acesso em: 4 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 4 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/112015.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112650.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112650.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112737.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112737.htm)>. Acesso em 15 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013**. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/112845.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112845.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.104 de 2015 (Lei do Femicídio)**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113104.htm)>. Acesso em: 4 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018**. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2018/lei/113772.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/113772.htm). Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.132 de 2021 (Lei de Crime de Stalking)**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/114132.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114132.htm)>. Acesso em: 4 jun. 2020.

BRONCKART, J. P.. **Atividade de linguagem, textos e discursos por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: Educ, 2003.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Tradução de R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018 [1990].

CAMERON, L. **Metaphor in educational discourse**. New York: A&C Black, 2003.

CAMERON, L. **Teaching languages to young learners**. New York: Cambridge University Press, 2005.

CAMERON, L.; MASLEN, R. **Metaphor analysis: research practice in Applied Linguistics, social sciences and the humanities**. Londres: Equinox, 2010.

CAMERON, Lynne; MASLEN, R.; TODD, Z.; MAULE, J.; STRATTON, P.; STANLEY, N. **The discourse dynamics approach to metaphor and metaphor-led discourse analyses**. *Metaphor and Symbol*, v. 24, n. 2, p. 63-89, 2009.

CASTRO, L. G. F de. **O meme digital: construção de objetos de discurso em textos multimodais**. 2017. 78 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

CASTRO; ANDRADE, S. E.; FERREIRA FILHO, G.. **Metáforas Conceituais Na Libras: Prospectivas Sobre Um Objeto De Aprendizagem Tecnológico**. *HIPERTEXTOS REVISTA DIGITAL*, v. 21, p. 83-100, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/pc/Downloads/248014-178429-2-PB.pdf>. Acesso em 22 mar. 2023.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. 1. Edição, 1ª reimpressão — São Paulo: Contexto, 2013.

CEREJA, W.; VIANNA, C. D. **Gramática: texto, reflexão e uso**. Volume único, 6. ed. São Paulo: Atual Editora, 2020.

CHAUÍ, M. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro: Escritos de Marilena Chauí**, vol. 2. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

CHARTERIS-BLACK, J. **Corpus Approaches for Critical Metaphor Analysis**. London: Palgrave, 2004.

CHARTERIS-BLACK, J. **Politicians and rhetoric: the persuasive power of metaphor**. London: Palgrave – Macmillan, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COHEN, Ted. A metáfora e o cultivo da intimidade. In. SACKS, Sheldon. (Org.) **Da metáfora**. Tradução de Leila Cristina M. Darin. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992. p. 9-17.

COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva**. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORRÊA, M. D., MOURA, L. de., ALMEIDA, L. P. de., & ZIRBEL, I. **As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico**. Saúde e Sociedade, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021210001>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CRENSHAW, K.. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DEL PRIORE, M.. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000**. São Paulo: Planeta, 2020. *E-book*.

DOLZ, J. ; SCHNEUWLY, B. Gêneros escolares. Das práticas de linguagem aos objetos de ensino, In: SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. p. 61-78.

ESPÍNOLA, C. C.. **Dos direitos humanos das mulheres à efetividade da lei Maria da Penha**. Curitiba: Appris, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FERNANDES, M. P. M. **Sobrevivi posso contar**. 2º ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. 7 ed. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FERREIRA, H. (Org.). **Policy Brief EM QUESTÃO: Evidências para políticas públicas - Dados sobre estupro no Brasil, 2023**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/369387184\\_Policy\\_Brief\\_EM\\_QUESTAO\\_E\\_videncias\\_para\\_politicas\\_publicas\\_-\\_Dados\\_sobre\\_estupro\\_no\\_Brasil/references](https://www.researchgate.net/publication/369387184_Policy_Brief_EM_QUESTAO_E_videncias_para_politicas_publicas_-_Dados_sobre_estupro_no_Brasil/references). Acesso em: 10 jul. 2023.

FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. London: Edward Arnold, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Global Capitalism and Critical Awareness of Language**. Language Awareness, v. 8, n. 2, p. 71-83, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução organizada por I. Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. London/New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis: the Critical Study of Language**. Harlow: Longman Applied Linguistics, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica**. Tradução de I. F. de Melo. Linha D'Água, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. "Rethinking Metaphor". In: Gibbs, Raymond W. Jr. (ed.). **The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 53-66. \_\_\_\_\_. **The Way We Think**. New York: Basic Books, 2003.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19**. Nota técnica, 3. ed. 2020.

FERNANDES, D. **Mas ele nunca me bateu**. Organizadora: Liliane Pereira de Souza. – Campo Grande: Editora Inovar, 2019.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de L. F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C.. **Lugar do Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HALLIDAY, M. A. K. The Functional Basis of Language. In: Bernstein, B. (ed.) **Class, Codes and Control**. London: Routledge & Kegan Paul, 1973.

HALLIDAY, M. A. K.. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.. Context of Situation. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. (org.) **Language, Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. London: Oxford University Press, 1991.

HANKS, W. F. O que é contexto? In: BENTES, A. C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M. R. (Orgs.). **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2017.

HARRIES, Karsten. A Metáfora e a Transcendência. In. SACKS, Sheldon. (Org.) **Da metáfora**. Tradução de Leila Cristina M. Darin. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992. p. 77-94.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IPEA. **Taxa de homicídios mulheres**. Atlas da Violência, s/d. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/52>. Acesso em: 10 jul. 2023.

KITTAY, E. F. **Metaphor: its cognitive force and linguistic structure**. Oxford: Clarendon Press, 1987.

KOCH, I. G. V.. **Desvendando os segredos do texto**. 7. edição. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, I. G. V.. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KÖVECSES, Z. **Metaphor in culture: universality and variation**. New York: Cambridge University Press, 2005.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

LACERDA, E.. **Violência doméstica psicológica: Como identificar e prevenir uma relação abusiva**. Edição do Kindle, 2020. *E-book*.

LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and thought**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 202-252.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago, 2003 [1980].

LAKOFF, G.; JOHNSON, M.. **As metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado das Letras; EDUC, 2002.

LAVORENTI, W. **Violência e discriminação contra a mulher**. Tratados Internacionais de Proteção e o Direito Penal brasileiro. Campinas: Millenium, 2009.

LIMA FILHO, A. A.. **Lei Maria da Penha: comentários à lei de violência doméstica e familiar contra a mulher – uma visão crítica**. Mundo Jurídico, 2021.

LOPES, M. **Para uma história conceitual da discriminação da mulher**. Cadernos de Filosofia Alemã, n.15, p. 81-96, 2010.

LIMA, G. O. S.. **O rei do cangaço, o governador do sertão; o bandido do sertão, o cangaceiro malvado: processos referenciais na construção da memória discursiva sobre Lampião**. 340f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. **Análise de Discurso Crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAN, P.. A epistemologia da metáfora. In. SACKS, Sheldon. (Org.) **Da metáfora**. Tradução de Leila Cristina M. Darin. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992. p. 19-34.

MARCUSCHI, L. A.. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In. DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002a. p. 19-46.

MARCUSCHI, L. A.. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A.. **Linguística de texto**: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MARTIN, J. R. **Systemic Functional Linguistics**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

MAS ELE NUNCA ME BATEU. **Página do Instagram**, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

MEDRADO, B. P. A. **A constituição dos relatos de experiência como um gênero na formação de professores**. *Leitura*, [S. l.], v. 1, n. 39, p. 111–128, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7261>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MERCADO, L. P. L.. **Pesquisa Qualitativa On-Line Utilizando a Etnografia Virtual**. Teias (Rio de Janeiro. Impresso), v. 13, p. 167-181, 2012.

MICHAELIS. **Dicionário online Michaelis**. Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 22 jan. 2023.

MONDADA, L.; DUBOIS, D.. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. 249 p. p. 17-52.

MOURA, H. M. M.; VEREZA, S. C.; ESPÍNDOLA, L. C. **Metáfora e contexto**: entre o instável e o estável. *Interdisciplinar*, v. 17, p. 1-14, 2013.

NUCCI, Guilherme de. **Crimes Contra a Dignidade Sexual**. São Paulo: RT, 2009.

OLIVEIRA, J. L. M.. Organizar o mundo a partir dos oprimidos: uma reflexão teológico-pastoral sobre a justiça social. In: OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de; SÍVERES, Luiz. (Orgs.). **Ensaio sobre Justiça Social**: refazendo o caminho da vida e da paz. Taguatinga, DF: Universa, 2009.

OLIVEIRA, C. S.. **Avaliação da aprendizagem na educação on-line: aproximações e distanciamentos para uma avaliação formativa-reguladora**. Recife: Edufpe, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 13 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência**, 2012. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/3661>

PRAGANA, J. W.. **Análise de um caso concreto de difamação por meio de aplicação da internet: falhas nas leis de crimes cibernéticos**. Edição do Kindle, 2020. *E-book*.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V.. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, D.. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório**. Sur: Ensaios, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2023.

RICHARDS, I. A. **The philosophy of rethoric**. New York: Oxford University Press, 1936.

RICOEUR, P.. **A metáfora viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

ROCHA, D. C. S.. **O papel da metáfora discursiva na construção argumentativa do gênero petição inicial**. 2016. 112 f. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

RODRIGUES, M. M. A.. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

RUSSEL, J. B.; ALEXANDER, B.. **A história da bruxaria**. Editora Goya, 2 ed., 2019.

SACKS, S. (org.). (1992). **Da metáfora**. São Paulo: EDUC/Pontes.

SAMPAIO, T. M. V. A justiça social em perspectiva de gênero e raça. *In*: OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de; SÍVERES, Luiz. (Orgs.). **Ensaio sobre Justiça Social: refazendo o caminho da vida e da paz**. Taguatinga, DF: Universa, 2009.

SARDINHA, T. B. **Metáfora**. São Paulo: Parábola, 2007.

SATHLER, A. R. **Declaração Universal dos Direitos Humanos comentada** [recurso eletrônico] / André Rehbein Sathler, Renato Peres Ferreira. – 1. ed. -- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

SCHWAB, B.; MEIRELES, W.. **Um soco na alma** - relatos e análises sobre violência psicológica. Brasília: Pergunta Fixar, 2017. *E-book*.

SILVA, D. C.. **Tratamento judicial à mulher transexual como vítima do crime de feminicídio**. Revista Direito e Sexualidade, Salvador, v. 3, n. 2, p. 41-58, jul./dez. 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/50808/27950>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SILVA, J. M. **Feminismo na atualidade**: a formação da quarta onda. Recife: Independently published, 2019. *E-book*.

TEODORO, B. M. **Violência de Gênero**: aplicabilidade do feminicídio às mulheres transexuais e travestis. Seminários do LEG, Limeira, SP, v. 13, n. 1, p. 176–192, 2023. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/leg/article/view/4814>. Acesso em: 23 mai. 2023.

THOMPSON, J. B.. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. Judith Hoffnagel, Karina Falcone (Org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T.. **Cognição, discurso e interação**. Koch, Ingedore G. Villaça (Org.). 4. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

VEREZA, S. C. **O lócus da metáfora**: linguagem, pensamento e discurso. Cadernos de Letras da UFF, n. 41, p. 199-212, 2010.

VEREZA, S. C. **Mal comparando...**: os efeitos argumentativos da metáfora e da analogia numa perspectiva cognitivo-discursiva. Scripta, v. 20, n. 40, p. 8-35, 2016.

VEREZA, S. C. **Cognição e sociedade**: um olhar sob a óptica da linguística cognitiva. Linguagem em (Dis)curso – LemD, v. 16, n. 3, p. 561-573, 2017.

YOSHIDA, M. R. F.; SOUSA, R. C.; SILVA, L. A. L. **O movimento das mulheres indígenas**: da invisibilidade à luta por direitos coletivos. Revista CNJ, Brasília, v. 5, n. 2, p. 137–154, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/251>. Acesso em: 19 jul. 2023.

ZANOTTO, M. S. **As múltiplas leituras da metáfora**: desenhando uma metodologia de investigação. Signo. Santa Cruz do Sul, v. 39, n. 67, p. p. 3-17. 2014.

ZANOTTO, M. S.. **Modelos culturais e indeterminação metafórica**. Revista Organon, vol. 21, n. 43, 2007.

ZANOTTO, M. S.; MOURA, Heronides. **Investigando teórica e empiricamente a indeterminação da metáfora**. Gragoatá. Niterói, n. 25, p. 9-42, 1. sem. 2009.

## ANEXOS

(1)

"Me casei no sábado quando foi na segunda-feira ele me bateu, com 12 dias de cesária ele me jogou no chão e me agrediu. me dizia que o sonho dele era comer nosso filho assado. me chamava de gorda, porca preguiçosa e outras coisas..."

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 1º mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

(2)

"Quando saíamos pra comer fora, com o garçom do meu lado, eu tinha que fazer o pedido pro meu ex e ele passava pro garçom, pq mulher não precisa falar com homem. Quando eu ia embora, de cabeça baixa, eu dizia "obrigada" às pessoas do restaurante. Meu ex apertava meu braço, quase quebrava minha mão de tanto apertar e na calçada mesmo já começava a humilhação. Ele pgtava pq eu tinha que abrir a boca? Pq eu queria falar com o macho que nos atendeu? Tudo "acalmava" quando eu respondia "pq sou vagabunda, pq sou puta, pq não te respeito, pq sou filha da puta..."

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 02 mar. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

(3)

"Estávamos juntos há 7 anos. Tenho uma filha que hoje tem 16 anos, e ela me contou que ele violentou ela por 6 anos e que tirou a virgindade dela"

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 02 mar. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

] <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

(4)

"No dia do meu aniversário ele pegou meu celular e começou a ler em voz alta cada um dos parabéns que eu havia recebido e perguntar se eu já tinha me relacionado com aquela pessoa. Se a resposta fosse "sim", ele dizia que eu era suja, nojenta, me humilhava e bloqueava o contato de todas as minhas redes sociais"

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 03 mar. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

(5)

"Ele não assumia nosso namoro pois dizia ter vergonha de mim. Não se aproximava da minha família porque ele achava que era "errado" minha mãe ser divorciada. Disse que eu parecia vagabunda porque pintei as unhas de vermelho para ir no aniversário da irmã dele. Estávamos no meio da rua e ele me sacudi pelo braço e gritou que quebraria a minha cara porque um ex namorado me cumprimentou."

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 03 mar. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

(6)

"Eu já não aguentava mais tantos xingamentos e humilhações psicológicas, um dia resolvi dar um basta nessas baixarias. Quando finalmente me dei por mim. Ele tirou a chave do carro da minha mão, me jogou no chão. Pisou no meu pescoço e só parou quando o filho dele gritou "para pai, por favor, para".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 04 mar. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

(7)

"Eu tinha um namorado que se eu botasse um decote pra sair ele falava que não íamos sair enquanto eu não trocasse de roupa. Ele hackeou meu facebook para ficar vendo se eu era fiel ou não, e fez fake para dar em cima de mim sendo que era ele mesmo".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 04 mar. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

(8)

"Ele sempre dizia que eu era feia, brincava com a minha aparência falava que eu era gorda... Ai de mim se não soubesse responder o que queria comer ou pedir pra gente, ao primeiro "não sei" ele já me "castigava" e falava que a gente não iria mais comer nada. Cheguei aos 48kg. Me traía e dizia que a culpa era minha. Me afastou de todos os meus amigos. Quando me recusei a ir à casa dele um dia, me disse ao telefone pra eu não aparecer na frente dele que iria acabar comigo e nem a polícia o pararia. Mas, ele nunca me bateu".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 04 mar. 2020c. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

**(9)**

"Meu ex me humilhava, me chamava tanto de feia que até hoje não gosto de tirar fotos do rosto. Me chamava puta, safada, garota de programa. Falava que ninguém gostava de mim. Que eu era anti-social pq não queria usar droga com ele e os amigos. Vigiava todas as minhas redes sociais e respondia por mim, até para minha família. Eu não podia ir para o trabalho usando perfume ou bem maquiada pois estava procurando macho. Cuspiu na minha cara, falava que tinha nojo de mim, ódio da minha cara. Me afastou de todos meus amigos e de minha família. E ele já me bateu"

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 08 mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

**(10)**

"25 de dezembro, ele pegou meu celular e teve uma crise de ciúmes, jogou meu celular na parede, depois quebrou ele ao meio, me chamou de vagabunda e me empurrou pra fora de casa... Eu estava grávida de 5 meses da minha filha, ele chegou em casa de madrugada bêbado, mandou eu calar a boca e deu um chute nas minhas costas, trancou meu filho de 2 anos no quarto com ele, até meus pais arrombarem a porta".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 09 mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

**(11)**

"Uma vez eu tive que trocar meu crachá da empresa e fiquei bonita na foto, meu marido não gostou pois todos iam elogiar se vissem, no caminho de volta pra casa ele bateu minha cabeça contra o suporte do cinto de segurança do carro".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 10 mar. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

**(12)**

"Mandei foto da roupa que pretendia usar em uma festa que iríamos juntos, esperando um elogio. Ao invés disso ele falou "tá fantasiada de puta?" mas ele nunca me bateu"

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 10 mar. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

**(13)**

"Só depois de sair do relacionamento vejo o quanto ele foi abusivo. Ele chutava minha cachorrinha pinscher, meu gatinho, e eu só chorava. Pois não tinha força contra ele. Ele me enforcava, batia, quase me matou. Hoje faço jiu jitsu pra não ser mais aquela fraquinha de antes. Hoje sinto faro de macho escroto e não quero perto de mim nem pintado de ouro".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 11 mar. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

**(14)**

"Ele me forçava a transar. Me proibia de sair, usar roupas que eu gostava, me forçava a postar as coisas como se fosse um namoro perfeito, a cada briga era um eu te amo diferente, me pediu em casamento, prometeu feliz para sempre, forçou a fazer coisas que hoje tenho "trauma, mas ele nunca me bateu".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 11 mar. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

**(15)**

"Ele me isolou dos meus amigos e família, ele me enforcou e sempre está chateado comigo. Qualquer coisinha como cortar o cabelo faz ele parar de falar comigo. Ele me xinga e sempre dá as costas pra mim. Quando eu falo dos meus sentimentos ele faz pouco caso. Ele já me bateu".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 12 mar. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

**(16)**

"Ele me afastou da minha família, não podia sair com minhas amigas que já falava que era coisa de puta, não podia usar qualquer roupa já me chamava de puta e sempre que tomávamos banho juntos ele queria fazer o xixi em mim. Foram pior ano da minha vida, mas ele nunca me bateu".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 12 mar. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

(17)

"Meu ex abusivo me fazia inventar histórias sobre a gente transando com uma terceira pessoa, no caso outra mulher. Toda noite ele mandava eu escrever em sms (na época não tinha wpp), uma história de como seria nossa transa a 3. E se eu falasse que não queria era motivo para o inferno de pressão psicológica e que eu estava traindo ele (?). Eu tenho ódio de mim até hoje por ter aceito várias coisas que ele fez. Mas hoje eu vejo que ele realmente é doente. E quase todas postagens que aparecem aqui, se encaixam no perfil dele".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 13 mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

(18)

"Saí de um relacionamento abusivo há cerca de 2 anos e ainda me pego lembrando de situações que parecem ter sido apagadas da minha memória e vez ou outra vem os flashes... Tipo quando ele dizia que se eu terminasse com ele, ele mataria um por um da minha família. "mas ele nunca me bateu".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 14 mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

(19)

"Vivi durante dez anos em um relacionamento abusivo, onde ele chegava bêbado em casa e quebrava tudo se eu falasse alguma coisa e isso tudo na frente do nosso filho, me fazia muita pressão psicológica, depois de tudo ele chorava e pedia perdão. Ele me batia. Não estou mais com ele".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 15 mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

(20)

"Meu ex era super abusivo, ele me proibiu de manter qualquer contato que fosse com pessoas do sexo masculino, não podia falar com meus amigos e abaixava a cabeça na rua pra que eles nem falassem comigo, se não já era motivo de brigas. Quando eu saía sem ele com a minha família (que era o único momento que eu podia estar sem ele. Ele pedia fotos e áudios pra ter certeza de onde eu estava, quando eu não fazia a briga era intensa, ele dizia que eu estava o traindo, gritava e no dia seguinte trazia chocolates. Ainda bem que me livrei dessa situação".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 17 mar. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

**(21)**

"Meu ex me deixou trancada do lado de fora do apartamento em uma viagem de férias, estava grávida de 7 meses e com sangramento, me deixou trancada sem almoço até umas 19:30 alegando que deixaria eu comer se eu implorasse pra ele. E dizia que o sangramento era apenas drama que eu não iria perder o bebê por isso, mas ele nunca me bateu".

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 17 mar. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 10 mar. 2023)

**(22)**

"Ele não deixava eu usar cinto de segurança no carro quando ele dirigia porque significava que não confiava nele dirigindo. Isso foi só um dos absurdos que eu vivi e que demonstram a insegurança dele e a vontade de me controlar. Mas ele nunca me bateu."

("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 18 mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(23)**

"Meu ex tentou me fazer acreditar que eu não precisava de mais nada além do amor dele, incluindo família, trabalho e amigos. Os acessos de raiva e ciúmes seguiam com a desculpa que eu tinha que entender e aceitar que ele me bastava." ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 19 mar. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(24)**

"Ele fez eu descer do carro às 23:00 horas da noite numa ponte porque eu discordei do restaurante que a gente iria jantar, mas ele nunca me bateu." ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 19 mar. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(25)**

"Eu tenho uma deficiência física que me faz mancar quando namorava com ele, ele disse que "ia me consertar" quando fizéssemos sexo. Mas ele nunca me bateu." ("MAS

ELE NUNCA ME BATEU”. A vítima não está mais com o agressor!. 20 mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(26)**

"Quando eu não tinha vontade de transar com ele, eu estava ficando com outro. Ele dizia que se eu postasse fotos no instagram era para que meus "exs" não me esquecessem. Ele já perguntou se eu era garota de programa, porque acreditava que eu olhava e queria seduzir todos os homens. Ele de nervoso deu um soco no vidro do carro e quebrou... Mas ele nunca me bateu." ("MAS ELE NUNCA ME BATEU”. A vítima não está mais com o agressor!. 22 mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(27)**

"Ele me mostrou ser um príncipe e logo mudou minhas roupas, minhas atitudes, me afastou dos meus amigos e familiares, começou a me diminuir como pessoa me traía e falava que a culpa era minha por ser ciumenta demais, me deixou passar fome, falta de roupa, começou a me agredir e na gravidez não foi diferente, entrei em depressão, mas ele fala que nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU”. A vítima não está mais com o agressor!. 23 mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(28)**

"Ele me proibia de olhar para homens ou qualquer figura masculina sim, até animações). Olhei de reflexo para meu professor uma vez e ele saiu da reunião sem dizer nada a ninguém, quando chegamos na minha casa ele ficou puto, batendo nas paredes dizendo que traí ele" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU”. A vítima não está mais com o agressor!. 24 mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(29)**

"Quando eu dormia ele se masturbava e ficava passando a mão em mim, às vezes eu acordava e não tinha capacidade mental de enfrentar isso, então eu fingia estar dormindo e torcia pra ele acabar logo com isso comecei a sempre dormir o mais vestida possível, e um dia acordei sem roupa, quando olhei pro lado minhas roupas estavam cortadas com tesoura e minha perna toda suja" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU”. A vítima não está mais com o agressor!. 25 mar. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(30)**

"Ele se masturbava em cima de mim durante a noite enquanto eu dormia. Acordava suja pois ele fazia questão de ejacular no meu corpo e roupas" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 25 mar. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(31)**

"Estávamos em uma viagem de férias, no meio de uma discussão ele me disse que eu era um demônio e que era pra eu me matar, me jogar pela janela do 7º andar que eu iria resolver todos os problemas dele tudo na frente do nosso filho de 13 anos, eu estava grávida de 4 meses, hoje eu estou de 8 meses e ele me disse que um dia vou arrumar um homem que quebre minha cara de verdade pois é isso que mereço, me disse que quer que eu morra depois do parto, mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 26 mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(32)**

"Ele já terminou comigo porque não atendi o telefone enquanto trabalhava ele já me ameaçou de ter filmado nosso sexo escondido de mim. Ele me abandonou grávida porque comprei alguns itens do enxoval sem o pedir dinheiro ou opinião, me ameaçou de morte com meu filho recém-nascido nos braços e até hoje sequer quis conhecê-lo. Nosso filho está fazendo um ano e ele proíbe toda a família dele de se aproximar do bebê. Mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 27 mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(33)**

"Uma vez eu tive que trocar meu crachá da empresa porque fiquei bonita na foto, meu marido não gostou pois todos iam elogiar se vissem, no caminho de volta pra casa ele bateu minha cabeça contra o suporte do cinto de segurança do carro" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 30 mar. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(34)**

"Meu ex não gostava das minhas roupas, falava que mostrava muito os peitos. Meu ex disse que eu estava transando com outro cara. Meu ex exigiu que eu tirasse a roupa que estava vestida pra podermos ir em um churrasco com os amigos dele porque não era roupa apropriada. Meu ex não gostava de sair com os meus amigos, saíamos somente com os dele, mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 31 mar. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(35)**

"Ele sempre fazia pressão psicológica quando brigávamos e eu tinha razão, ele ligava para mim e dizia que ia se matar e que ia tomar vários remédios pra não acordar e que a culpa disso tudo era minha. Eu só podia tomar banho na piscina no condomínio com ele, eu não podia sair com amigos sozinha, e ele não ia junto porque dizia que meus amigos não eram bons pra mim também não podia postar foto de biquíni porque ele dizia que eu estava me exibindo. Quando falava pra ele planos de faculdade ele falava em terminar, dizia que eu não era pra fazer faculdade porque eu ia conhecer outras pessoas e traí-lo" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 31 mar. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(36)**

"Ele me obrigava a fazer sexo com ele bêbado se não começava a gritar até acordar nosso filho" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 01 abr. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(37)**

"Meu ex sempre quando queria curtir a vida de solteiro me colocava como louca, chata, me deixava sozinha pra sair com os amigos, ficar com outras mulheres. Depois voltava como quem não fez nada, tinha uma lábia e eu acabava voltando. Graças a deus não estou com ele" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 01 abr. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(38)**

"Meu ex me xingava de burra, na frente dos amigos. Era agressivo na frente do meu filho pequeno, dizia que eu não tinha onde cair morta e que a casa que morávamos era

dele, que tinha sorte e dizia que nenhum amigo meu gostava de mim e nunca ia gostar. Jogava um abuso sofrido na minha cara nas brigas e dizia que eu merecia ter sido estuprada. Mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 02 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(39)**

"Uma vez, ele disse que tinha vontade de vomitar quando lembrava que transava comigo. Então eu disse que se ele vomitasse era só ele limpar, ele respondeu que naquela casa quem limpava era eu. Que ele só olhava eu fazer" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 03 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(40)**

"Eu ficava com um rapaz há uns 6 meses, sempre que dizia algo que ele não concordava ele dizia que me deixaria careca ou tiraria minhas unhas, mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 04 abr. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(41)**

"Fui casada 9 anos, eu arrumei um emprego de free, meu marido me dizia todo dia que eu era puta e estava "dando" para outros, que não estava passando fome, mas ele não trabalhava, ele dizia que ninguém ia me querer por eu ter 3 filhos e ser negra e sim ele me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 04 abr. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(42)**

"Quando eu descobri que ele namorava com outra e comigo ao mesmo tempo, ele jogou o celular dele tão forte na minha coxa, que ficou mais de uma semana, um hematoma horrível. Outra vez, jogou o carro para tentar me atropelar quando me viu na rua com um namorado que tive depois dele" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 05 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(43)**

"Contei que fui estuprada aos 4 anos. Terminamos pois ele disse que ficou com nojo de mim." ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 06 abr. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(44)**

"Meu ex me chamou de vagabunda na frente de todos em um evento infantil no shopping porque eu estava com um decote. Ele disse que não era roupa de mãe e mulher decente. Tudo isso na frente da nossa filha. Ele já me mandou embora de casa com a nossa filha às 3:00hs da manhã porque ela chorava e ele não estava conseguindo dormir. Mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 06 abr. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(45)**

"Fiquei casada durante 10 anos. Uma vez ele me trancou dentro de casa e ficou do lado de fora com fósforo na mão e álcool dizendo que ia tocar fogo na casa. Fez inúmeras torturas psicológicas, chantagens ameaças e eu não tinha força de separar. Até que ele me bateu várias vezes na frente da minha filha de 4 anos na época" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 07 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(46)**

"Eu me sentia oprimida ao lado dele não podia olhar pro lado não podia conversar com as pessoas. Ele sempre achava um jeito de me criticar de me fazer me sentir errada até por respirar. Foram os piores anos da minha vida, eu me sentia uma prisioneira" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 08 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(47)**

"O meu ex sempre me torturava psicologicamente, então um dia eu resolvi deixar ele ir embora, ele me puxou pela alça da bolsa pra dentro do apartamento, me prendeu no apartamento e me esfaqueou na perna, me levou para o banheiro e foi lavar como se nada tivesse acontecido dizendo que me amava e que eu tinha feito ele fazer aquilo" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 09 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(48)**

"Meu ex fazia fake para mostrar o pênis para outras mulheres. Em uma briga me deixou dormir no chão pois uma "vagabunda" não dormiria na cama que ele comprou. Ele tinha total domínio das minhas redes sociais, de amigos. Ele já me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 10 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(49)**

"Eu fui casada 10 anos um dia cheguei de viagem ele estava com um chupão no pescoço quando fui perguntar ele me chamou de doida e disse que eu estava inventando e que eu não dava paz para vida dele, convenceu toda família dele que eu estava arrumando briga, ele me coagiu tanto que eu pedi desculpa por ter desconfiado. Não estou mais com ele" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 13 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(50)**

"Eu estava grávida e ele disse pra eu tirar nossa filha com uma agulha de crochê, só porque não consegui comer todo o lanche que ele tinha pago. Mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 14 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(51)**

"Meu ex controlava cada passo meu, tudo era um motivo para que eu estivesse aproveitando e lhe traindo. Tinha que ter cuidado com as palavras que usava e emojis, para não desagradá-lo. Quando viajou proibiu que eu me masturbasse. Mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 15 abr. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(52)**

"Meu ex. Me traía com várias mulheres, chegava bêbado gritando e batendo nos móveis e paredes, cuspi na minha cara, gritava comigo, me humilhava em qualquer lugar e perto de qualquer pessoa, e sim ele já me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A

vítima não está mais com o agressor!. 15 abr. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(53)**

"Eu trabalho na empresa do meu pai, e meu ex dizia que eu dava em cima de todos os clientes pra eles comprarem lá. Um dia ele cuspiu na minha cara e me chamou de vagabunda pois disse que meus contatinhos iam na empresa pra me ver e me "comer". Mas ele nunca me bateu." ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 16 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(54)**

"Ele me proibia de olhar para homens ou qualquer figura masculina (sim, até animações). Olhei de reflexo pra meu professor uma vez e ele saiu da reunião sem dizer nada a ninguém, quando chegamos na minha casa ele ficou puto, batendo nas paredes dizendo que traí ele" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 17 abr. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(55)**

"Ele não gostava que eu tivesse amigos, brigava porque eu conhecia muita gente, se um amigo me cumprimentava ele já perguntava: já ficou com ele? Eu andava na rua com medo de alguém falar comigo e estragar tudo. Gritou comigo e me chamou de puta no meio de um show lotado. Mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 17 abr. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(56)**

"Uma vez eu cheguei tarde do trabalho porque tinha perdido o ônibus então ele desconfiou de mim, quando eu apaguei as luzes e me deitei pra dormir ele falou que tinha vontade de me esfaquear toda e eu fingi que tava dormindo. Pouco tempo depois fui embora sem avisá-lo. Mas, ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 20 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(57)**

"Meu ex não me deixava ter redes sociais. Fiquei todo nosso relacionamento usando um telefone antigo que só enviava sms enquanto ele podia ter smartphone e redes sociais" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 21 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(58)**

"Ele falava que eu tinha que fazer sexo anal, porque o homem procura na rua o que não tem em casa, me sentia na obrigação de fazer por ele ser meu marido, e depois que tudo passava eu chorava muito, dias depois estava ele pedindo novamente" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 22 abr. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(59)**

"Todo dia ele fazia de tudo pra me diminuir. Meus problemas nunca eram maiores que os dele. Não ligava quando eu chorava, sempre dizia o quanto ninguém ia querer ficar comigo só ele pra me aturar, já me estrangulou várias vezes" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 22 abr. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(60)**

"Quando estamos dormindo é bem comum eu acordar com ele me acariciando ou colocando o dedo no meu ânus. Sempre me senti desconfortável mas nunca falei nada ou me mexi, dormi mal muitas noites" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 23 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(61)**

"Uma vez estávamos voltando pra casa e ele tinha bebido muito, ele estava dirigindo e na frente do carro apareceu um gatinho no meio da rua e ele foi indo em direção para atropelá-lo, eu em um ato de desespero puxei o volante para desviar, ele parou o carro e começou a bater minha cabeça no vidro da janela" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 25 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(62)**

"Eu estava sangrando sofrendo um aborto passamos em frente à uma festa indo ao hospital e ele perguntou se eu queria ficar na festa porque eu estava olhando demais, e ele já me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 26 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(63)**

"Depois de diversas traições e perdões, descobri mais uma logo após o nascimento do meu filho. Questionei, discuti, ele negou olhando nos meus olhos. Mesmo assim resolvi acabar. 6 meses depois do nosso divórcio eles completaram 1 ano de relacionamento. E ele já me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 27 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(64)**

"Ele bebeu e me convenceu a passar uma semana do isolamento ao lado dele na cidade dele, me tocou sem autorização de madrugada e quando acordei me mandou ir dormir, me chamou de falsa, maldita e lixo porque pediu pra eu comprar 6 cervejas e comprei só 4, me chamou de esgoto e disse que eu merecia ser estuprada, quando a bebedeira passou culpou a família dele por deixar ele nervoso" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 28 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(65)**

"Após o parto complicado da minha filha e um pós parto absolutamente depressivo, tive ruptura dos pontos da cirurgia, a solução que ele me deu foi encontrar moscas para elas colocarem as lavas e comer a "carne podre". Mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 29 abr. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(66)**

"Segui essa página quando ainda estava com meu ex, toda vida eu via os posts e pensava "não vou deixar essas coisas acontecerem comigo", enquanto elas aconteciam. Ele me chantageava emocionalmente e fazia eu me sentir um lixo, mas eu não enxergava muito bem" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais

com o agressor!. 30 abr. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(67)**

"Depois de um tempo separados ele voltou pra dizer que passou grande parte do nosso relacionamento comigo por causa dos nossos filhos, que ele não me beijava, não me dava amor, carinho e não tinha relação porque quando lembrava de mim já perdia a vontade. Passei meses da minha vida acreditando em um amor que não existia vindo dele e isso destruiu minha saúde mental e meu psicológico" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 30 abr. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(68)**

"Passei minha gestação inteira com ele, me batia diariamente, falava em vender minha filha, me colocava em situação humilhante, no fim eu já me sentia como um animal, não me deixou amamentar pq acordava ele, hoje estou livre e terminando a faculdade, ele não registrou a criança" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 01 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(69)**

"Eu o conheci no meu trabalho. Ele não saía do meu pé porque eu não aceitava o convite para sair. No dia que aceitei percebi que ele não era normal. Ele nunca queria sair à noite. Comecei a investigar e descobri que ele era casado, mesmo com fotos nas mãos ele dizia que era mentira, eu que era a louca, ele dizia que eu era ingênua e imatura" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 04 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(70)**

"Uma vez ele chegou depois de ter bebido todas à noite inteira, e eu não tinha passado o uniforme dele, então calçou uma botina com bico de aço e disse que iria me matar de chutes" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 05 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

(71)

"Vivi um relacionamento abusivo onde ele ligava no meu serviço dizendo pro meu gerente me avisar que assim que eu chegasse apanharia por ter ido trabalhar. Me deixava dias sem comer mesmo com a geladeira cheia. Arrancou unhas minhas e quebrou minha costela, graças a Deus me livrei dele" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 07 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

(72)

"Ele disse que eu fiquei horrível e nem conseguia me olhar só de calcinha e sutiã depois que ganhei o bebê, que não era pra eu tirar a roupa na frente dele. Meu filho tinha menos de um mês" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 09 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

(73)

"Sim ele já me bateu, e eu aceitava isso por achar que eu era culpada, até perceber que eu mereço mais, e que não, eu não tinha culpa de nada. Além de violência física sofria muita violência psicológica, sofro muito por ter aceitado isso até hoje" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 11 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

(74)

"Ele tirava fotos minha seminua e até nua enquanto eu dormia e quando eu falava que não estava dando certo e queria terminar, ele me ameaçava, dizia que iria criar contas no instagram com minhas fotos e adicionar toda a minha família" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 13 mai. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

(75)

"Meu ex namorado se irritava com qualquer assunto que conversássemos que não seguia sua linha de desejo, se eu não concordasse com ele era o fim. Acelerava o carro, dava murros em paredes, me sacudia pelos braços e me empurrava. Ele chorava. Ele dizia que eu o irritava, que eu fazia com que ele surtasse daquele jeito" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 13 mai. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(76)**

"Ele tinha depressão e queria passar para mim os sentimentos dele, ficando com raiva quando eu me sentia feliz. Me fazia sentir culpada até em uma situação óbvia que ele estava errado. No sexo, chegava a me proibir de sentir prazer e dizia " só eu posso " ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 14 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(77)**

"Sempre que brigávamos, tudo saía do controle, ele não aceitava que ele estava errado, sempre queria ganhar na força... Em uma das brigas me tranquei no banheiro e ele conseguiu arrancar a maçaneta, me arrastou do banheiro até o quarto, fiquei toda balada" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 15 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(78)**

"Desde nova morei com meu pai e nunca conheci minha mãe. Ele era tão ciumento e possessivo que, aos 16 anos, quando contei pra ele que estava com um namoradinho, ele tentou me matar. Fugi de casa, mas até hoje tenho medo dele me encontrar." ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 16 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(79)**

"Ele sempre me falava que eu morreria sozinha, que eu estava gorda depois que tive filho, e começou a falar que estava solteiro para não precisar me apresentar pra ninguém. Falava que tinha vergonha de mim" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 18 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(80)**

"Ele nunca me bateu mas sempre dizia que estava fazendo um favor por estar comigo, que eu era sozinha no mundo, me chamava de jumenta, burra e dizia que se um dia eu tráísse ele, ele me mataria" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais

com o agressor!. 19 mai. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(81)**

"Ele era agressivo comigo qualquer coisinha ele me xingava, me ofendia e dava murros em tudo, até em mim e falava que não era pra ter acertado em mim e foi sem querer, mas era forte, ele é grosso e agressivo até com a mãe dele. Sempre terminávamos e voltávamos por que ele fazia eu entender que eu não conseguia viver sem ele, terminei faz 6 dias, está doendo, mas estava doendo mais ainda com ele" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 19 mai. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(82)**

"Ele dizia que ler livros era inútil dizia que eu não era engraçada, que as pessoas não estavam rindo das minhas piadas elas estavam rindo de mim, dizia que eu ficava melhor sem maquiagem. Que aquela maquiagem me deixava com cara de palhaça" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 20 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(83)**

"Meu primo mandou eu parar de andar de camisola na casa, porque estava chamando atenção dele" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 25 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(84)**

"Ele me forçava a transar, dizia que eu era nojenta e gorda, que ninguém sentiria tesão por uma baleia. Mas todas as vezes que íamos a algum lugar onde tinham homens ele me beliscava e puxava meu cabelo, porque eu era piranha que eles olhavam pra mim porque eu dava mole pra todos eles. E ele me bateu grávida e com meu bebê recém-nascido no colo" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 26 mai. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(85)**

"Só depois de sair do relacionamento vejo o quanto ele foi abusivo. Ele chutava minha cachorrinha pinscher, meu gatinho, e eu só chorava, pois não tinha força contra ele. Ele me enforcava, batia, quase me matou. Hoje faço jiu jitsu pra não ser mais aquela fraquinha de antes. Hoje sinto faro de macho escroto e não quero perto de mim nem pintado de ouro" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 26 mai. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(86)**

"Ele me chamava de surtada e exagerada em cada discussão não me deixava falar, não respeitava meus amigos. Debochava do feminismo comigo pra me irritar. Se masturbava na minha frente enquanto estávamos conversando (às vezes até em assuntos sérios) mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 27 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(87)**

"Ele vivia me humilhando na frente dos nossos amigos e rindo as minhas custas, um dia eu fiz o mesmo com ele pra mostrar que era ruim e quando ficamos sozinhos ele puxou meu cabelo, apertou meu pulso e ainda jogou água na minha cara. Eu contei pra todo mundo mas ele ficou rindo e disse que o charme dele era "a cara de quem bate em mulher" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 31 mai. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(88)**

"Ele me traía e fazia eu me sentir culpada pelas traições me fazendo sentir inferior às amantes dele: falava que eu era brega, que elas tinham emprego melhor que o meu, fazia eu me sentir feia burra insuficiente. Mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 01 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(89)**

"Em uma noite na casa dele iniciei nosso término e disse que iria embora pela manhã. Fingi estar dormindo ele foi até a cozinha pegou uma faca e deixou do lado dele, abri os olhos e comecei a chorar dizendo que o amava e nosso término iria doer demais (Deus me livrou da morte naquele instante!!) Transei para não morrer. Transei com um

homem que iria me matar em alguns segundos ou minutos" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 02 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

Postado em: 02/06/2020

**(90)**

"Ele tirava fotos minha seminua e até nua enquanto eu dormia e quando eu falava que não estava dando certo e queria terminar, ele me ameaçava, dizia que iria criar contas no instagram com minhas fotos e adicionar toda a minha família" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 03 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(91)**

Meu namorado sabia que eu tinha sido molestada pelo meu tio aos 9 anos, mesmo assim ele foi capaz de colocar uma substância na minha bebida, porém, eu ainda fiquei consciente para ouvir e sentir ele me estuprar por trás. No, outro dia ele disse que tudo foi coisa da minha cabeça. Mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 04 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(92)**

"Meu ex tentou me fazer acreditar que eu não precisava de mais nada além do amor dele, incluindo família, trabalho e amigos. Os acessos de raiva e ciúmes seguiam com a desculpa que eu tinha que entender e aceitar que ele me bastava" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 06 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(93)**

"Ele me isolou de todo mundo e chegou num ponto em que eu quase fui expulsa de casa porque ele não aceitava que eu dormisse longe dele (para garantir que eu estivesse dormindo mesmo) e me buscava em casa 1h, 2h da manhã e me levava de volta às 6h porque a mãe dele não gostava de mim e não queria me ver lá" (continua na legenda)... "me seguia na rua, dizia que eu não era confiável porque em outra vida eu já o havia traído (eu não era reencarnacionista na época). Se eu não atendia ao telefone de madrugada quando ele ligasse, era porque eu estava "aprontando". Tenho depressão

crônica e síndrome do pânico e eu afundei nessa época... Sobrevivia à base de rivotril, e ele vivia me exigindo provas sexuais de amor e fidelidade, mas me passou dst's e me estuprava enquanto eu dormia. Eu terminei quando descobri que ele era viciado em sites de zoofilia mas ele nunca soube o motivo. Passou anos me escrevendo por vários emails que ele criava, mas eu nunca respondi". ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 08 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(94)**

"Ele fez eu descer do carro às 23:00 horas da noite numa ponte porque eu discordei do restaurante que a gente iria jantar, mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 10 jun. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(95)**

"Ele dizia que ler livros era inútil dizia que eu não era engraçada, que as pessoas não estavam rindo das minhas piadas elas estavam rindo de mim, dizia que eu ficava melhor sem aquela maquiagem que com cara de palhaça, me deixava sem maquiagem." ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 10 jun. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(96)**

"Ele se masturbava em cima de mim durante a noite enquanto eu dormia. Acordava suja pois ele fazia questão de ejacular no meu corpo e roupas" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 13 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(97)**

"Antes da primeira semana que fui passar dormindo na casa dele, avisei que não me sentiria confortável fazendo sexo com os pais dele lá, ele disse ter entendido. Chegou no dia ele tentou, eu disse "não" e "para" muitas vezes, até que eu simplesmente desisti. E quando terminou e eu falei pra ele, ele ficou bravo comigo dizendo "tá me chamando de estuprador agora?", mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 14 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(98)**

"Ele me obrigava a fazer sexo grávida de 8 meses mesmo eu sentindo dores fortíssimas ele não parava, um dia eu me recusei e ele jogou coisas em mim e uma delas acertou minha barriga, eu vivi um inferno ao lado dele!" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 15 jun. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(99)**

"Tive em um relacionamento onde eu vivia pisando em ovos, ele saía com os amigos, sumia e quando eu fazia algo que o deixava chateado ele me ignorava, não respondia mensagem, não atendia ligação, me dava um gelo, mesmo sabendo que na época eu sofria de ansiedade, mesmo sabendo que isso me deixaria noites sem dormir, mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 15 jun. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(100)**

"Quando acontecia algo de errado na vida dele, ele me ignorava. Ficava dias sem falar comigo, depois voltava como se nada tivesse acontecido, me traía, falava mal de mim, me chamava de chata o tempo todo, me fazia se sentir culpada por coisas que ele fez, quando eu não fazia algo que ele queria, ficava bravo, me ignorava, me tratava mal, até conseguir, mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 17 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(101)**

"Voltamos da missa e ele começou a reclamar no carro aos berros perguntando o que tamos almoçar e dizendo que a casa estava uma bagunça, chegamos em casa eu arrumei a casa toda até de noite, no dia seguinte perdi meu bebê. Mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 18 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em:

<https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(102)**

"Tinha que conversar com ele por whats o dia inteiro e se demorasse 2 minutos a mais pra responder ele logo perguntava com quem eu tava e o que tava fazendo me controlava 24 horas" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 20 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(103)**

"Ele vivia me dizendo que não tenho nenhum amigo de verdade e me pedia pra me ligar toda a noite só pra conferir se estava em casa e as vezes que eu saí ele me diz que eu só estava com ele pra pagar de garota de família para esconder a puta que eu era, ele já me levantou a mão mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 22 jun. 2020a. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(104)**

"Namorei a alguns anos com um rapaz que privava até meu sono, até eu implorar pra dormir, tinha uma rotina bem mais pesada e ele mesmo assim queria atenção. Ele me bateu várias vezes, foi o maior alívio da minha vida quando finalmente terminamos" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 22 jun. 2020b. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(105)**

"Em toda briga que tínhamos, ele gritava, dava socos nas coisas pela casa e me trancava nos quartos da casa. Quando eu tentava falar alguma coisa ele gritava na minha cara dizendo que se nós estávamos naquela situação a culpa era minha, mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 23 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(106)**

"Meu ex se masturbava do meu lado quando eu não queria transar com ele. Mesmo eu pedindo pra ele parar com aquilo. Eu sentia nojo dele e nojo de mim mesma, mas ele nunca me bateu" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 24 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(107)**

"Quando estamos dormindo é bem comum eu acordar com ele me acariciando ou colocando o dedo no meu ânus. Sempre me senti desconfortável mas nunca falei nada ou me mexi, dormi mal muitas noites" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 25 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(108)**

"Ele dizia que me amava mais que tudo e sempre me apoiava, mas quando descobriu que eu já tinha sido abusada na infância começou a me tratar igual lixo, e terminou comigo uma semana depois" ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 26 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(109)**

"Fiquei 1 ano com um cara, na época eu tinha depressão, quando eu contei pra ele que fui abusada quando criança e que muitas vezes sentia vontade de me matar, ele disse que não tinha nada a ver com isso, que ele já tinha muitos problemas e que não poderia me ajudar." ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 29 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020)

**(110)**

"Meu ex não fazia comida porque, segundo ele, é obrigação da mulher. Como se não bastasse, queria que eu colocasse a marmita dele todos os dias: no dia em que eu me posicionei e disse que não faria, entre socos nas paredes, ele me perguntou: "então pra que eu tenho a porra de uma mulher?" mas ele nunca me bateu." ("MAS ELE NUNCA ME BATEU". A vítima não está mais com o agressor!. 30 jun. 2020. Instagram: @maselenuncamebateu. Disponível em: <https://www.instagram.com/maselenuncamebateu/>. Acesso em 13 jul. 2020).